

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Vigente a partir de 2025/1



Ministério da Educação
Instituto Federal do Espírito Santo

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
BACHARELADO EM MEDICINA VETERINÁRIA
CAMPUS ITAPINA

COLATINA – ES

2025

REITOR

Jadir José Pela

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Adriana Piontkovsky Barcellos

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Luciano de Oliveira Toledo

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Lodovico Ortlieb Faria

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Lezi José Ferreira

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

André Romero da Silva

CAMPUS ITAPINA

DIRETOR-GERAL

Fabio Lyrio Santos

DIRETORA DE ENSINO

Marta Cristina Teixeira Leite

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Bruno Kapitsyki Barbieri

DIRETORA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Larissa Haddad Souza Vieira

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DO PPC

Vitor Dalmazo Melotti (Presidente)

Andrea Moraes Torres Pinto

Frederico de Castro Figueiredo

Leandro Glaydson da Rocha Pinho

Luciene Lignani Bitencourt

Marleide Pimentel Miranda Gava

Yuri Barbosa Guerson

O Ifes está presente em 35 municípios do Espírito Santo.



SUMÁRIO

1. Apresentação	9
1.1. Apresentação Geral	9
1.2. Apresentação do Curso	11
2. Identificação do Curso	13
2.1. Denominação	13
2.2. Área de conhecimento ou Eixo Tecnológico	13
2.3. Grau	13
2.4. Modalidade	13
2.5. Diplomas e certificados	13
2.6. Turno de oferta	13
2.7. Periodicidade	13
2.8. Tipo de oferta	13
2.9. Número de vagas oferecidas	13
2.10. Periodicidade da oferta	13
2.11. Carga Horária Total	13
2.12. Formas de acesso	13
2.13. Local de oferta	14
2.14. Coordenador	14

2.15. Prazo de Integralização curricular em anos	14
2.16. Histórico de criação e reformulação do PPC	15
3. Justificativa	17
4. Objetivos	31
4.1. Objetivos Gerais	31
4.2. Objetivos Específicos	31
5. Perfil profissional do egresso	32
6. Organização Didático-Pedagógica	35
6.1. Concepção	35
6.2. Metodologias	38
6.3. Estrutura Curricular	42
6.3.1. Matriz Curricular	43
6.3.2. Representação gráfica/fluxograma	48
6.3.3. Composição curricular	49
6.3.4. Disciplinas Optativas	50
6.3.5. Ementário das disciplinas	52
6.3.6. Estágio Curricular Supervisionado	94
6.3.7. Atividades Acadêmico-científico-culturais	95
6.3.8. Trabalho de Conclusão de Curso	96
6.3.9. Iniciação Científica	96
6.3.10. Extensão	97

7. Avaliação	102
7.1. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	102
7.2. Avaliação do processo Ensino-Aprendizagem	103
7.3. Avaliação do curso	103
7.4. Plano de avaliação institucional	104
8. Atendimento ao discente	105
8.1. Política de Assistência Estudantil	106
8.2. Núcleos estruturados para o atendimento ao discente	107
8.2.1. O Núcleo de Relações Internacionais (NRI)	107
8.2.2. Incubadora do Ifes Campus Itapina	109
8.2.3. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)	110
8.2.4. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)	114
8.2.5. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades (NEPGENS)	115
8.2.6. Núcleo de Educação Ambiental e Agroecologia (NEAA)	116
8.2.7. Núcleo de Arte e Cultura (NAC)	117
8.2.8. Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE)	118
9. Gestão do Curso	119
10. Corpo Docente	124
11. Infraestrutura	131
11.1. Áreas de ensino específicas	131

11.2. Áreas de estudo geral	134
11.3. Áreas de esportes e vivência	135
11.4. Áreas de atendimento discente	135
11.5. Áreas de apoio	135
11.6. Biblioteca	137
11.7. Infraestrutura Tecnológica	140
12. Planejamento econômico-financeiro	141
12.1 Infraestrutura de laboratórios específicos à área do curso	141
12.2 Cronograma de implantação do Hospital Veterinário	144
13. Referências bibliográficas	146

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Apresentação Geral

O Instituto Federal do Espírito Santo, como instituição de excelência em educação profissional e tecnológica, iniciou suas atividades em 1909 mediante a oficialização da Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo. Essa instituição de ensino passou por diversas mudanças em sua trajetória, que incluem tanto alterações em sua estrutura física, administrativa e pedagógica, advindas das políticas educacionais estruturadas no âmbito do Governo Federal, quanto por perceber as mudanças pedagógicas necessárias para responder a novos desafios da relação ensino-aprendizagem. Tais alterações resultaram em novas identidades institucionais a saber: Escola Técnica de Vitória – ETV (1942); Escola Técnica Federal do Espírito Santo – ETFES (1945); Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo – CEFETES (1999), e; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) em 2008.

Resultado da união das unidades do Centro Federal de Educação Tecnológica e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, Colatina e Santa Teresa, em 2008, o Ifes promove educação profissional pública de excelência, integrando ensino, pesquisa e extensão, para a construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável.

Neste percurso de mais de um século, o Ifes desenvolveu expertise acadêmica na área da educação profissional e tecnológica e em 2024 conta com 25 campi localizados em todas as microrregiões do Estado do Espírito Santo, um Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor) e a Cidade da Inovação. Verticalizou a oferta do ensino em diversos níveis e atua desde a formação inicial de trabalhadores à pós-graduação, passando pelo ensino técnico de nível médio, graduação, especialização, mestrado e doutorado.

A verticalização do ensino propiciou a oferta de cursos nas mais diversas áreas do conhecimento, estruturados e articulados com as demandas provenientes dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

Dentre os campi do Ifes, o Campus Itapina, localizado no município de Colatina, se destaca por sua reconhecida trajetória institucional de sessenta e oito anos promovendo a educação, pesquisa e extensão, onde se trabalha para garantir uma educação comprometida com as realidades locais, com atuação especializada principalmente em ciências agrárias. Está localizado no município de Colatina, no noroeste capixaba, e oferta cursos técnicos de nível médio, graduação e pós-graduação, promovendo tanto a formação humana integral quanto a profissionalização para o mundo do trabalho, considerando sempre o contexto profissional demandado. O Ifes assume e defende uma educação que visa potencializar a formação emancipatória do ser humano, contemplando aspectos sociais, culturais, políticos e ambientais. O objetivo é formar os estudantes para a transformação das condições naturais e sociais da vida, ampliando suas capacidades, potencialidades e sentidos humanos (PPI/PDI, 2019/2-2024/1). A concepção de "mundo do trabalho", por sua vez, abrange um conjunto de fatores, incluindo a atividade humana de trabalho, o ambiente em que ocorre essa atividade, as prescrições e normas que regulam as relações laborais, os produtos resultantes, os discursos intercambiados nesse processo, bem como as técnicas e tecnologias que facilitam e embasam o

desenvolvimento dessa atividade. Além disso, também considera as culturas, identidades, subjetividades e relações de comunicação formadas em um processo dialético e dinâmico de atividade (FRIGARO, 2008), apresentando-se, então, mais adequada a uma formação que tem o trabalho como princípio formativo

O Ifes Campus Itapina coloca-se à disposição de toda a comunidade, seja para o ingresso nos cursos ofertados, seja para a realização de eventos e parcerias entre comunidade e instituição. Conta com uma equipe de profissionais docentes e técnicos administrativos preocupados em desenvolver um trabalho de qualidade, a fim de dinamizar os seguintes cursos: Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio, Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Zootecnia Integrado ao Ensino Médio, Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Zootecnia, Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Ciências Agrícolas.

Figura 1 - Vista aérea de parte do Campus Itapina.



Fonte: Ifes, Campus Itapina (2018)

“Colatina é um município brasileiro no interior do estado do Espírito Santo, na Região Sudeste do país. Sua população estimada, em 2022, era de 119.992 habitantes, sendo assim o nono município mais populoso do estado. É uma das principais cidades do interior capixaba e sua influência abrange também municípios do leste mineiro.

Como resultado de sua economia diversificada, com bom equilíbrio entre os três setores produtivos - primário, secundário e terciário, bem como a presença de um parque educacional

considerável e satisfatórios serviços na atenção básica e avançada à saúde, o município posiciona-se em 5º no ranking dos maiores IDHs do Espírito Santo, apresentando índice correspondente a 0,746, sendo este considerado alto para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Entre os 5.565 municípios brasileiros, Colatina ocupa a 628ª posição, no que tange ao mesmo item.

A evolução de sua mancha urbana deu-se, inicialmente, a partir da margem sul do Rio Doce. Nos dias atuais nota-se equilíbrio entre ambas as partes. Estas são ligadas por meio de duas pontes. Colatina é carinhosamente conhecida como “Princesa do Norte Capixaba”, em virtude do papel de destaque que ocupou na economia capixaba nos anos 50 e 60 do século XX.

Em 2020, possuía um Produto Interno Bruto estimado em 3.819.219 reais, sendo o 290º município de maior PIB do país”.

(<https://pt.wikipedia.org/wiki/Colatina> - Acesso em 26/08/2024)

1.2. Apresentação do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Medicina Veterinária, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) Campus Itapina, encontra-se fundamentado nas bases legais dos princípios norteadores explicitados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9.394/1996, no conjunto de normas legais, pareceres e referenciais curriculares que normatizam a Educação Superior no Brasil, tendo por base a Lei nº 5.517/1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de médico veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, a Resolução CNE/CES nº 3 de 2019, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino da Medicina Veterinária no Brasil. Com relação à carga horária, serão seguidas as disposições da Resolução MEC/CNE/CES nº 02, de 18/06/2007, que dispõe sobre a carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial e a Portaria do MEC nº. 2.117/2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino à Distância em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior, pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Também foram considerados o Decreto da Presidência da República nº 5.626/2005, sobre a inclusão de Libras no currículo, a Resolução CP/CNE nº 1 de 17 de junho de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, a Resolução CP/CNE nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a Resolução CP/CNE nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental.

Além das normatizações nacionais, o Projeto segue as normatizações do Ifes, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Resolução Consup Ifes nº 1/2019, que estabelece procedimentos para abertura, implantação, acompanhamento e revisão de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação do Ifes e a Resolução Consup Ifes nº. 38/2021, que regulamenta as diretrizes para as Atividades Curriculares de Extensão no Ifes. Foram considerados, também, os relatórios da Comissão Própria de Avaliação do Ifes.

Este documento contou com a participação de docentes representantes do núcleo básico e da área técnica, representante da Coordenadoria de Gestão Pedagógica e representante da

Coordenadoria da Biblioteca do Campus Itapina. Além da comissão responsável diretamente pela elaboração deste Projeto, foram consultados o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), a Coordenadoria de Registro Acadêmico (CRA), a Coordenadoria de Relações Institucionais e Extensão Comunitária (REC) e a Direção de Pesquisa e Extensão do Campus Itapina, para que pudessem contribuir com os itens de suas respectivas competências.

O projeto foi construído de forma participativa, com o envolvimento dos diversos profissionais relacionados ao desenvolvimento do Curso, de maneira a assegurar uma formação multidisciplinar e dinâmica para o profissional que deverá atuar de forma consciente em suas intervenções no meio produtivo animal.

Este documento explicita todas as abordagens do curso, os estudos a serem realizados, fundamentos teórico-metodológicos a serem aplicados e também as políticas de avaliação e aprimoramento do Projeto, prezando não somente pela formação técnica profissional do Médico Veterinário, mas também proporcionando a formação de um profissional consciente da importância de seu posicionamento diante das situações-problema que enfrentará, tendo como princípio a criticidade, humanidade e sustentabilidade, buscando o desenvolvimento de uma sociedade ética.

Propõe-se uma abordagem inter, multi e transdisciplinar, no trabalho de temáticas da atualidade, sempre voltadas para a resolução de problemas de relevância social, que são importantes para a formação profissional do médico veterinário.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1. Denominação

Medicina Veterinária

2.2. Área de conhecimento ou Eixo Tecnológico

Ciências Agrárias e da Saúde

2.3. Grau

Bacharelado

2.4. Modalidade

Presencial

2.5. Diplomas e certificados

Bacharel em Medicina Veterinária

2.6. Turno de oferta

Integral

2.7. Periodicidade

Semestral

2.8. Tipo de oferta

Crédito

2.9. Número de vagas oferecidas

40

2.10. Periodicidade da oferta

Anual

2.11. Carga Horária Total

4.005 horas

2.12. Formas de acesso

a) Por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), gerenciado pelo MEC, para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), com turmas ingressantes no primeiro semestre letivo de cada ano.

Os alunos serão admitidos através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), do primeiro semestre letivo de cada ano. O SiSU, criado pelo Governo Federal em parceria com o MEC, seleciona os alunos através de suas notas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM),

considerando a média obtida nesta prova como a única etapa deste processo seletivo. Caso o Ifes venha a adotar outra forma de seleção, para ingresso no Curso, haverá publicização dessa ação.

b) Por meio de editais de transferência/novo curso de cursos publicados pelo Ifes a cada semestre.

Além disso, há a possibilidade de ingresso por mudança de curso, transferência e novo curso, conforme os procedimentos previstos em edital e no Regulamento de Organização Didática dos Cursos de Graduação.

Outras modalidades de admissão poderão ser estabelecidas desde que tenham regulamentos próprios, elaborados pela Comissão de Processo Seletivo e aprovados pela Pró-Reitoria de Ensino (Proen).

2.13. Local de oferta

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Campus Itapina. Rodovia BR 259, km 70, Caixa Postal 256, Zona Rural, Colatina-ES. CEP: 29717-000

2.14. Coordenador

Vitor Dalmazo Melotti

Possui graduação em Medicina Veterinária pelo Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (2012), Residência em Clínica e Cirurgia de Grandes Animais pela Universidade de Brasília (2015) e Mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Animal pela Universidade de Brasília (2015). Atuou como Professor no Curso de Medicina Veterinária nas áreas de clínica médica e clínica cirúrgica de grandes animais no Centro Universitário ICESP (2017 - 2022); UniCEPLAC (2021 - 2022); CEUB (2021 - 2022); UNESC (2023). Além disso, atuou como preceptor no Hospital Veterinário do UNESC no setor de Grandes Animais (2022 - 2023). Desde dezembro de 2023, atua como Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES - Campus Itapina), nas áreas de produção e sanidade de ruminantes e equinos. Considerando-se o tempo que leciona no ensino superior e trabalha com a pesquisa e extensão, possui experiência como docente há mais de sete anos na área de Medicina Veterinária e Zootecnia, com ênfase em sanidade, clínica e cirurgia de grandes animais.

2.15. Prazo de Integralização curricular em anos

Mínimo: 5 anos.

Máximo: 10 anos.

2.16. Histórico de criação e reformulações do PPC

Criação ou reformulação	Criação do PPC
Criação	2025/1 – Ato de Autorização: Res. Consup IFES nº. 283, de 18/10/2024

A partir da iniciativa da administração do Ifes Campus Itapina em aumentar a disponibilidade de vagas ofertadas no campus e respeitando as políticas nacionais para a oferta de ensino superior, o Projeto Pedagógico do Curso de graduação em Medicina Veterinária foi construído e será apresentado para apreciação das Câmara de Graduação, Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão (CEPE) e Conselho Superior do Ifes para apreciação, avaliação do mérito, reformulação e, havendo consonância institucional, aprovação do projeto. A construção do PPC foi instituída por comissão através de portaria¹ expedida pelo Diretor Geral do Campus Itapina, Professor Dr. Fábio Lyrio Santos, sendo a mesma composta por professores com formação em Ciências Biológicas, Ciências Agrícolas, Zootecnia, Medicina Veterinária, com apoio pedagógico realizado por Pedagoga.

A apreciação presencial de um curso de Medicina Veterinária dos Institutos Federais² foi realizada pelo Diretor Geral do campus Itapina, acompanhado pelo então Diretor de Ensino e por representantes dos Técnicos Administrativos com experiência em produção de animais, inclusive a Médica Veterinária do Campus Itapina.

A comissão de elaboração deste Projeto Pedagógico de Curso foi formada por membros do quadro de docentes e TAEs do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Campus Itapina. Os trabalhos da comissão se desenvolveram sob a coordenação do Presidente da Comissão, Professor M.Sc. Vitor Dalmazo Melotti.

Para a construção do PPC realizaram-se ajustes na matriz curricular, atividades de extensão e pesquisa, assim como aquelas de desenvolvimento intelectual e humano, observando-se características regionais com a participação dos professores com formação em Medicina Veterinária, sendo estes os Professores M.Sc. Vitor D. Melotti, Dr. Yuri Barbosa Guerson, e a Professora Dra. Luciene Lignani Bitencourt. O Professor Dr. Frederico de Castro Figueiredo, da área de Zootecnia, atuou colaborando com sugestões de adaptação. Em se tratando dos componentes curriculares do núcleo básico, a professora Dra. Andrea Moraes Torres Pinto exerceu forte atuação. A revisão pedagógica e as sugestões educacionais foram realizadas pela pedagoga Marleide Pimentel Miranda Gava. As observações sobre necessidades de concurso para docentes e técnicos, adequações do campus, necessidade de novas instalações prediais, principalmente salas de aula, clínica e hospital veterinário, laboratórios especializados, foram discutidas em conjunto, com o apoio mais direcionado do professor Dr. Leandro Glaydson da Rocha Pinho. Tais demandas foram também obtidas com outros docentes e servidores do campus, compilando-se o máximo de sugestões e solicitações possíveis. A Bibliotecária Júlia Schettino Jacob dos Santos colaborou, ativamente, com o trabalho de revisão das referências bibliográficas.

¹ Portaria Nº 49, de 7 de fevereiro de 2024

² [Ifes - Campus Itapina - Comitiva do Ifes Campus Itapina visita o IF Sul de Minas Campus Muzambinho](#)

Uma observação importante realizada pela equipe foi a construção de um Projeto Pedagógico de Curso de Medicina Veterinária com valorização da formação do médico veterinário com alta qualificação em Produção Animal/Zootecnia. Discutiu-se, também, sobre as demandas relativas à recepção e ao atendimento intenso, necessário mais especificamente aos graduandos dos primeiros semestres, principalmente, do primeiro e segundo períodos do Curso.

3. JUSTIFICATIVA

A criação do Projeto Pedagógico do Curso de Medicina Veterinária busca oportunizar a formação de profissionais nesta área, que é carente desta oferta na região, considerando-se que apenas instituições privadas oferecem este Curso. As Ciências Agrárias e da Saúde são, reconhecidamente, uma das áreas prioritárias no Brasil e no mundo, fazendo com que haja uma grande demanda por profissionais altamente qualificados. Além desse fator, o Curso proposto busca atender ao previsto na Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, bem como otimizar o uso de toda estrutura física e de recursos humanos disponíveis no Campus, com a perspectiva de que sejam feitas as devidas adequações estruturais, conforme demandado pelas legislações específicas para a formação do aluno.

Este curso, ofertado no Campus Itapina, não está contemplado no item “Cronograma de abertura de novos Cursos e Programas de Pós-Graduação” do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Ifes, no período de 2019/2 a 2024/1. No entanto, a sua abertura, mesmo fora da previsão do PDI, oportuniza e fortalece a discussão e análise das instâncias do Ifes quanto à oferta de novos cursos de graduação alinhados às diretrizes institucionais, a serem previstos no próximo PDI.

O Campus Itapina situa-se às margens do Rio Doce, no KM 70 da Rodovia BR 259, entre as cidades de Colatina e Baixo Guandu, no noroeste do estado do Espírito Santo. A microrregião, hoje denominada Centro-oeste Capixaba, compõe-se de 10 municípios fundamentalmente agrícolas. Segundo Mozer et al (2021), predomina-se o cultivo de café, hortaliças e criação de gado bovino, mais recentemente, a aquicultura, fruticultura tropical e avicultura de postura tornaram-se atividades agrícolas em expansão. Além dessas, destacam-se a extração e o beneficiamento de rochas ornamentais e o setor de confecções. A agropecuária na região é predominantemente familiar e reproduz o perfil fundiário do estado, composto em sua maioria por pequenas propriedades, ambiente ideal para implementar projetos de extensão em assistências zootécnica, controle sanitário e conscientização dos produtores quanto ao registro de produtos de origem animal. Este panorama estimula e apoia a geração de trabalho e renda no setor agropecuário. Portanto, as características da região indicam um elevado potencial para se tornar um grande centro de produção agropecuária.

Outra vertente do Curso é o mercado de animais de estimação, pet, pois, segundo a ABINPET, estima-se que exista um total de 167,6 milhões de pets no Brasil, sendo 67,8 milhões de cães e 33,6 milhões de gatos. Existem mais de 285 mil empresas voltadas para os pets no Brasil, que é considerado o terceiro maior mercado pet do mundo, representando 0,36% do PIB brasileiro. Ainda segundo a ABINPET, em 2022 o faturamento do segmento foi de R\$ 41,9 bilhões. Esse segmento tem tudo para estar sempre em funcionamento e evolução, visto que possui um público fiel em constante crescimento, que aumentou consideravelmente após a pandemia da COVID-19.

O município de Colatina é um dos maiores da região noroeste do Espírito Santo e nos últimos anos tem se desenvolvido devido às atividades agrícolas, implantação de indústrias e extração

mineral. No município há criação de gado com produção de reprodutores, principalmente das raças de gado Guzerá, Gir, Sindi, e Holandês. A raça de gado Guzerá tem como principal agente local de formação a Fazenda Fontenelle (Figura 2), propriedade vizinha ao campus Itapina, com menos de 10 km de distância. Já para as raças Sindi, Gir, Guzerá e Guzolando a Fazenda São Francisco³. A produção de gado Girolando possui destaque no Laticínio Reserva dos Imigrantes em Colatina, e do Holandês na Laticínios Fiori⁴ em Santo Antônio do Canaã, Santa Teresa-ES, propriedade a 42 km do Ifes-Campus Itapina.

Figura 2. Recepção da Fazenda Fontenelle exibindo os ex-reprodutores desenvolvidos no ES em mais de 100 anos de atividade de produção de gado Guzerá.



O crescimento desses setores gera a demanda por instituições de ensino, pesquisa e extensão, que possam formar profissionais aptos a atuarem em Zootecnia, Medicina Veterinária e Agronomia e também criar subsídios tecnológicos para amparar o desenvolvimento dos setores produtivos. Além disso, é crescente a demanda regional por profissionais da área Veterinária e, considerando-se a vocação do Campus Itapina, em desenvolver um trabalho voltado para a área das Ciências Agrárias, propiciando um ambiente favorável à implantação do curso de Medicina Veterinária, percebe-se a importância da criação do Curso.

Vale ressaltar que será o único curso de Medicina Veterinária do setor público na região centro norte do Estado e atenderá essa região, o sul da Bahia e o leste de Minas Gerais. As instituições públicas mais próximas que ofertam o curso são: ao sul a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com sede em Alegre-ES a 260 Km, a oeste a Universidade Federal de Viçosa (UFV) em Viçosa-MG a 405 Km e ao norte a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) em Ilhéus-BA a 694 Km. Paralelamente à criação do Curso no Campus Itapina, está sendo organizada a oferta

³ <http://fazendasaofrancisco-es.com.br>

⁴ <https://laticiniosfiore.com.br>

no IFES Campus Santa Teresa com o objetivo de atender aos alunos provenientes da região central e serrana do estado.

Economicamente, os cursos na área de Ciências Agrárias e de Saúde, como o de Medicina Veterinária, se justificam pela alta participação do agronegócio no Produto Interno Bruto Brasileiro, PIB, sendo que em 2023 a representação foi de 23,8% (CEPEA). No Espírito Santo, a participação do agronegócio no PIB capixaba foi de 30%. O agronegócio emprega 33% da população economicamente ativa no Estado (A Gazeta, 2023; Procampo, 2023). A oferta do Curso de Medicina Veterinária em Colatina potencializa o Ifes e o Campus Itapina no cenário do agronegócio capixaba, beneficiando sua consolidação e fortalecendo a presença do Ifes regionalmente.

O curso dará suporte para um maior desenvolvimento de todas as atividades agropecuárias relacionadas à Medicina Veterinária na região Norte do estado, tornando-se um importante canal de desenvolvimento para a região, onde o mercado pet e a pecuária de leite e corte têm grande impacto na economia, mas há uma carência em tecnologia e profissionais especializados. Destaca-se, também, que atualmente existem dois cursos de Medicina Veterinária em funcionamento no município de Colatina, em duas instituições privadas de ensino, o que acaba distanciando o aluno de baixa renda do acesso ao ensino superior, em um curso pretendido.

No Estado do Espírito Santo, a produção animal é fundamental para a diversificação das atividades das propriedades rurais, gerando receitas para o produtor e matéria-prima para a indústria de alimentos. Desta forma, as atividades de criação técnica de animais como a pecuária, piscicultura, avicultura, suinocultura e outras criações têm uma forte participação econômica e social no Estado. Segundo o Sebrae/ES, são mais de 2.000 pequenas empresas no comércio de artigos e alimentos para animais de companhia e mais de 7 no ramo de higiene e embelezamento. Outro fato é que, conforme dados do IBGE, referentes ao ano de 2019, mais de 650 mil domicílios no Espírito Santo possuem cães ou gatos.

O Campus Itapina busca, além das ações de ensino regular e das atividades de pesquisa e de extensão, oportunizar a disseminação do conhecimento técnico e tecnológico nas camadas sociais menos favorecidas, integrando-se com a comunidade e contribuindo para o seu desenvolvimento, a fim de contribuir para o crescimento socioeconômico da comunidade em que está inserido. Para isso, estabelece parcerias com entidades afins, traçando compromissos sociais, mediante convênios com setores públicos e privados da região, para a formação de profissionais competentes para atuarem no arranjo produtivo local.

Além de contribuir para o desenvolvimento da pecuária local, o curso tem grande relevância no tocante à saúde pública. Atualmente, a concepção de saúde única representa uma visão integrada, que considera a indissociabilidade entre saúde humana, saúde animal e saúde ambiental, em que o médico veterinário faz parte de uma gama de profissionais de fundamental importância quando a Organização Mundial de Saúde reconhece que 60% das doenças infecciosas têm no seu ciclo a participação de animais, configurando-se como zoonoses.

Em 2019, o campus Itapina, pela Portaria Nº 253, de 06 de setembro de 2019, Processo 23154.001311/2019-58, transformou o Projeto de Ensino “Patinhas Felizes”, criado em 20165, em um Programa de Desenvolvimento Institucional intitulado "Programa de Desenvolvimento Institucional: ‘Patinhas Felizes’ - Prevenção de zoonoses transmitidas por cães e gatos no Ifes - Campus Itapina”, com objetivo de prevenção de zoonoses e controle populacional de cães e gatos no Ifes Campus Itapina, atualizado pelo processo 23154.000326/2022-01, com plano de trabalho referente ao período de 2023 até 2028. Este projeto, assim como o de Assistência em Vacinação contra Brucelose Bovina, implementado em 2016, colaboram com o Município de Colatina e Estados do ES e MG, no que se refere à redução de disseminação de doenças de potencial zoonótico entre os animais domésticos e silvestres, caracterizando importantes ações no âmbito da saúde única.

As atividades vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão do Campus Itapina foram historicamente associadas à produção pecuária, uma vez que o campus possui alunos que cursam disciplinas de criação de animais de produção desde sua fundação. São estes: Cursos Técnicos em Agropecuária e em Zootecnia e cursos de Bacharelado em Agronomia e Zootecnia e de Licenciatura em Ciências Agrícolas. No período letivo de 2024/1, 1067 estudantes estão cursando disciplinas da área de Produção Animal/Zootecnia.

Nesse âmbito, o curso de Medicina Veterinária no Campus Itapina pode contar com amplo apoio estrutural e pessoal que já atende ao Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Zootecnia, à Licenciatura em Ciências Agrícola e, também, aos Cursos Técnicos em Agropecuária, Zootecnia e Alimentos. Os setores utilizados para manejo e criação de animais de pequeno porte (avicultura, abelhas, aquicultura), para manejo e criação de animais de médio porte (suínos e ovinos), para manejo e criação de animais de grande porte (bovinos) já estão estruturados para atendimentos de aulas práticas, pesquisa, extensão e desenvolvimento de estágios para os cursos já existentes no campus. Além das Estruturas de laboratórios de Agroindústria, Nutrição animal e Bromatologia, Biologia, Física e Química e Informática.

Segundo registros feitos pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), em setembro de 2023:

“[...] A população ocupada no agronegócio brasileiro somou 28,5 milhões de pessoas no segundo trimestre de 2023, conforme nova metodologia aplicada pelo Cepea, em parceria com a CNA. Trata-se de um novo recorde da série histórica, iniciada em 2012. Com isso, a participação do setor no total de ocupações do Brasil foi de 26,9% no segundo trimestre de 2023.

O número de pessoas atuando no agronegócio no segundo trimestre de 2023 aumentou 0,8% (aproximadamente 220,64 mil pessoas) frente ao mesmo período de 2022. Segundo pesquisadores do Cepea/CNA, esse resultado se deve, sobretudo, ao maior contingente ocupado nos agrosserviços (que cresceu 8,1%, ou 684,23 mil pessoas, %, com destaque para atividades como consultoria, irrigação e assistência técnica.) e ao emprego no segmento de

⁵https://itapina.ifes.edu.br/images/stories/Conselho_Gestor/2016/Ata_04-2016_-_Aprova_Projeto_de_Ensino_Patinhas_Felizes_-_Aprova_nova_grade_curricular_de_Agropecu%C3%A1ria_e_Zootecnia.pdf

insumos (que aumentou (9,4% ou 19,4 mil pessoas, com destaque para a comercialização de fertilizantes e defensivos.) [...]

[...] Além disso, observou-se um incremento entre os trabalhadores com níveis mais elevados de instrução, abrangendo tanto aqueles com ensino médio completo quanto os com ensino superior completo e incompleto [...]"

O trabalho com a criação, conservação e produção de animais, principalmente domésticos, e com o agronegócio possui bases consolidadas na região norte do estado, o que possibilita alta empregabilidade no segmento de produção animal. O Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo, o segundo que mais exporta carne de frango e o quarto em produção de suínos. O cenário amplia as ofertas de trabalho para a área. O setor do agronegócio se configurou, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), como um dos que mais gera novos empregos no país. Somente no primeiro trimestre de 2021 foram quase 10 mil vagas destinadas à pecuária. No geral, as vagas de emprego são ofertadas com maior demanda no setor agropecuário. Mas não é só nesse segmento que o profissional da área poderá encontrar trabalho. Frigoríficos, cooperativas rurais e unidades de conservação também necessitam dos trabalhos do Médico Veterinário.

Segundo o Conselho Federal de Medicina Veterinária, o trabalho dos médicos veterinários vai muito além das clínicas e dos consultórios veterinários, destinados aos animais de companhia, pois podem atuar em atividades ligadas à produção dos alimentos de origem animal que chegam à mesa do consumidor, como consultores, responsáveis técnicos, docentes e peritos criminais, judiciais e administrativos, exercendo atividades em laboratórios para análise de solo, para análise da água e domissanitários, realizando pesquisas em alimentos, participando da produção de vacinas e de medicamentos de uso animal, dentre outras atividades.

No caso da saúde pública, por exemplo, a categoria foi integrada, em 2011, às equipes multiprofissionais do Núcleo de Apoio à Saúde da Família, conhecido como NASF. Isso significa que, desde então, os médicos veterinários têm a chancela do Governo Federal para atuar ao lado de outros profissionais que trabalham pela qualidade da atenção básica à saúde nos municípios brasileiros. Treze anos antes, em 1998, a Medicina Veterinária já havia sido reconhecida pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) como profissão da área de saúde.

É o médico veterinário, por exemplo, quem realiza visitas domiciliares para o diagnóstico de risco à saúde na interação entre os seres humanos, os animais e o meio ambiente. É também ele quem trabalha na prevenção, no controle e no diagnóstico situacional de doenças transmissíveis ao homem pelos animais: as zoonoses. É o caso da raiva, leptospirose, brucelose, tuberculose, dengue, febre amarela, dentre outras.

São diversas as áreas de atuação dos médicos veterinários. A seguir, são elencadas algumas delas:

- Clínica de grandes animais
- Cirurgia de grandes animais
- Cirurgia em médios animais
- Cirurgia em animais de companhia
- Cirurgia de animais selvagens
- Cirurgia de aves

- Cirurgia de peixes
- Cirurgia de carnívoros
- Anestesia de grandes animais
- Anestesia de animais de porte médio
- Anestesia em animais de companhia
- Anestesia de animais selvagens
- Laboratório de diagnósticos
- Laboratório de pesquisas de doenças
- Laboratório de diagnósticos em patologias
- Laboratório de pesquisa em alimentos
- Laboratório de produtos de uso animal
- Laboratório de pesquisa de medicamento de uso animal
- Laboratório para análise de solo e foliar
- Laboratório para análise de água e produtos domissanitários
- Responsabilidade técnica em feiras, leilões e exposições
- Responsabilidade técnica em zoológico
- Responsabilidade técnica em centro de triagens de animais selvagens
- Responsabilidade técnica em clínicas de pequenos animais
- Responsabilidade técnica em centro de equoterapia
- Responsabilidade técnica em canil
- Responsabilidade técnica em fábrica de rações
- Responsabilidade técnica em matadouro
- Responsabilidade técnica em frigorífico
- Responsabilidade técnica em laticínios
- Responsabilidade técnica em hospital de grandes animais
- Responsabilidade técnica em hospital de pequenos animais
- Responsável técnica em laboratório de embriões
- Responsável técnica em indústria de sal mineral
- Responsável técnico em aviculturas de corte
- Responsável técnico em avicultura de postura
- Responsável técnico em produção de aves
- Responsável técnico em produção de matrizes
- Responsável técnico em produção de ovos para vacinas e medicamentos
- Responsabilidade técnica em casas de produtos veterinários
- Responsabilidade técnica em indústria de medicamentos
- Responsável técnico em suinocultura
- Responsável técnico em cooperativa
- Responsável técnico em supermercados que manipulam alimentos de origem animal
- Responsável técnico em apicultura
- Responsável técnico em aquicultura
- Responsável técnico em laboratório de bromatologia
- Auditoria em matadouro
- Auditoria em frigoríficos
- Inspeção em matadouro
- Inspeção em frigoríficos

- Inspeção em laticínios
- Inspeção em fábrica de rações
- Auditoria em laticínios
- Responsável técnico em tecnologia de carnes
- Responsável técnico em tecnologia de leite
- Responsável técnico em tecnologia de produtos do leite
- Responsável técnico em defesa sanitária animal
- Responsável técnico em vigilância sanitária animal
- Responsável técnico em vigilância ambiental
- Consultor em impactos ao meio ambiente
- Consultor em produção animal
- Consultor em reprodução animal de produção
- Consultor em reprodução animal de pequeno porte
- Consultor em reprodução animal de médio porte
- Consultor animal em animais de pequeno porte para produção
- Responsável técnico em empresas de serviços domissanitários
- Orientador para pequenos produtores em empresas estatais
- Consultor para produção de aves ornamentais
- Consultor sobre peixes ornamentais
- Responsável técnico em aquário
- Perito criminal estadual
- Perito criminal federal
- Perito administrativo
- Perito judicial
- Professor nível médio
- Professor nível superior
- Responsável técnico biotério
- Planejamento de produção em pequenas propriedades
- Planejamento de produção em grandes propriedades
- Responsável técnico tosa e banho que usa medicamentos veterinários
- Comércio Medicamentos veterinários
- Marketing produtos destinados para uso animal
- Produção com bem estar animal
- Responsável técnico na produção de cães e gatos
- Alimentação em piscicultura
- Responsável técnico produção alevinos
- Pesquisa em etologia animal

(<https://www.cfmv.gov.br/areas-de-atuacao-do-medico-veterinario/medicos-veterinarios/2020/01/29/> - Acesso em 26/08/2024)

O governo do estado do Espírito Santo anunciou, em maio de 2023, o início da elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba (PEDEAG 4 – 2023/2032), com o objetivo de “planejar ações e iniciativas que buscam alavancar o setor com políticas que promovam o desenvolvimento sustentável e tecnológico da agropecuária capixaba”.

O PEDEAG 4 consiste num plano estadual que busca ser um referencial para o desenvolvimento das principais cadeias produtivas da agricultura, pesca e pecuária do Espírito Santo, de modo a integrar programas, projetos e ações entre os setores público, privado e não governamental. Durante o discurso, o Vice-Governador do estado, Ricardo de Rezende Ferrazo, lembrou que “[...] o PIB do agronegócio capixaba cresceu quase o dobro da média nacional nos últimos 20 anos [...] Isso se deve em muito ao planejamento feito pela PEDEAG, elaborado pela primeira vez em 2003. O Espírito Santo tem mais de 130 mil propriedades rurais, sendo a maior parte formada de pequenas propriedades rurais, mas que são grandes produtores que agregam inovação, tecnologia, sustentabilidade e qualidade [...]”.

Dados do último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017 demonstram que o Espírito Santo possuía, à época, 108.014 propriedades rurais ligadas à agricultura e à pecuária. O levantamento aponta que 357.258 pessoas estão ocupadas com atividades agrícolas diversas. Isto contribui para o retrato da agropecuária capixaba, que tem muitas cadeias produtivas, com importantes resultados de produtividade e demandas de trabalho.

Em pesquisa de demanda realizada entre 954 pessoas, de forma presencial, o curso de Medicina Veterinária foi apontado como o de primeira prioridade e com maior demanda, dentre 17 cursos (Gráfico 1). A pesquisa foi realizada entre os municípios da microrregião centro-oeste capixaba acrescidas dos municípios de Águia Branca, Barra de São Francisco, Mantenópolis, Sooretama, Laginha de Pancas, Pancas e Aimorés-MG.

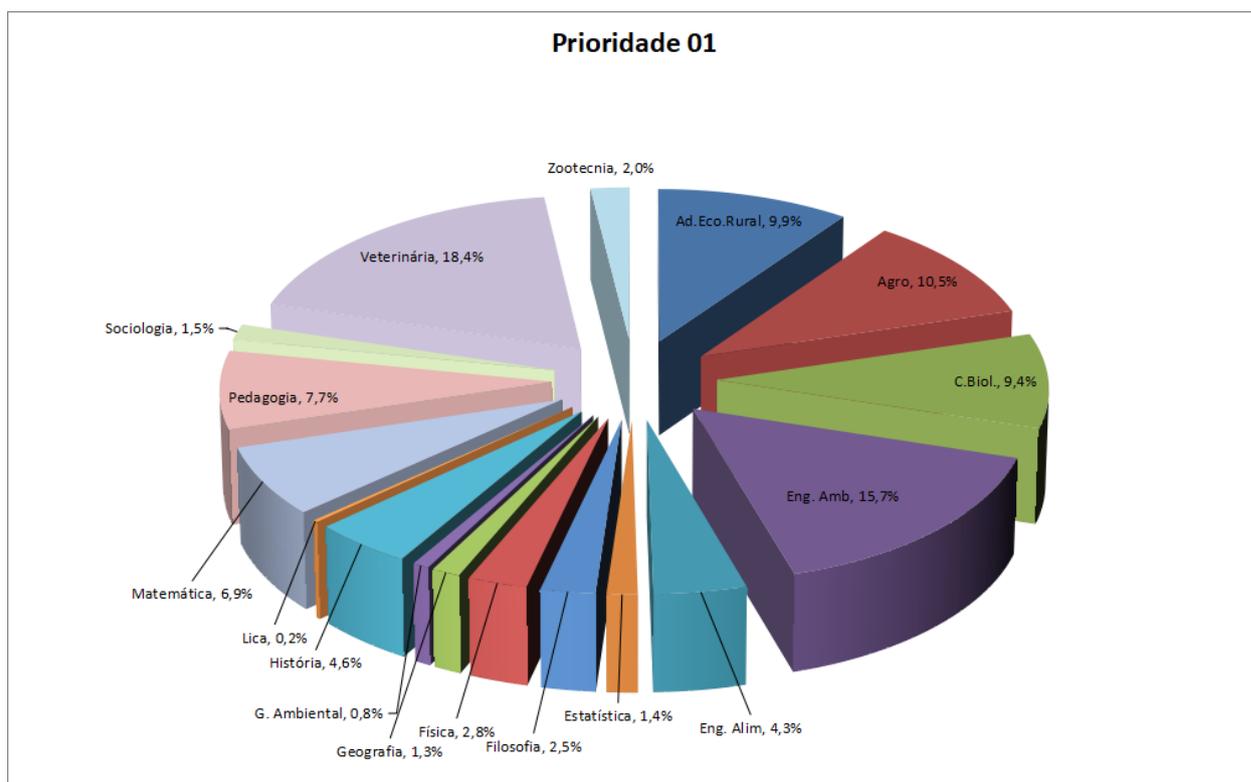


Gráfico 1. Pesquisa de demanda realizada para diagnosticar a possibilidade de abertura de novos cursos de graduação no Ifes Campus Itapina.

Uma segunda pesquisa de demanda foi conduzida entre os dias 29 de agosto e 15 de setembro de 2024, com o objetivo de confirmar os dados coletados em 2018. Além disso, esse novo levantamento também identificou municípios estratégicos para a divulgação e recrutamento de estudantes.

A pesquisa foi realizada diretamente em 16 municípios, mas alcançou respostas de 51 municípios, graças à divulgação entre a comunidade acadêmica e nas redes sociais do Ifes Campus Itapina. Ao todo, foram recebidas 616 respostas, com maior concentração de participantes nas regiões de Colatina (40,3%), Aimorés (12,2%), Baixo Guandu (11,2%) e Pancas (5,4%).

O questionário eletrônico, além de ter sido compartilhado com a comunidade acadêmica do Campus Itapina, foi enviado por e-mail para as Secretarias de Educação dos 16 municípios listados a seguir. Foi solicitado que essas secretarias divulgassem o link do formulário eletrônico para as escolas públicas locais, incentivando a participação voluntária na pesquisa de demanda.

Municípios	Número de Respostas	Percentual de respostas
Águia Branca	5	0,8%
Aimorés	75	12,2%
Alto Rio Novo	3	0,5%
Baixo Guandu	69	11,2%
Boa Esperança	2	0,3%
Colatina	248	40,3%
Governador Lindemberg	7	1,1%
Ipanema	9	1,5%
Itaguaçu	8	1,3%
Itarana	3	0,5%
João Neiva	4	0,6%
Linhares	11	1,8%
Marilândia	9	1,5%
Pancas	33	5,4%
Resplendor	5	0,8%
São Domingos do Norte	5	0,8%
São Gabriel da Palha	5	0,8%
Vila Valério	2	0,3%
Outro	113	18,3%

Os municípios que não estavam inicialmente incluídos na lista de opções, mas foram mencionados pelos respondentes, foram: Mutum: 14 vezes (23,3%), São Mateus: 3 vezes (5,0%), Ecoporanga: 2 vezes (3,3%), Mucuri: 2 vezes (3,3%), Nova Venécia: 1 vez (1,7%), Pocrane: 1 vez (1,7%), Vila Pavão: 1 vez (1,7%), Jaguaré: 2 vezes (3,3%), Laranja da Terra: 3 vezes (5,0%), Aracruz: 3 vezes (5,0%), Itueta: 2 vezes (3,3%), Cariacica: 1 vez (1,7%), Virginópolis: 3 vezes (5,0%), Santa Maria de Jetibá: 1 vez (1,7%), Paraíba do Sul: 1 vez (1,7%), Fundão: 1 vez (1,7%), Pavão: 1 vez (1,7%), Caratinga: 1 vez (1,7%), Marilândia: 1 vez (1,7%), Fundão: 3 vezes (5%), Nanuque: 2 vezes (3,3%), Guarapari: 1 vez (1,7%), Rio de Janeiro: 1 vez (1,7%), Ibirapu: 1 vez (1,7%), Santa Rita do Itueto: 2 vezes (3,3%), Ipatinga: 1 vez (1,7%), Pinheiros: 2 vezes (3,3%),

Governador Valadares: 1 vez (1,7%), , Teófilo Otoni: 2 vezes (3,3%), São Paulo: 1 vez (1,7%), Portugal: 1 vez (1,7%), Conceição da Barra: 1 vez (1,7%), Barra de São Francisco: 1 vez (1,7%), Goiabeira: 1 vez (1,7%), Ipanema: 1 vez (1,7%), Conselheiro Pena: 1 vez (1,7%).

A pesquisa utilizou um questionário estruturado no Google Forms, contendo sete perguntas de múltipla escolha e uma de resposta aberta. As questões foram as seguintes:

- 1) Qual é o seu município de origem?
- 2) Se o seu município NÃO consta na lista acima, qual é o seu município?
- 3) Qual é a sua idade?
- 4) Em que etapa do ensino você se encontra?
- 5) Qual é a sua renda familiar? (Renda somando a renda total de todos os membros da família)
- 6) Você conhece ou já ouviu falar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Campus Itapina (Ifes Campus Itapina)?
- 7) Você cursaria Medicina Veterinária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Campus Itapina (Ifes Campus Itapina)?
- 8) Se respondeu "sim" à pergunta anterior, por favor, indique abaixo qual seria sua principal área de interesse nesse curso.



Gráfico 2 – Municípios de origem dos respondentes.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição de respostas por município, evidenciando que o maior número de participantes foi de Colatina, seguido por Aimorés e Baixo Guandu. Entre os municípios mencionados que não constavam na lista original de opções, destaca-se Mutum-MG. Com base nos resultados, concluímos que as principais regiões para a divulgação do curso e recrutamento de alunos seriam os municípios próximos a Colatina, além das regiões leste de Minas Gerais e sul da Bahia.

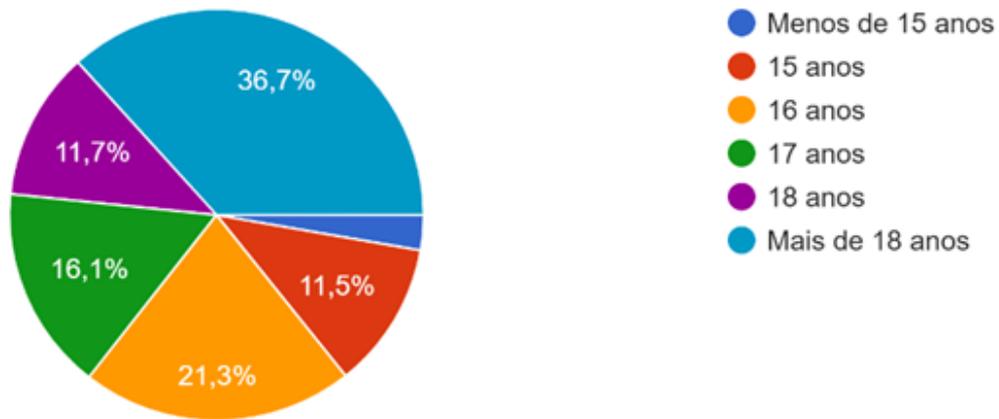


Gráfico 3 – Faixa etária dos respondentes.

O gráfico 3 se refere à faixa etária dos respondentes, sendo que 226 respondentes (36,7%) possuem mais de 18 anos, 72 respondentes (11,7%) possuem 18 anos, 99 respondentes (16,1%) possuem 17 anos, 131 respondentes (21,3%) possuem 16 anos, 88 respondentes (14,3%) possuem 15 anos ou menos. Podemos concluir que 64,44% dos respondentes teriam idade para iniciar o curso no próximo ano.

;

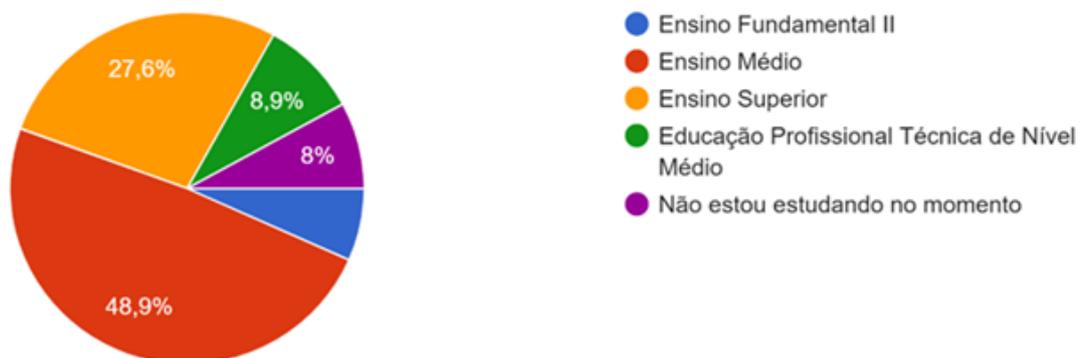


Gráfico 4- Escolaridade dos respondentes.

Quanto à escolaridade dos respondentes, podemos observar que 57,8% estão cursando o ensino médio ou educação profissional técnica de nível médio (Gráfico 4).

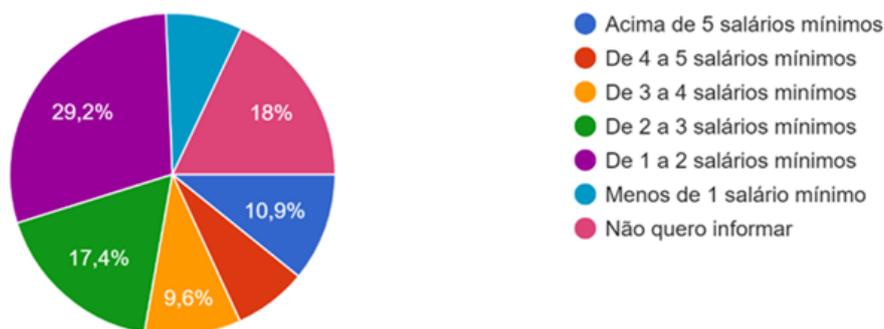


Gráfico 5 – Renda familiar dos respondentes.

Em relação à renda familiar, 56,2% dos respondentes possuem uma renda entre 1 e 4 salários mínimos, indicando que o curso de Medicina Veterinária pode ter um impacto significativo, contribuindo para o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida dessas famílias.

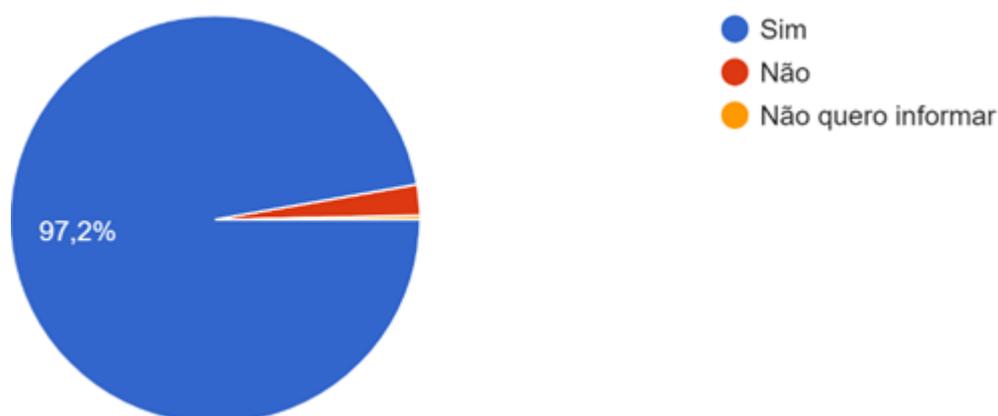


Gráfico 6 – Conhecimento sobre o Ifes Campus Itapina.

A grande maioria dos respondentes, 97,2%, afirmou conhecer o Campus Itapina (Gráfico 6), o que demonstra sua ampla visibilidade nas regiões noroeste e norte do Estado, além do leste de Minas Gerais e sul da Bahia. Esse reconhecimento indica um potencial significativo para atrair estudantes, com 74% dos participantes expressando interesse em cursar Medicina Veterinária no Ifes Campus Itapina, enquanto 16,4% indicaram que talvez fariam o curso (Gráfico 7).

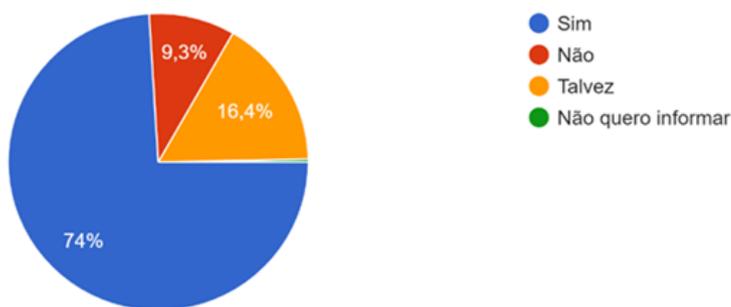


Gráfico 7 – Intenção de cursar Medicina Veterinária no Ifes Campus Itapina.

Os respondentes que manifestaram interesse em cursar Medicina Veterinária no Ifes Campus Itapina foram questionados sobre sua principal área de interesse para atuação profissional. A maioria demonstrou preferência pela área de animais de grande porte, com 257 respostas (47,3%), seguida pela área de animais de pequeno porte, com 87 respostas (16,4%), conforme demonstrado no Gráfico 8.

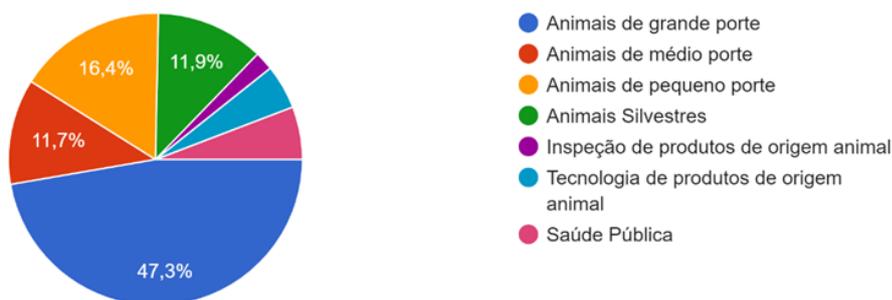


Gráfico 8 – Principal área de interesse para atuação profissional como egresso do curso de Medicina Veterinária do Ifes Campus Itapina.

No ano de 2015, o Campus Itapina foi impactado com os rejeitos da empresa Samarco Mineração, vinculada às mineradoras Vale e BHP. Na época, vários animais foram atingidos, trazendo perdas aos produtores rurais, pescadores e piscicultores. Na calha do Rio Doce, e nos municípios à margem dele, não há um curso de Medicina Veterinária público. Neste sentido, os produtores rurais e a comunidade local ainda não têm uma referência regional, gratuita e de qualidade para atendimento à saúde dos animais em clínica e hospital veterinário.

O Campus tem condições objetivas de oferta e continuidade do Curso, considerando-se o ambiente, setores e serviços já disponíveis para atendimento aos outros cursos da área das Ciências Agrárias e da Saúde. Dada a importância do Curso, para a realidade do mundo do trabalho em âmbito nacional, regional e local, e considerando-se a infraestrutura disponível, o corpo docente que atua na área das Ciências Agrárias e da Saúde e a pequena parcela que foi

dimensionada para novas contratações específicas da área da Medicina Veterinária, além das parcerias já existentes com o setor produtivo local e com outras instituições, a referida oferta torna-se viável.

Tendo por base a Lei nº 11.892/2008, que cria os Institutos Federais de Educação, o Campus Itapina pretende promover a integração e a verticalização da educação básica, integrada à educação profissional, com o ensino superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão disponíveis e; ofertar formação profissional que consolide e fortaleça os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, balizados pelo mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Campus.

O número de vagas ofertadas para o Curso segue o que vem sendo proposto para os demais cursos que estão em funcionamento no Campus, além de ter sido tomada como base a pesquisa de demanda realizada com a comunidade acadêmica e regional e considerando a capacidade do corpo docente e as condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a pesquisa.

O Ifes Campus Itapina quer continuar o trabalho de formação de profissionais que atuarão nesse cenário, iniciado há mais de seis décadas, quando ainda era Agrotécnica Federal de Colatina, possibilitando que realizem suas funções com inovabilidade, sustentabilidade e responsabilidade social e ambiental.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

- Formar o médico veterinário competente, no âmbito técnico, na promoção da saúde animal, com senso de ética profissional e comprometido com o desenvolvimento social, econômico e político da sociedade brasileira.

4.2. Objetivos específicos

- Desenvolver competências e habilidades, tanto na cadeia produtiva do agronegócio como para a medicina veterinária de animais, a partir de casuísticas adequadas, incluídas também no estágio supervisionado.

- Aprender e aperfeiçoar condutas e atitudes com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios o respeito ao bem-estar animal, a sustentabilidade ambiental, a observância da ética e o atendimento às expectativas humanas e sociais no exercício das atividades profissionais.

- Desenvolver conhecimento, tecnologias e ações extensionistas voltadas à área de atuação profissional, com responsabilidade social, ambiental e ética.

- Participar com zelo e compromisso das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

- Valorizar a pluralidade de ideias e espaços democráticos de discussão e legitimação dos interesses da coletividade no que tange à saúde animal e pública.

- Pensar criticamente sobre os problemas da sociedade e procurar soluções para eles, considerando que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, em geral.

- Ser capaz de tomar decisões visando o uso apropriado, a eficácia e o custo-efetividade da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas.

- Desenvolver visão crítico-reflexiva sobre as bases teóricas das Ciências Biológicas e da Saúde que norteiam o conhecimento específico da profissão.

- Desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo.

5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Conforme previsto na Resolução CNE/CES nº 3, de 15 de agosto de 2019, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Medicina Veterinária, o aluno receberá formação que possibilite a ele, quando egresso, atuar de forma responsável, ética e cidadã no que se refere à Produção Animal, Produção de Alimentos, Saúde Animal e Proteção Ambiental, compreendendo que a Medicina Veterinária, por ser uma das profissões inseridas na área das Ciências da Saúde, exige a observância dos fatores sociais, econômicos, culturais e legais que regem a profissão, a fim de promover a segurança alimentar e o convívio saudável entre a espécie humana e os animais domésticos, silvestres e exóticos.

Tendo por base o Artigo 5º da referida Resolução, o Curso de Bacharelado em Medicina Veterinária tem como perfil de egresso um profissional com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, apto a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação às atividades inerentes ao exercício profissional, no âmbito de seus campos específicos de atuação em saúde animal, saúde pública e saúde ambiental; clínica veterinária; medicina veterinária preventiva; inspeção e tecnologia de produtos de origem animal; zootecnia, produção e reprodução animal. Deverá ter conhecimento dos fatos sociais, culturais e políticos; de economia e de administração. Capacidade de raciocínio lógico, de observação, de interpretação e de análise de dados e informações, bem como dos conhecimentos essenciais de Medicina Veterinária, para identificação e resolução de problemas visando a sustentabilidade econômica, social, ambiental e o bem-estar animal.

De acordo com o Art. 6º desta Resolução, a formação do Médico Veterinário tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos para desenvolver ações e resultados voltados à área de Ciências Agrárias e da Saúde no que se refere à Produção Animal, Produção de Alimentos, Saúde Animal, Saúde Pública e Saúde Ambiental, além das seguintes competências e habilidades gerais:

I – Atenção à saúde: os médicos veterinários devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde. Sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, considerando que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, em geral;

II – Tomada de decisões: o trabalho dos médicos veterinários deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

III – Comunicação: os médicos veterinários devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologia de comunicação e informação;

IV – Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os médicos veterinários devem estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;

V – Administração e gerenciamento: os médicos veterinários devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a ser empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças em equipes de saúde; e

VI – Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender, continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e com o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando o desenvolvimento e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

Considerando, ainda, o Art. 7º da Resolução do CNE/CES nº 3/2019, o Curso deve assegurar a formação de profissional em suas áreas de atuação (saúde animal, saúde pública e saúde ambiental; clínica veterinária; medicina veterinária preventiva; inspeção e tecnologia de produtos de origem animal; zootecnia, produção e reprodução animal), objetivando que os alunos sejam capazes de:

- Avaliar grau de bem-estar animal a partir de indicadores comportamentais e fisiológicos e de protocolos específicos, bem como planejar e executar estratégias para a melhoria do bem-estar animal visando a utilização de animais para os diferentes fins, com ênfase na bioética.
- Desenvolver, orientar, executar e interpretar exames clínicos e laboratoriais, bem como, identificar e interpretar sinais clínicos e alterações morfofuncionais.
- Identificar e classificar os fatores etiológicos, compreender e elucidar a patogenia, bem como, prevenir, controlar e erradicar as doenças de interesse na saúde animal, saúde pública e saúde ambiental.
- Instituir diagnóstico, prognóstico, tratamento e medidas profiláticas, individuais e populacionais.
- Planejar, elaborar, executar, avaliar e gerenciar projetos e programas de proteção ao meio ambiente e dos animais selvagens, bem como de manejo e tratamento de resíduos ambientais, participando também de equipes multidisciplinares.
- Desenvolver, programar, orientar e aplicar técnicas eficientes e eficazes de criação, manejo, nutrição, alimentação, melhoramento genético, produção e reprodução animal.

- Planejar, orientar, executar, participar, gerenciar e avaliar programas de saúde animal, incluindo biossegurança, biosseguridade e certificação.
- Planejar, orientar, executar, participar, gerenciar e avaliar a inspeção sanitária e tecnológica de produtos de origem animal.
- Planejar, orientar, gerenciar e avaliar unidades de criação de animais para experimentação (bioterrorismo).
- Planejar, organizar, avaliar e gerenciar unidades de produção de medicamentos, imunobiológicos, produtos biológicos e rações para animais.
 - Elaborar, executar, gerenciar e participar de projetos na área de biotecnologia da reprodução.
- Planejar, avaliar, participar e gerenciar unidades de serviços médicos veterinários e agroindustriais.
 - Realizar perícias, assistência técnica e auditorias, bem como elaborar e interpretar laudos periciais e técnicos em todos os campos de conhecimento da Medicina Veterinária.
- Planejar, elaborar, executar, gerenciar e participar de projetos e programas agropecuários e do agronegócio.
- Conhecer métodos de busca da informação, técnicas de investigação e elaboração de trabalhos técnicos, acadêmicos, científicos e de divulgação de resultados.
- Assimilar e aplicar as mudanças conceituais, legais e tecnológicas ocorridas nos contextos nacional e internacional, considerando aspectos da inovação.
- Avaliar e responder, com senso crítico, as informações que são oferecidas durante seu processo de formação e no exercício profissional.
- Participar no planejamento, execução, gerenciamento e avaliação de programas e ações para promoção e preservação da saúde única, no âmbito das estratégias de saúde da família e outros segmentos de atividades relacionadas ao médico veterinário junto à comunidade.
- Planejar, orientar, executar, participar, gerenciar e avaliar programas de análises de riscos envolvendo possíveis agravos à saúde animal, à saúde pública e à saúde ambiental.
- Prevenir, identificar, controlar e erradicar doenças emergentes e reemergentes com vistas à atuação no serviço veterinário oficial e privado.

6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

6.1. Concepção

A concepção do Curso tem por base a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação e é pautado na relação entre teoria e prática, para o bom andamento do processo de ensino e aprendizagem. As atividades práticas e os projetos integrados a serem desenvolvidos são embasados na compreensão de que os alunos aprendem melhor quando estão envolvidos em atividades desafiadoras e significativas, que os estimulam a aplicar o conhecimento teórico em contextos do mundo real. Aulas desenvolvidas em um ambiente de ensino interativo e dialógico proporcionam aprendizagens e engajamento dos alunos. A aplicação de teorias e conceitos em contextos concretos contribui para o desenvolvimento de habilidades práticas, de autogestão, planejamento, organização, autodisciplina e resolução de problemas de maneira eficaz.

O objetivo é proporcionar uma sintonia do profissional com a sociedade e o mundo produtivo, tendo por base o diálogo com a comunidade acadêmica e com os arranjos produtivos culturais locais e regionais. O desenvolvimento humano sustentável é uma pauta fundamental para o trabalho a ser desenvolvido no decorrer do Curso, observando-se os princípios de produção com respeito ao equilíbrio do meio ambiente, promovendo a interação entre saberes teórico-práticos desenvolvidos por meio da realização de atividades em ambientes de formação, para além dos espaços convencionais. A ação pedagógica é concebida de forma multi, inter e transdisciplinar, ao longo de todo o percurso formativo, evidenciando-se a percepção da pesquisa e da extensão como sustentadoras das ações de construção do conhecimento e da autonomia dos alunos na aprendizagem. O princípio da mobilidade será considerado, não apenas entre os campi dos Institutos, mas também entre instituições nacionais e internacionais.

A estrutura curricular do Curso busca garantir a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica e a compatibilidade da carga horária total com o volume de conteúdos propostos no ementário do PPC. Evidencia a articulação da teoria com a prática, a oferta da disciplina de LIBRAS e mecanismos de familiarização com a modalidade do ensino a distância, bem como a articulação dos componentes curriculares no percurso de formação.

Conforme destacado por Guimarães e Pinto (2005), o pensar interdisciplinarmente é algo relacionado à pluralidade pedagógica, com a utilização de diferentes enfoques a partir de um mesmo objeto de estudo, com abordagens complementares. A interdisciplinaridade é dinamizada para que a realidade e toda a sua complexidade sejam absorvidas, por meio da integração entre os diferentes conteúdos das disciplinas. As diferentes áreas do conhecimento são acessadas para que seja possível um entendimento mais global dos conteúdos.

Para Japiassu (2006a, p. 1): “Não basta mais o simples encontro ou justaposição das disciplinas. É imprescindível eliminar as fronteiras entre as problemáticas e os modos de expressão para que se instaure uma comunicação fecunda”.

Foi pensado um currículo com acessibilidade programática e metodológica a fim de projetar o trabalho de forma a abranger todos os alunos, durante as aulas e outras atividades acadêmicas, para que as especificidades de alunos que são público do Atendimento Educacional Especializado possam ser consideradas e atendidas.

A flexibilização curricular possibilita que o aluno seja mais participativo no decorrer do Curso como, por exemplo, ao escolher componentes curriculares optativos, com a possibilidade de diferentes campos de atuação profissional, o que favorece o desenvolvimento de sua autonomia. Os professores reorganizarão os objetivos pedagógicos, em seu plano de ensino, de modo a atender às necessidades dos alunos, em especial daqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem, decorrentes ou não de deficiência. Feita em caráter emergencial, essa flexibilização está relacionada à necessidade de priorizar objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e adaptar variáveis das práticas educativas considerando novos espaços, tempos, agrupamentos para as aprendizagens, com foco na recuperação de aprendizagens.

Buscar-se-á a integração da comunidade discente, por meio de ações educativas envolvendo, em sua composição, alunos de diferentes níveis e modalidades, para a concretização do princípio da verticalização. As políticas de ensino, definidas pelo Campus Itapina, extrapolam a perspectiva de aumentar o número de vagas, com o objetivo de formar profissionais cidadãos, preparando-os para participar da vida democrática e para lidar com novas tecnologias e novas formas de produzir bens, serviços e conhecimentos.

Atendendo ao Art. 4º da Resolução do CNE/CES nº 3/2019, o Curso estabelece ações pedagógicas com base no desenvolvimento de condutas e de atitudes com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios:

I - o respeito ao bem-estar animal;

II – a sustentabilidade ambiental;

III – a observância da ética; e

IV – o atendimento às expectativas humanas e sociais no exercício das atividades profissionais.

Atendendo ao Art. 11 da referida Resolução, o Curso prevê a utilização de metodologias ativas e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso, bem como busca aprimorar instrumentos que verifiquem a estrutura, os processos e os resultados, em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e com a dinâmica curricular definida neste PPC.

Conforme previsto no Art. 18 da Resolução do CNE/CES nº 3/2019, a estrutura do Curso deverá assegurar a:

I – articulação entre o ensino, pesquisa e extensão, garantindo um ensino crítico, reflexivo e criativo, que leve a construção do perfil almejado, estimulando a participação do discente em projetos de ensino, pesquisa e extensão; socializando o conhecimento produzido;

II – inserção do estudante nos serviços médicos veterinários, considerados como espaços de aprendizagem, desde os semestres iniciais e ao longo do curso de graduação, de forma interdisciplinar, relevante à sua futura vida profissional;

III – utilização de diferentes cenários de ensino-aprendizagem permitindo ao estudante conhecer e vivenciar situações variadas de vida, da organização da prática e do trabalho em equipe multiprofissional;

IV – visão de educar para a cidadania e a participação plena na sociedade;

V – garantia dos princípios de autonomia institucional, de flexibilidade, integração estudo/trabalho e pluralidade no currículo;

VI – implementação de metodologia no processo ensinar-aprender que estimule o estudante a refletir sobre a realidade social e aprenda a aprender;

VII – definição de estratégias pedagógicas que articulem o saber; o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e o aprender a conhecer que constitui atributos indispensáveis à formação do médico veterinário;

VIII – realização das dinâmicas de trabalho em grupos, por favorecerem a discussão coletiva e as relações interpessoais; e

IX – valorização das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no estudante e no médico veterinário atitudes e valores orientados para a cidadania e para solidariedade.

O curso visa atender aos princípios da formação profissional que, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifes - PDI (2019/2 a 2024/1), é um processo pelo qual o conhecimento científico torna-se força produtiva, compreendida como técnicas e procedimentos baseados nos conceitos científicos e tecnológicos.

Conforme previsto no § 1º do Art. 1º da Resolução CP/CNE nº 1, de 17 de junho de 2004, a Educação das Relações Étnico-Raciais e o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004, estarão contemplados nos conteúdos e atividades curriculares.

Em atendimento ao Art. 7º da Resolução CP/CNE nº 1, de 30 de maio de 2012, e ao Art. 16 da Resolução CP/CNE nº 2, de 15 de junho de 2012, estão contemplados conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos e à Educação Ambiental na organização curricular do Curso. Eles poderão ser dinamizados das seguintes formas:

I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;

II - como conteúdo específico de componentes curriculares constantes na matriz curricular;

III - de maneira mista, combinando transversalidade e disciplinaridade.

Além disso, de acordo com os parágrafos únicos dos mesmos artigos de ambas resoluções, “outras formas de inserção podem ser admitidas na organização curricular da Educação Superior [...], considerando a natureza dos cursos”. Por isto, durante a realização das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais serão abordados temas transversais como sustentabilidade, diversidade, direitos humanos, dentre outros.

Considerando o PDI do IFES (2019/2-2024/1):

- Em se tratando das políticas definidas para o desenvolvimento do Ensino na instituição, o Curso prevê a consolidação de políticas de ensino que promovam a identidade institucional por meio de um processo de construção coletiva, considerando as diversas áreas do conhecimento e as especificidades do campus; a efetivação de processos de ensino pautados pelo direito à aprendizagem integral de todos os sujeitos; a articulação dos processos pedagógicos de ensino, pesquisa e extensão, consolidando a indissociabilidade entre eles e; a implementação de práticas curriculares e pedagógicas pautadas pela integração da formação básica e profissional, nos conhecimentos gerais e específicos, articulando teoria e prática mediadas pelo trabalho, ciência, tecnologia, cultura e sustentabilidade, para superar a fragmentação dos conhecimentos e construir processos emancipatórios.

- Em se tratando das políticas definidas para o desenvolvimento da Pesquisa, o Curso pretende incentivar a Iniciação Científica, formando recursos humanos qualificados e estimulando o desenvolvimento do pensar científico e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa; fomentar e fortalecer os grupos e núcleos de pesquisa do Campus visando o estabelecimento dos elos entre pesquisadores, alunos, publicações, pós-graduação e inovação; consolidar o caráter formal inerente à atividade de pesquisa, buscando o desenvolvimento e o aprimoramento dos mecanismos institucionais de gestão da pesquisa para atender às especificidades do campus e o equilíbrio com o ensino e a extensão; consolidar a integração da Pesquisa com a Extensão e o Ensino, valorizando projetos que envolvam os diversos níveis e modalidades de oferta de vagas, buscando o aprimoramento da formação do egresso e a articulação da produção do conhecimento com as demandas sociais e tecnológicas locais e regionais e; estimular o trabalho cooperativo entre os pesquisadores do campus para fins de desenvolvimento de pesquisas em áreas correlatas, buscando a ampliação de ações multicampi para o aperfeiçoamento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

- Em se tratando das políticas definidas para o desenvolvimento da Extensão, o Curso pretende trabalhar com temas sensíveis e demandados pela comunidade local e regional, expressos pelos grupos sociais com os quais interage, definidos ou apreendidos por meio de atividades próprias de Ensino, Pesquisa e Extensão; considerar as populações cujos problemas se tornam objeto da pesquisa acadêmica como sujeitos desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes de suas ações educacionais, difundindo-as por meio da organização e da participação institucional em eventos, bem como da produção, publicação e/ou veiculação de trabalhos resultantes da produção técnico-científica, cultural e/ou artística do campus; apoiar ações educacionais relacionadas ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo referentes à criação e consolidação de empreendimentos estudantis (como empresas juniores, empresas simuladas e laboratórios de empreendedorismo), para disseminar a cultura empreendedora, com foco no desenvolvimento socioeconômico local e regional, privilegiando o protagonismo estudantil e; oportunizar estágios, visitas técnicas e visitas gerenciais, com foco na prospecção de parcerias para desenvolvimento de programas e projetos.

Os alunos terão, também, a oportunidade de participar de eventos promovidos pelo Núcleo de atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) a fim de divulgar e difundir ferramentas para promoção da inclusão e acessibilidade de todos. Em todo o processo de criação do curso e elaboração do Projeto Pedagógico foram considerados aspectos referentes à

característica do Campus Itapina, seus princípios e finalidades, às demandas sociais da região, aos possíveis campos de atuação e intervenção na esfera municipal e estadual; ao perfil do profissional, considerando-se as características regional e global; à especificidade do corpo docente, titulação e áreas de pesquisa afins; às exigências contemporâneas do trabalho, às novas tecnologias e à flexibilização do trabalho no mundo globalizado.

Tendo por base tais considerações, a concepção desse curso é, para além de formar um profissional Médico Veterinário, contribuir para a humanização, o respeito com o outro e a responsabilidade pautada na ética e no compromisso social.

O Curso contará com o trabalho das coordenadorias dos cursos técnicos e superiores de graduação e pós-graduação que estão em efetiva atuação no Campus Itapina, maximizando o aproveitamento do conhecimento coletivo e da estrutura física existente.

O Curso contempla o previsto no Decreto nº 5.626, que trata da inclusão de Libras no currículo, na Resolução CP/CNE nº 1 de 17 de junho de 2004, que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, na Resolução CP/CNE nº 1, de 30 de maio de 2012, que regulamenta as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, na Resolução CP/CNE nº 2, de 15 de junho de 2012, que regulamenta as Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental. Os núcleos atuantes no Campus, que trabalham com temáticas referentes à inclusão - como no caso de Libras, a ser trabalhada no currículo e em atividades de comunicação pela comunidade acadêmica, considerando-se que no campus estudam alunos surdos, tanto em curso técnico quanto em cursos de graduação - e ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana estabelecerão diálogos permanentes com os professores e alunos para que as ações sejam desenvolvidas de maneira integrada e efetiva.

6.2. Metodologias

O processo de ensino-aprendizagem fundamenta-se na construção do conhecimento em que professor e aluno são agentes participantes na tentativa de compreender, refletir e agir sobre os conhecimentos do mundo. O professor, nessa concepção, busca favorecer um aprendizado que vá ao encontro da realidade do aluno, desenvolvendo nele a autonomia e criticidade. Pretende-se a formação integral e humanística, aliada à formação técnico-científica, para que o aluno seja um cidadão mais participativo e agente transformador na sociedade.

Nesta perspectiva, o trabalho com os conteúdos é proposto de forma a promover o trabalho interdisciplinar, favorecendo a relação entre os conhecimentos, de forma a tornar a aprendizagem mais significativa. Assim, o aluno pode relacionar o aprendizado em sala de aula com o conhecimento que possui, suas experiências e situações profissionais estudadas e vivenciadas.

As estratégias metodológicas adotadas para o desenvolvimento do Curso têm por base as concepções e finalidades institucionais constantes no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do Ifes e demais legislações pertinentes, alicerçadas na organização didático-pedagógica acima referendada.

A dialogicidade entre teoria e prática, a promoção do pensamento crítico, o desenvolvimento da autonomia com a participação ativa dos alunos, a utilização de tecnologias da informação e comunicação e ações que fortaleçam práticas colaborativas serão estratégias utilizadas para alcançar os objetivos previstos para o Curso. Os alunos serão informados pelos professores, no início de cada semestre, sobre as estratégias de ensino e os critérios de avaliação a serem dinamizados, conforme Plano de Ensino elaborado para cada componente curricular, cientes de que deverão fazer as adequações e flexibilizações curriculares necessárias para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais específicas, considerando o significado prático e instrumental dos conteúdos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados que eles demandam. Esta ação será acompanhada diretamente pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), pelo Professor responsável pelo AEE e por servidores vinculados a este Núcleo, ao setor pedagógico e à equipe multidisciplinar, a fim de desenvolver um trabalho colaborativo, em que professores e alunos possam ser acompanhados de maneira efetiva e contínua, com o objetivo de eliminar as barreiras que impeçam os alunos de acessarem o currículo de maneira plena. Os conteúdos, as metodologias didáticas e o processo avaliativo serão realizados com base na concepção de acessibilidade metodológica e autonomia do aluno. Os professores serão orientados a realizar um trabalho que privilegie uma relação teórico-prática inovadora e diferenciada.

O aluno será instruído de modo que possa exercer o papel de protagonista em seu processo de aprendizagem. Práticas envolvendo a interdisciplinaridade serão utilizadas ao longo do curso possibilitando o diálogo entre os componentes curriculares, a associação entre os conhecimentos e a superação da fragmentação dos saberes.

Em atendimento às Diretrizes Curriculares do Curso de Medicina Veterinária (Resolução CNE/CES nº 3/2019) no que tange à necessidade de se assegurar “inserção do estudante nos serviços médicos veterinários, considerados como espaços de aprendizagem, desde os semestres iniciais e ao longo do curso de graduação, de forma interdisciplinar, relevante à sua futura vida profissional”, bem como a demanda de curricularização da extensão, foram propostos os componentes curriculares de Extensão Veterinária I, II e III, que estarão especificados no item 6.3.5.

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) também são recursos importantes para potencializar o processo de ensino-aprendizagem, com o intuito de viabilizar a acessibilidade digital e comunicacional e a interatividade entre docentes e alunos, além de assegurarem o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e propiciarem experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso. No caso do Ifes, disponibilizam-se importantes TDICs, tais como o Repositório Institucional do Ifes (<https://repositorio.ifes.edu.br/>), as Bibliotecas Virtuais (Biblioteca Virtual Pearson - <https://plataforma.bvirtual.com.br/> e Minha Biblioteca - <https://dliportal.zbra.com.br/Login.aspx?key=IFES>), além do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA (<https://ava3.cefor.ifes.edu.br/>).

A flexibilização e adequação curricular são possibilidades para garantir que todos os alunos participem ativamente do processo educativo. Por isso, o PPC do Curso foi estruturado para torná-lo acessível para todos os alunos, considerando as diversidades, os diferentes ritmos de aprendizagem e as múltiplas inteligências. Com a promoção da acessibilidade pedagógica para

todos, com a elaboração e a utilização de atividades em que são utilizados recursos específicos para o atendimento aos alunos com deficiência (ampliação de textos, utilização de linguagem de sinais, ambientes e equipamentos com acessibilidade, etc.), as barreiras para o progresso acadêmico são transpostas ou minimizadas. O campus conta com uma equipe multidisciplinar formada por psicóloga, assistente social, médica e técnicos de enfermagem e o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais (NAPNE), para a realização de ações que possibilitem a inclusão e a acessibilidade de todos os alunos, conforme previsto na Resolução Consup Ifes nº 55/2017, que institui os procedimentos de identificação, acompanhamento e certificação de alunos com Necessidades Específicas no Ifes, e na Lei nº 12.764/2012, que regulamenta a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Pretende-se, também, formar o aluno para que tenha uma atitude técnico-científica, com interesse em analisar, questionar e propor soluções para situações diversas, durante o Curso, para que compreenda o quanto é importante agir desta maneira em sua vida profissional.

As metodologias e estratégias utilizadas no Curso Superior de Bacharelado em Medicina Veterinária do Campus Itapina envolverão:

- aulas expositivas e dialogadas, com uso dos recursos audiovisuais adequados, para apresentação das teorias necessárias ao exercício profissional;
- pesquisas de caráter bibliográfico, para enriquecimento e subsídio do conjunto teórico necessário à formação do aluno;
- aulas práticas em disciplinas de caráter teórico-prático, atividades práticas com a indispensável presença de animais, vivos ou não, para o desenvolvimento de competências e habilidades, tanto na cadeia produtiva do agronegócio como para a medicina veterinária de animais;
- estudo de casos e exibição de filmes, com vistas ao desenvolvimento do poder de análise do aluno, bem como de sua capacidade de contextualização, espírito crítico e aplicação prática dos conteúdos apresentados; estudos dirigidos para facilitação da aprendizagem;
- dinâmicas de grupo e jogos de empresa, para simular, de modo lúdico, desafios a serem enfrentados no ambiente empresarial;
- pesquisas e produção de artigos científicos que estimulem o aluno a ser mais que um reprodutor de conhecimentos, provocando seu espírito investigativo (iniciação científica);
- participação, como ouvinte e/ou organizador, em eventos, feiras, congressos, seminários, painéis, debates, dentre outras atividades que estimulem a capacidade de planejamento, organização, direção e controle por parte do aluno, bem como sua competência de expressão oral, não verbal e escrita;
- atividades voluntárias de caráter solidário, junto a Organizações Não-Governamentais, que possibilitem, tanto a aplicação prática de conteúdos apresentados no curso, como o exercício da responsabilidade socioambiental;
- visitas técnicas que aproximem o aluno da realidade prática e profissional;

- atividades avaliativas de caráter prático, que colaborem com o processo de ensino-aprendizagem e indiquem necessidades de ajustes no processo;
- atividades complementares, que enriqueçam a formação e acrescentem conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à formação do aluno;
- quaisquer outras atividades que viabilizem o alcance dos objetivos do curso em consonância com os princípios metodológicos da instituição.

Tais metodologias e estratégias deverão ser dinamizadas para que o aluno seja apresentado a outras realidades possíveis, além de seu contexto atual, conscientizando-se de seu potencial enquanto elemento transformador da realidade na qual está inserido, a fim de que possa perceber que sua imagem profissional começa a ser formada desde sua vivência em sala de aula e não somente após a conclusão do curso.

Por fim, é importante destacar que todo o processo de ensino-aprendizagem inerente ao Curso deve ser permeado pela constante atualização e discussão em sala de aula dos temas emergentes expressos em cada componente curricular, com vistas a evitar a obsolescência do curso ante a dinâmica dos mercados e à necessidade de constante atualização do perfil dos profissionais que atuam com a gestão na sociedade pós-moderna.

Além das atividades supracitadas, os professores do Curso trabalharão com metodologias ativas, como, por exemplo:

- Aprendizagem Baseada em Problemas ou problem-based-learning (BPL): entendido como a resolução de situações-problema que demandam conhecimentos que devem ser previamente estudados pelos alunos, discutidos em pequenos grupos, desenvolvendo o raciocínio crítico, levando a habilidades de comunicação e ao entendimento da necessidade da aprendizagem continuada.
- Aprendizagem Baseada em Projetos ou Project Based Learning (PBL): técnica baseada em proposição de um problema, investigação do problema (causas) e formulação da hipótese, propostas de resolução do problema, projeto de ação, execução e organização dos resultados, avaliação pelo professor orientador, para que a construção do conhecimento ocorra de modo aplicado e prático.

6.3. Estrutura Curricular

A estrutura curricular do Curso de Medicina Veterinária do Campus Itapina obedece ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394, de 20/12/96; na Lei nº 5.517, de 23/10/1968; na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001; na Lei nº 11.788, de 25/09/2008; na Resolução CNE/CES nº 2, de 18/07/2007 e; na Resolução CNE/CES nº 3, de 15/08/2019.

O Curso funcionará em um calendário acadêmico de 100 dias letivos por semestre e 200 dias letivos por ano, atendendo à LDBEN nº 9.394, de 20/12/96. Os conteúdos trabalhados em cada um dos componentes curriculares atendem às exigências da Resolução CNE/CES nº 3, de 15/08/2019. Na matriz curricular, onde se lê CH, entende-se carga horária; NP, entende-se disciplinas do núcleo profissionalizante e NC, disciplinas do núcleo comum.

6.3.1. Matriz Curricular:

Matriz Curricular						
1º Período						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	Carga Horária			Créditos
			Teórica	Prática	Total	
Anatomia animal I	NP	-	45h	45h	90h	6
Biologia Celular e Molecular	NC	-	30h	15h	45h	3
Bioquímica	NC	-	30h	30h	60h	4
Metodologia da Pesquisa	NC	-	15h	15h	30h	2
Introdução à Medicina Veterinária	NP	-	15h	15h	30h	2
Administração Rural	NP	-	30h	15h	45h	3
Total do período:			165h	135h	300h	20
2º Período						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	Carga Horária			Créditos
			Teórica	Prática	Total	
Anatomia Animal II	NP	Anatomia Animal I	45h	45h	90h	6
Histologia e Embriologia Animal	NP	Biologia Celular e Molecular	30h	15h	45h	3
Microbiologia Veterinária	NP	Biologia Celular e Molecular e Bioquímica	30h	30h	60h	4
Sociologia e Extensão Rural	NC	-	30h	-	30h	2
Genética	NC	Biologia Celular e Molecular	30h	15h	45h	3
Parasitologia Animal	NP	-	30h	30h	60h	4
Total do período:			195h	135h	330h	22
3º Período						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	Carga Horária			Créditos
			Teórica	Prática	Total	
Fisiologia Animal	NP	Anatomia II e Bioquímica	30h	30h	60h	4
Patologia Geral	NP	Histologia e	30h	30h	60h	4

		Embriologia Animal				
Imunologia Veterinária	NP	Microbiologia Veterinária	30h	30h	60h	4
Alimentos e Alimentação Animal	NP	-	30h	15h	45h	3
Melhoramento Genético Animal	NC	Genética	30h	15h	45h	3
Bioestatística	NC	-	30h	30h	60h	4
Componente Optativo	-	-	-	-	-	-
Total do período:			180h	150h	330h	22
4º Período						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	Carga Horária			Créditos
			Teórica	Prática	Total	
Patologia Especial	NP	Patologia Geral	30h	30h	60h	4
Forragicultura e pastagens	NP	Alimentos e Alimentação Animal	30h	15h	45h	3
Nutrição Animal	NP	Alimentos e Alimentação Animal e Fisiologia Animal	30h	15h	45h	3
Farmacologia Veterinária	NC	Fisiologia Animal	30h	30h	60h	4
Processamento de Produtos de Origem Animal	NP	Microbiologia Veterinária	15h	30h	45h	3
Epidemiologia	NP	-	30h	30h	60h	4
Componente Optativo	-	-	-	-	-	-
Total do período:			165h	150h	315h	21
5º Período						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	Carga Horária			Créditos
			Teórica	Prática	Total	
Avicultura	NP	Nutrição Animal	30h	30h	60h	4
Doenças Parasitárias	NP	Parasitologia Animal e Patologia Especial	30h	30h	60h	4
Suínocultura	NP	Nutrição Animal	30h	30h	60h	4
Anestesiologia Veterinária	NP	Farmacologia Veterinária	30h	30h	60h	4

Doenças Infecciosas	NP	Microbiologia e Patologia Especial	30h	30h	60h	4
Equideocultura	NP	Nutrição Animal	30h	30h	60h	4
Ornitopatologia e Sanidade Avícola	NP	Patologia Especial	15h	15h	30h	2
Componente Optativo	-	-	-	-	-	-
Total do período:			195h	195h	390h	26
6º Período						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	Carga Horária			Créditos
			Teórica	Prática	Total	
Semiologia Veterinária	NP	Fisiologia Animal e Patologia Especial	45h	30h	75h	5
Fisiopatologia da Reprodução Animal	NP	Fisiologia Animal	30h	30h	60h	4
Ovinocaprinocultura	NP	Nutrição Animal	30h	30h	60h	4
Laboratório Clínico Veterinário	NP	Patologia Especial	30h	30h	60h	4
Extensão Veterinária I	NP	Sociologia e Extensão Rural	-	150h	150h	10
Componente Optativo	-	-	-	-	-	-
Total do período:			135h	270h	405h	27
7º período						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	Carga Horária			Créditos
			Teórica	Prática	Total	
Diagnóstico por Imagem	NP	Patologia Especial	30h	30h	60h	4
Biocultivo da Reprodução Animal	NP	Fisiopatologia da Reprodução Animal	30h	15h	45h	3
Clínica Médica de Animais de Produção I	NP	Farmacologia Veterinária e Semiologia Veterinária e Laboratório Clínico Veterinário	30h	30h	60h	4
Clínica Médica de Animais de Companhia I	NP	Farmacologia Veterinária e Semiologia Veterinária e Laboratório Clínico Veterinário	30h	30h	60h	4
Obstetrícia Veterinária	NP	Fisiopatologia da	30h	30h	60h	4

		Reprodução Animal				
Inspeção de Produtos de Origem Animal I	NP	Processamento de Produtos de Origem Animal	30h	30h	60h	4
Extensão Veterinária II	NP	Extensão Veterinária I	-	150h	150h	10
Componente Optativo	-	-	-	-	-	-
Total do período:			180h	315h	495h	33
8º período						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	Carga Horária			Créditos
			Teórica	Prática	Total	
Clínica Médica de Animais de Companhia II	NP	Clínica Médica de Animais de Companhia I	30h	30h	60h	4
Clínica Cirúrgica de Animais de Companhia	NP	Anestesiologia Veterinária	45h	45h	90h	6
Clínica Médica de Animais de Produção II	NP	Clínica Médica de Animais de Produção I	30h	30h	60h	4
Clínica Cirúrgica de Animais de Produção	NP	Anestesiologia Veterinária	45h	45h	90h	6
Inspeção de Produtos de Origem Animal II	NP	Processamento de Produtos de Origem Animal e Patologia Especial	45h	15h	60h	4
Zoonoses e Saúde Única	NP	Epidemiologia Veterinária	30h	15h	45h	3
Bovinocultura	NP	Nutrição Animal	30h	30h	60h	4
Componente Optativo	-	-	-	-	-	-
Total do período:			255h	210h	465h	31
9º período						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	Carga Horária			Créditos
			Teórica	Prática	Total	
Extensão Veterinária III	NP	Extensão Veterinária II		105h	105h	7
Estágio supervisionado I	NP	Conclusão de 1800 horas de disciplinas obrigatórias ou 120	-	330h	330h	22

		créditos				
Total do período:			-	435h	435h	29
10º período						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	Carga Horária			Créditos
			Teórica	Prática	Total	
TCC	NP	Metodologia de Pesquisa	-	30h	30h	2
Estágio Supervisionado II	NP	Conclusão de 1800 horas de disciplinas obrigatórias ou 120 créditos.	-	330h	330h	22
Total do período:			-	360h	360h	24
Carga horária total presencial: 3.945h			Carga horária total a distância: -			
Carga horária total de Componentes Curriculares Obrigatórios: 2.760h						
Carga horária mínima obrigatória de Componentes Curriculares Optativos: 120h						
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais: 60h						
Carga horária do Estágio Supervisionado: 660h						
Carga Horária de Atividades de Extensão: 405h (10,11% da carga horária total do curso)						
Carga horária total do Curso: 4.005h						

* Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial. Aplicado pelo Inep desde 2004, o ENADE é componente obrigatório no curso.

6.3.3. Composição curricular

A Resolução CNE/CES nº 3, de 15 de agosto de 2019, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Medicina Veterinária, prevê, no Artigo 8º, que os conteúdos essenciais para o Curso de Graduação em Medicina Veterinária devem contemplar, considerando-se a formação generalista do profissional:

I – Ciências Biológicas e da Saúde: incluem-se os conteúdos teóricos e práticos de bases moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da morfofisiologia dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, bem como processos bioquímicos, biofísicos, microbiológicos, parasitológicos, imunológicos, genéticos, farmacológicos e ambientais, nos campos de atuação da Medicina Veterinária, fundamentados em conhecimentos de bioinformática e metodologia científica.

II – Ciências Humanas e Sociais: incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão e atuação sobre os determinantes sociais, culturais, políticos, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais e conteúdos envolvendo comunicação, informática, economia e administração com ênfase em marketing, empreendedorismo e inovação em nível individual e coletivo.

III – Ciências da Medicina Veterinária: incluem-se os conteúdos teóricos e práticos relacionados com saúde-doença, produção animal, sustentabilidade e bem-estar animal com ênfase nas áreas de saúde animal, clínicas médica e cirúrgica veterinárias, medicina veterinária legal, medicina veterinária preventiva, saúde pública, zootecnia, produção e reprodução animal e inspeção e tecnologia de produtos de origem animal, contemplando a abordagem teórica e prática dos conteúdos a seguir:

a) Zootecnia e Produção Animal: envolvendo sistemas de criação, manejo, nutrição, biotécnicas da reprodução com foco na sustentabilidade econômica, social e ambiental, incluindo agronegócio, animais de experimentação, selvagens e aquáticos;

b) Inspeção e Tecnologia dos Produtos de Origem Animal: incluindo todas as fases da cadeia produtiva dos alimentos, com ênfase na classificação, processamento, padronização, conservação, controle de qualidade, certificação, desenvolvimento de produtos e inspeção higiênica e sanitária dos produtos de origem animal e dos seus derivados;

c) Clínica Veterinária: incorporando conhecimentos de clínica, cirurgia, anestesiologia, patologia diagnóstica (intervenções anatomopatológicas, patologia clínica), diagnóstico por imagem e fisiopatologia da reprodução, visando a determinação da etiopatogenia, do diagnóstico e dos tratamentos médicos clínico ou cirúrgico de enfermidades de diversas naturezas nas diferentes espécies animais;

d) Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Única: reunindo conteúdos essenciais às atividades destinadas ao planejamento em saúde, a epidemiologia, à prevenção, controle e erradicação das enfermidades infecciosas, contagiosas, parasitárias, incluindo as zoonóticas. Defesa sanitária, prevenção e controle de doenças emergentes e reemergentes, propiciando conhecimentos sobre biossegurança, produção e controle de produtos biológicos e biotecnológicos e gestão ambiental. Conteúdos referentes às políticas de saúde do SUS e diretrizes internacionais da saúde.

No parágrafo único do Artigo 8º desta Resolução está explícito que os conteúdos relacionados ao meio ambiente, bem-estar animal, legislação e ética deverão ser tratados como temas transversais.

A estrutura curricular do Curso de Medicina Veterinária do Campus Itapina obedece ao disposto na Lei nº. 9.394/1996, na Lei nº 5.517/1968, na Lei nº 10.673/2003, na Lei nº. 11.788/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Superior, na Resolução do CNE/CES nº. 2, de 18/06/2007, na Lei nº 13.005/2014 e na Resolução CONSUP/IFES nº 58/2021. O Curso funcionará em um calendário acadêmico de 100 dias letivos por semestre e 200 dias letivos por ano, atendendo à Lei nº. 9.394/1996.

A estrutura curricular do curso de graduação em Medicina Veterinária é composta por dez (10) períodos letivos semestrais com carga horária total de **2760 horas de componentes curriculares obrigatórios, 660 horas de Estágio Supervisionado Obrigatório e 405 horas obrigatórias de atividades de extensão, perfazendo um total de 3.825 horas obrigatórias.** Para efeitos de cálculo de carga horária do curso e de cada componente curricular, atribui-se a cada crédito uma carga horária de **15 horas** semestrais. Neste projeto, também estão previstas, na estrutura curricular, **60 horas de atividades acadêmico-científico-culturais complementares.** O aluno deverá cursar **o mínimo de 120 horas de carga horária em componentes curriculares optativos,** para enriquecimento curricular.

Buscando qualificar o processo de ensino-aprendizagem, o PPC do Curso estabelece pré e co-requisitos, referentes aos componentes da matriz curricular. Os pré-requisitos são elementos criados para impedir que um aluno curse determinados componentes sem que tenha cursado outros que exigem uma continuidade dos conteúdos programáticos. O co-requisito é quando dois ou mais componentes curriculares desenvolvem conteúdos que são estudados simultaneamente. Serão considerados como componentes curriculares eletivos quaisquer componentes presentes nos projetos pedagógicos dos cursos superiores do IFES. Estes não contarão créditos para a integralização do Curso, mas poderão ser contabilizados como Atividades Complementares, conforme regulamentação própria.

Para garantir o equilíbrio necessário entre as atividades acadêmicas, o aluno deverá se matricular em, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 10 (dez) componentes curriculares por semestre, com exceção do primeiro período do curso, que deverá ser cumprido integralmente, quando do ingresso do aluno no Curso. O tempo mínimo para a integralização curricular será de 10 (dez) períodos e o tempo máximo de 20 (vinte) períodos.

6.3.4. Disciplinas Optativas

A relação dos componentes optativos que serão ofertados encontra-se descrita abaixo, com a especificação de carga horária e créditos. Para alguns deles há pré-requisitos e/ou correquisitos. Esses componentes possibilitam o enriquecimento curricular na formação do aluno, na perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Componente Curricular	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Aquicultura	-	45h	-	45h	3
Criação e Preservação de Animais Silvestres	-	45h	-	45h	3
Avicultura Alternativa	Nutrição Animal	45h	-	45h	3
Biotecnologia Aplicada ao Melhoramento Animal	Melhoramento Genético Animal	45h	-	45h	3
Tecnologia de Pescado, Ovos e Mel.	Microbiologia Veterinária	45h	-	45h	3
Microbiologia de Alimentos	Microbiologia Veterinária	45h	-	45h	3
Apicultura	-	45h	-	45h	3
Nutrição de Não Ruminantes	Bioquímica e Fisiologia Animal	60h	-	60h	4
Nutrição de Ruminantes	Bioquímica e Fisiologia Animal	60h	-	60h	4
Toxicologia e Plantas Tóxicas	Bioquímica e Fisiologia Animal	45h	-	45h	3
Tópicos especiais I	-	60h	-	60h	4
Tópicos especiais II	-	60h	-	60h	4

O aluno poderá cursar componentes curriculares eletivos. De acordo com o Artigo 43 do Regulamento Didático dos Cursos de Graduação do Ifes, os componentes curriculares eletivos são “aqueles cujos conteúdos não estejam contemplados no currículo do curso de origem do requerente”.

6.3.5. Ementário das disciplinas

Disciplina: Anatomia Animal I
Carga Horária: Total: 90h
Período: 1º
Ementa: Introdução ao estudo da anatomia, planos e eixos. Anatomia do sistema locomotor e nervoso (osteologia, artrologia, miologia e estruturas sinoviais).
Bibliográfica básica: DYCE, K. M.; SACK, W. O.; WENSING, C. J. G. Tratado de anatomia veterinária . Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. GETTY, R. Anatomia dos animais domésticos . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986. 2. v. KÖNIG, H. E.; LIEBICH, H. Anatomia dos animais domésticos: texto e atlas . Porto Alegre: Artmed, 2002. 2. v.
Bibliografia complementar: COLVILLE, T.; BASSERT, J. Anatomia e fisiologia clínica para medicina veterinária . Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. DONE, S. H.; GOODY, P. C. STICKLAND, N. C. Atlas colorido de anatomia veterinária: do cão e gato . Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. POPESKO, P.; KFOURY JUNIOR, G. Atlas de anatomia topográfica dos animais domésticos . Barueri: Manole, 2012. MCCRACKEN, T. O.; KAINER, R. A.; SPURGEAN, T. L. Atlas colorido de anatomia de grandes animais: fundamentos . Spurgeon. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. WILKE, W. L.; FAILS, A. D. Reproduction in domestic animals : Cupps. 4. ed. San Diego: Academic Press, 1991. FELDMAN, E. C.; NELSON, R. W. Canine and feline endocrinology and reproduction . 2. ed. Philadelphia: Saunders Company, 1996. CUNNINGHAM, J. G. Tratado de fisiologia veterinária . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

Disciplina: Biologia Celular e Molecular
Carga Horária: Total: 45h
Período: 1º
Ementa: Introdução à Biologia Celular. Técnicas para o estudo da Biologia Celular. Bases macromoleculares da constituição celular. Biomembranas: estrutura e funções. Transporte transmembrana. Comunicação celular: indução e transdução de sinais. As mitocôndrias e os processos de transformação e armazenamento de energia. Membranas plasmáticas e processos correlacionados. Elementos do citoesqueleto e movimentos celulares. Núcleo celular. Ciclo celular e divisões celulares. Organelas relacionadas à síntese de biomoléculas. Célula Vegetal.
Bibliográfica básica: ALBERTS, B. Fundamentos da biologia celular . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. xx, 843 p. JUNQUEIRA, L. C. U. Biologia celular e molecular . 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 364 p. NORMAN, R. I.; LODWICK, D. Biologia celular . Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 192 p.

Bibliografia complementar:

ALBERTS, B. **Fundamentos da biologia celular**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 842 p.

AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. **Biologia**. 3. ed. São Paulo, SP: Moderna, 2010.

BERKALOFF, A. **Biologia e fisiologia celular**. São Paulo: Edgard Blücher, 1975. 287 p.

ROBERTIS JR., E. D. P; PONZIO, R.; HIB, J. **Biologia celular e molecular**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 410 p.

MENDONÇA, V.; LAURENCE, J. **Biologia: ecologia, origem da vida e biologia celular, embriologia e histologia**. São Paulo: Nova Geração, V. (Coleção biologia para a nova geração).

Disciplina: Bioquímica

Carga Horária:Total: 60h

Período: 1º

Ementa: Introdução ao estudo da Composição química e atividades fisiológicas das biomoléculas dos organismos animais. Conceitos teóricos e práticos das técnicas básicas utilizadas em bioquímica.

Bibliográfica básica:

BERG, J. M.; TYMOCZKO, J. L.; STRYER, L. **Bioquímica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

CAMPBELL, M. K.; FARRELL, S. O. **Bioquímica**. 5 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MARZZOCO, A.; TORRES, B. B. **Bioquímica básica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

NELSON, D. L.; COX, M. M. **Princípios de bioquímica de Lehninger**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Bibliografia complementar:

CAMPBELL, M. K. **Bioquímica**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COMPRI-NARDY, M.; STELLA, M. B.; OLIVEIRA, C. **Práticas de laboratório de bioquímica e biofísica: uma visão integrada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

DEVLIN, T. M. **Manual de bioquímica com correlações clínicas**. 4. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1998.

RIEGEL, R. E. **Bioquímica**. 4. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Tutoria em bioquímica: biomoléculas**. Viçosa: UFV, 2008.

VOET, D. **Bioquímica**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa

Carga Horária:Total: 30h

Período: 1º
Ementa: : Ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Busca ativa e checagem de dados. Noções de redação científica e normatização bibliográfica (ferramentas). Metodologias e técnicas de pesquisa. Etapas e processos de pesquisa. Elaboração de projetos de pesquisa. Normas acadêmicas. Elaboração de trabalhos acadêmicos (trabalho de conclusão de curso, resumo simples, resumo expandido, artigo científico).
Bibliográfica básica: MALHEIROS, B. T. Metodologia da pesquisa em educação . 1. ed. LTC: Editora, 2011. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MARTINS JUNIOR, J. Como escrever trabalhos de conclusão de curso . Petrópolis: Vozes, 2008. BASTOS, L. R. et al. Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias . 5. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos, 2000. MARCONI, M. A, LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa : planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2007.
Bibliografia complementar: SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia . 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. SASSI, L. M.; CERVANTES, O. Manual prático para desenvolvimento de projetos de pesquisa e teses . 1. ed. São Paulo: Santos, 2011. SANTOS, J. A.; PARRA-FILHO, D. Metodologia científica . São Paulo: Cengage Learning, 2012. KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica : teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico : elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Disciplina: Introdução à Medicina Veterinária
Carga Horária: Total: 30h
Período: 1º
Ementa: Abordagem ampla da Medicina Veterinária e do mercado de trabalho em relação à atuação laboral e aos aspectos legais que regem a profissão. Apresentação da Lei nº 5.517 que rege a profissão, com especificação das áreas de atuação do profissional e correlação com o Código de ética profissional e suas especificidades em cada área.
Bibliográfica básica: BRASIL. Lei Nº 5.517, de 23 de outubro de 1968. Dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário. Brasília: Diário Oficial da União, 1968. BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES 1, de 18 de fevereiro de 2003. Institui diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em Medicina Veterinária. Brasília: Diário Oficial da União, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. A evolução da profissão, Ano 5, n. 15, SBZ/JAN/FEV/1998/1999.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. **A situação do ensino da Medicina Veterinária no Brasil**. Distrito Federal: CFMV, 1995. Disponível em: <https://www.cfmv.gov.br/wp-content/uploads/2018/10/Revista-CFMV-Edi%C3%A7%C3%A3o-3-1995.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2024.

Bibliografia complementar:

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. **Veterinária: diagnóstico do ensino da Medicina Veterinária no Brasil**. 5. ed. CFMV, 1996.

ANTUNES, N. **O mercado de trabalho para o veterinário na produção, comercialização e fiscalização**. Campo Grande: PANVET, 1996.

FELIPE, S. T. **Ética e experimentação animal: fundamentos abolicionistas**. 1. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2007. 351 p.

LEVAI, L. F. **Direito dos animais: o direito deles e o nosso direito sobre eles**. 2. ed. Editora Mantiqueira, 2004. 120 p.

LEVAI, T. B. **Vítimas da ciência: limites éticos da experimentação animal**. 1. ed. Editora Mantiqueira, 2001. 80 p.

Disciplina: Administração Rural

Carga Horária:Total: 45h

Período: 1º

Ementa: Conceitos básicos em economia. Microeconomia: Teoria dos preços, da produção, do consumidor, dos custos. Macroeconomia: Contabilidade nacional e sistema econômico. Mercados: tipos e estruturas.

Bibliográfica básica:

ARBAGE, A. P. **Princípios de economia rural**. Santa Catarina: Argos, 2006.

MENDES, J. T. G. **Economia agrícola**. Curitiba: ZNT, 1998.

PINHO, D. B. et al. **Manual de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Bibliografia complementar:

ACCARINI, J. H. **Economia rural e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

BRUM, A. J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 20. ed. Ijuí: Unijuí, 1999.

MANKIW, N. G. **Introdução à economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. **Princípios de economia**. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

PINHO, D. B. et al. **Manual de introdução à economia**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2002.

SOUZA, N. J. **Curso de economia**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Disciplina: Anatomia Animal II
Carga Horária: Total: 90h
Período: 2º
Ementa: Anatomia do sistema tegumentar. Anatomia dos olhos e ouvido. Anatomia do sistema linfático. Anatomia do aparelho digestivo. Anatomia do aparelho respiratório. Anatomia do sistema endócrino. Anatomia do aparelho urinário. Anatomia do aparelho genital feminino e masculino. Anatomia dos sistema nervoso. Anatomia das aves.
Bibliográfica básica: DYCE, K. M.; SACK, W. O.; WENSING, C. J. G. Tratado de anatomia veterinária . Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. GETTY, R. Anatomia dos animais domésticos . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986. 2 v. KÖNIG, H. E.; LIEBICH, H. Anatomia dos animais domésticos: texto e atlas . Porto Alegre: Artmed, 2002. 2 v.
Bibliografia complementar: COLVILLE, T.; BASSERT, J. Anatomia e fisiologia clínica para medicina veterinária . Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. DONE, S. H.; GOODY, P. C.; STICKLAND, N. C. Atlas colorido de anatomia veterinária: do cão e gato . Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. POPESKO, P.; KFOURY JUNIOR, G. Atlas de anatomia topográfica dos animais domésticos . Barueri: Manole, 2012. MCCRACKEN, T. O.; KAINER, R. A.; SPURGEAN, T. L. Atlas colorido de anatomia de grandes animais: fundamentos . Spurgeon. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. WILKE, W. L.; FAILS, A. D. Reproduction in domestic animals . Cupps. 4. ed. San Diego: Academic Press, 1991. FELDMAN, E. C.; NELSON, R. W. Canine and feline endocrinology and reproduction . 2. ed. Philadelphia: Saunders Company, 1996. CUNNINGHAM, J. G. Tratado de fisiologia veterinária . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

Disciplina: Histologia e Embriologia Animal
Carga Horária: Total: 45h
Período: 2º
Ementa: Introdução à Histologia. Métodos de estudo utilizados em Histologia. Tecido epitelial. Tecido conjuntivo. Tecido adiposo. Tecido cartilaginoso. Tecido ósseo. Tecido sanguíneo e hematocitopoese. Tecidos musculares. Tecido nervoso. Estudo histológico da distribuição e arranjo tecidual nos diversos órgãos componentes dos sistemas dos animais domésticos. Introdução ao desenvolvimento animal e ao estudo da embriologia. Gametogênese: ovogênese e espermatogênese. Primeira semana do desenvolvimento. Formação do disco bilaminar. Formação das camadas germinativas e início da diferenciação dos tecidos e órgãos. Período de organogênese. Período fetal. Placenta e membranas fetais. Malformações e teratogênese.
Bibliográfica básica: FERNÁNDEZ, C. G. Embriologia . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 651 p. MOORE, K. L.; PERSAUD, T. V. N.; TORCHIA, M. G. Embriologia básica . 8. ed. Rio de Janeiro: Saunders Elsevier,

2012. 365 p.

MOORE, K. L.; PERSAUD, T. V. N.; TORCHIA, M. G. **Embriologia clínica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 536 p.

CORMACK, D. H. **Fundamentos de histologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 371 p.

JUNQUEIRA, L. C. U. **Histologia básica**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 524 p.

ROSS, M. H.; PAWLINA, W.; BARNASH, T. A. **Atlas de histologia descritiva**. Porto Alegre: Artmed, 2012. 368 p.

Bibliografia complementar:

BACHA JR., W. J.; BACHA, L. M. **Atlas colorido de histologia veterinária**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003. 457 p.

GARTNER, L. P.; HIATT, J. L. **Tratado de histologia em cores**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 576 p.

JUNQUEIRA, L.C. U. **Biologia estrutural dos tecidos: histologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 225 p.

OVALLE, W. K.; NAHIRNEY, P. C.; NETTER, F. H.; NARCISO, M. S. **Netter: bases da histologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 493 p.

TELSER, A. G; YOUNG, J. K.; BALDWIN, K. M. **Histologia**. Rio de Janeiro: Mosby Elsevier, 2008. 448 p.

ALMEIDA, J. M. **Embriologia veterinária comparada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. 2012 176 p.

BOGART, B. I.; ORT, V. H. **Anatomia e embriologia**. Rio de Janeiro: Mosby Elsevier, 2008. 436 p.

DUMM, C. G. **Embriologia humana: atlas e texto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 401 p.

Disciplina: Microbiologia Veterinária

Carga Horária:Total: 60h

Período: 2º

Ementa: Histórico da microbiologia. Características gerais dos microrganismos (bactérias, vírus e fungos). Morfologia, citologia, classificação e nomenclatura. Métodos de evidênciação, isolamento, identificação e controle.

Bibliográfica básica:

BARBOSA, H. R.; TORRES, B. B. **Microbiologia básica**. São Paulo: Atheneu, 2010. 196 p.

INGRAHAM, J. L.; INGRAHAM, C. **Introdução à microbiologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 723 p.

TRABULSI, L. R.; ALTERTHUM, F. **Microbiologia**. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 760 p.

Bibliografia complementar:

CRUZ, L. C. H. **Micologia veterinária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010. 384 p.

HIRSH, D. C.; ZEE, Y. C. **Microbiologia veterinária**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 445 p.

PELCZAR JR., M. et al. **Microbiologia: conceitos e aplicações**. 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1997.

RHODES, K. H.; WERNER, A. H. **Dermatologia em pequenos animais**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2014. 632 p.

SILVA, N. **Manual de métodos de análise microbiológica da água**. São Paulo: Varela, 2005.

TORTORA, G. J.; FUNKE, BERDELL, R.; CASE, C. L. **Microbiologia**. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 934 p.

VERMELHO, A. B. **Práticas de microbiologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 237 p.

Disciplina: Sociologia e Extensão Rural

Carga Horária: Total: 30h

Período: 2º

Ementa: Introdução à Sociologia. Cultura, sociedade e meio ambiente. Extensão e troca de saberes entre o acadêmico e a sociedade do âmbito da Medicina Veterinária. Análise sociológica de tópicos relacionados à medicina veterinária. Sociologia e o desenvolvimento rural. Contribuição da antropologia e da sociologia ambiental na medicina veterinária. A modernização da agricultura, a tecnologia agropecuária e o agronegócio. Discussão sobre as relações étnico-raciais no Brasil a partir de comunidades quilombolas e indígenas. A questão agrária, a agricultura familiar e as políticas públicas.

Bibliográfica básica:

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (org). **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BUTTEL, F. A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. **Perspectivas**, São Paulo, v. 15, p. 69-94, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1961>. Acesso em: 22 abr. 2024.

Bibliografia complementar:

CHILDRE, V. G. **A evolução cultural do homem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**: o futuro da política radical. São Paulo: UNESP, 1996.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, A. **Capitalismo e moderna teoria social**. 4. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

FERNADES, F. (Coord). **Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1978-1990. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

Disciplina: Genética

Carga Horária:Total: 45h

Período: 2º

Ementa: Introdução ao estudo da genética e melhoramento genético animal. Princípios da genética de populações e da evolução biológica. Variação contínua. Métodos de estimação de componentes genéticos. Seleção. Auxílios à seleção. Métodos de seleção. Endogamia e cruzamento. Interação genótipo x ambiente. Prova de ganho de peso. Interpretação e uso dos resultados da avaliação genética. Importância e função do melhoramento na Medicina Veterinária (animais domésticos e de populações ameaçadas).

Bibliográfica básica:

KLUG, W. S. **Conceitos de genética**. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 863 p.

OTTO, P. G. **Genética básica para veterinária**. 4. ed. São Paulo: Roca, 2006.

BOWMAN, J. C. **Introdução ao melhoramento genético animal**. São Paulo: EDUSP, 1981.

MADALENA, F. H. **Provas zootécnicas para melhoramento genético**. Rio de Janeiro, 1985. 26 p.

Bibliografia complementar:

ALBERTS, B. et al. **Biologia molecular da célula**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. **Biologia das populações: genética evolução biológica ecologia**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

BOURDON, R. M. **Understanding animal breeding**. Prentice Hall, 1997.

DALY, J. J. **Melhoramento genético para a produção de carne bovina**. São José do Rio Preto: Agro-Pecuária CFM, 1992. 80 p. Tradução da série Beef Cattle Husbandry Branch technical bulletin. Queensland Department of Primary Industries.

DALY, J. J. **Melhoramento Genético para a Produção de Carne Bovina**. Beef Cattle Husbandry Branch–Technical Bulletin. Queensland, n. 7, 1977.

PIERCE, Benjamin A. **Genética: um enfoque conceitual**. 5ª edição. 2016.

Disciplina: Parasitologia Animal

Carga Horária:Total: 60h

Período: 2º

Ementa: Conhecimentos básicos sobre a morfologia, biologia, epidemiologia e diagnóstico dos Artrópodes, Protozoários e Helmintos de interesse em Medicina Veterinária. Aspectos clínicos e laboratoriais das doenças causadas por helmintos, protozoários e artrópodes em animais domésticos: etiologia, susceptibilidade, transmissão, distribuição geográfica, patogenia, tratamento, profilaxia, controle e importância econômica e em saúde única.

Bibliográfica básica:

BOWMAN, D. D. G. **Parasitologia veterinária**. 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2010. 448p.

CHENG, T. C. **General parasitology**. 2. ed. New York: Academic Press, 1986. 630 p.

FORTES, E. **Parasitologia veterinária**. 4. ed. São Paulo: Ícone, 2004.

URQUHART, S. **Parasitologia veterinária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2010.

Bibliografia complementar:

HOFFMAN, R. P. **Diagnóstico de parasitismo veterinário**. 1. ed. Sulina, 1987.

LEMONS, R. A. A.; BARROS, N.; BRUM, K. B. **Enfermidades de interesse econômico em bovinos de corte**. Campo

Grande: UFMS, 2002.

MARCONDES, C. B. **Entomologia médica e veterinária**. São Paulo: Atheneu, 2001.

RIET-CORREA et al. **Doenças dos ruminantes e equinos**. 1. ed. Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 1998. 651 p.

TAYLOR, M. A.; COOP, R. L.; WALL, R. L. **Parasitologia veterinária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. 726 p.

Disciplina: Fisiologia Animal

Carga Horária:Total: 60h

Período: 3º

Ementa: Estudo da atividade celular e transporte através das membranas, do sistema muscular, cardiovascular, respiratório, renal e nervoso: compreensão dos principais processos fisiológicos envolvidos na manutenção da homeostasia dos animais domésticos.

Bibliográfica básica:

REECE, W. O. **Fisiologia dos animais domésticos**: Dukes. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

HILL, R. W.; WYSE, G. A.; ANDERSON, M. **Fisiologia animal**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 894 p.

MOYES, C. D.; SCHULTE, P. M. **Princípios de fisiologia animal**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010. 756 p.

Bibliografia complementar:

CUNNINGHAM, J. G.; KLEIN, B. G. **Tratado de fisiologia veterinária**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008, 710 p.

RANDALL, D. J. E. **Fisiologia animal**: mecanismos e adaptações. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. 729 p.

SCHMIDT-NIELSEN, K. **Fisiologia animal**: adaptação e meio ambiente. 5. ed. São Paulo: Santos, 2002. 611 p. ISBN 8572880429.

COSTANZO, L. S. **Fisiologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 492 p.

SHERWOOD, L. **Fisiologia humana**: das células aos sistemas. São Paulo: Cengage Learning, 2011. xvii, 845 p.

Disciplina: Patologia Geral

Carga Horária:Total: 60h

Período: 3º

Ementa:

Introdução ao estudo da Patologia. Alterações cadavéricas. Técnica de necropsia e colheita de material. Etiologia. Lesão celular, morte celular e adaptações. Inflamação aguda e crônica. Reparo tecidual. Desordens hemodinâmicas, trombose e choque. Neoplasia. Doenças do sistema imunológico.

Bibliográfica básica:

CHEVILLE, N. F. **Introdução à patologia veterinária**. 3. ed. Barueri: Manole, 2009. 462 p.

KUMAR, V.; SUDRÉ, A. P. **Patologia básica**: Robbins. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

WERNER, P. R. **Patologia geral veterinária aplicada**. São Paulo: Roca, 2011. 371 p.

Bibliografia complementar:

BACHA JR., W. J.; BACHA, L. M. **Atlas colorido de histologia veterinária**. 2. ed. São Paulo, SP: Roca, 2003. 457 p.

BOGLIOLO, L.; BRASILEIRO FILHO, G. **Patologia**: Bogliolo. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 1501 p.

VAN DIJK, J. E.; GRUYS, E.; MOUWEN, J. M. V. M. **Atlas colorido de patologia veterinária**: reações morfológicas gerais de órgãos e tecidos. Rio de Janeiro: Saunders Elsevier, 2008. 200 p.

MCGAVIN, M. D.; ZACHARY, J. F. (Ed.). **Bases da patologia em veterinária**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. xiv, 1476 p.

SANTOS, R. L.; ALESSI, A. C. (Orgs.). **Patologia veterinária**. São Paulo: Roca, 2011. x, 982 p.

Disciplina: Imunologia Veterinária

Carga Horária:Total: 60h

Período: 3º

Ementa: Fisiologia do sistema imune: resposta imune inata e adaptativa, sistema complemento, mediadores inflamatórios. Estudo da natureza química das substâncias relacionadas com os processos de defesa. Imunopatologia e aspectos aplicados da Imunologia Veterinária. Estudo da natureza química das substâncias relacionadas com os processos de defesa e metodologia diagnóstica. Imunopatologia e aspectos aplicados da Imunologia Veterinária.

Bibliográfica básica:

ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; PILAI, S. **Imunologia celular e molecular**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; PILAI, S. **Imunologia básica**: funções e distúrbios do sistema imunológico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

COICO, R. **Imunologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

Bibliografia complementar:

CALICH, V. V. C. **Imunologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.

HELBERT, M.; PALMEIRO, E. **Imunologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BIER, O.; SILVA, W.; MOTA, I. **Imunologia**: básica e aplicada. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

NEVES, D. P. **Parasitologia humana**. 10. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.

REY, L.; ABREU, A. F. **Parasitologia**: parasitos e doenças parasitárias do homem nos trópicos ocidentais. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

BOGLIOLO, L.; BRASILEIRO FILHO, G. **Patologia**: Bogliolo. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 1501 p.

Disciplina: Alimentos e Alimentação Animal

Carga Horária:Total: 45h

Período: 3º
Ementa: Introdução ao estudo dos alimentos e importância da alimentação animal. Aspectos gerais sobre o trato digestivo das principais espécies de ruminantes e monogástricos. Composição química dos animais e de seus alimentos. Princípios nutritivos dos alimentos. Avaliação dos alimentos. Classificação dos alimentos. Estudo dos principais alimentos concentrados. Estudo dos principais alimentos volumosos. Suplementos e aditivos alimentares.
Bibliográfica básica: ANDRIGUETTO, J. M. Nutrição animal . 4. ed. São Paulo: Nobel, 1983. 430 p. D’MELLO, J. P. Amino acids in farm nutrition : Wallingford. CAB: International, 1994. 418p. MAYNARD, L. A. Nutrição animal . Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974. 550 p.
Bibliografia complementar: NUNES, I. J. Nutrição animal básica . 2. ed. Belo Horizonte: FEP-MVZ, 1998. 388 p. POND, W. G.; CHURCH, D. C.; POND, K. R. Basic animal nutrition feeding . New York: John Wiley & Sons, 1995. 615 p. ROSTAGNO, H. S. Composição de alimentos e exigências nutricionais de aves e suínos e tabelas brasileiras . Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1985. 59 p. SILVA, D. Análise de alimentos: métodos químicos e biológicos . Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1981. 166 p. MAYNARD, L. A. Nutrição animal . 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984. 726 p.

Disciplina: Melhoramento Genético Animal
Carga Horária: Total: 45h
Período: 3º
Ementa: Introdução ao estudo da genética e melhoramento genético animal. Princípios da genética de populações e da evolução biológica. Variação contínua. Métodos de estimação de componentes genéticos. Seleção. Auxílios à seleção. Métodos de seleção. Endogamia e cruzamento. Interação genótipo x ambiente. Prova de ganho de peso. Interpretação e uso dos resultados da avaliação genética. Importância e função do melhoramento na Medicina Veterinária (animais domésticos e de populações ameaçadas).
Bibliográfica básica: KLUG, W. S. Conceitos de genética . 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 863 p. OTTO, P. G. Genética básica para veterinária . 4. ed. São Paulo: Roca, 2006. BOWMAN, J. C. Introdução ao melhoramento genético animal . São Paulo: EDUSP, 1981. MADALENA, F. H. Provas zootécnicas para melhoramento genético . Rio de Janeiro, 1985. 26p.
Bibliografia complementar:

ALBERTS, B. et al. **Biologia molecular da célula**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. **Biologia das populações**: genética evolução biológica ecologia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

BOURDON, R. M. **Understanding animal breeding**. Prentice Hall, 1997.

DALY, J. J. **Melhoramento genético para a produção de carne bovina**. São José do Rio Preto: Agro-Pecuária CFM, 1992. 80 p. Tradução da série Beef Cattle Husbandry Branch technical bulletin. Queensland Department of Primary Industries.

RAMALHO, M. A. P. et al. **Genética na agropecuária**. 2012. Lavras, MG: UFLA.

Disciplina: Bioestatística

Carga Horária:Total: 60h

Período: 3º

Ementa: Obtenção de dados referentes à Bioestatística (desenho de pesquisa e amostragem). Apresentação de banco de dados (estatística descritiva). Análise paramétrica: testes de hipóteses, intervalo de confiança, valores probabilísticos, teste z, teste t, análise de variância. Análise não paramétrica. Análise de regressão. Interpretação de dados em pesquisa científica.

Bibliográfica básica:

CALLEGARI-JACQUES, S. M. **Bioestatística**: princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MILONE, G. **Estatística**: geral e aplicada. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

PINHEIRO, J. I. D. et al. **Estatística básica**: a arte de trabalhar com dados. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

ARANGO, H. G. **Bioestatística**: teórica e computacional. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

Bibliografia complementar:

LARSON, R.; FARBER, B. **Estatística aplicada**. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LEVINE, D. M. **Estatística**: teoria e aplicações usando Microsoft Excel em português. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2008.

MAGALHÃES, M. N.; LIMA, C. P. **Noções de probabilidade e estatística**. 6. ed., Ed. Edusp, São Paulo, 2005.

MOTTA, V. T. **Bioestatística**. 2. ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2006.

RODRIGUES, P. C. **Bioestatística**. Niterói: Ed UFF, 2002. 339 p.

VIEIRA, S. **Introdução à bioestatística**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2008.

Disciplina: Patologia Especial

Carga Horária:Total: 60h

Período: 4º

Ementa: Estudo, por sistemas, da fisiopatogenia e reconhecimento de lesões nas principais doenças que

acometem animais, com enfoque em colheita de materiais, diagnóstico diferencial, diagnóstico etiológico e prevenção..

Bibliográfica básica:

BRASILEIRO FILHO, G. **Patologia**: Bogliolo. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

KUMAR, V. et al. **Patologia básica**: Robbins. 8. ed. Rio de Janeiro: Saunders Elsevier, 2008.

WERNER, P. R. **Patologia geral**: veterinária aplicada. São Paulo: Roca, 2010.

Bibliografia complementar:

BACHI, C. E. et al. **Patologia**: processos gerais. 5. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2010.

JUNQUEIRA, L. C. U. **Histologia básica**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

KUMAR, V. et al. **Patologia**: bases patológicas das doenças. Robbins & Cotran. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SANTOS, R. L.; ALESSI, A. C. **Patologia veterinária**. São Paulo: Roca, 2011.

ZACHARY, J. F.; MCGAVIN, M. D. **Bases da patologia veterinária**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Disciplina: Forragicultura e Pastagens

Carga Horária:Total: 45h

Período: 4º

Ementa: Importância socioeconômica das pastagens no Brasil. Principais espécies forrageiras cultivadas. Nutrição de plantas forrageiras. Estacionalidade de produção. Formação e manejo de capineiras e pastagens. Sistema agrossilvipastoril. Recuperação de pastagens degradadas. Pastejo rotacionado. Volumosos suplementares. Conservação de forragens: ensilagem, fenação. Plantas tóxicas aos animais. Conceitos de sustentabilidade aplicados à forragicultura.

Bibliográfica básica:

MARTUSCELO, J. A.; SANTOS, M.E.R **Seu pasto é lavoura**. 1 ed. São João Del Rey: Editora UFSJ. 2023.

FONSECA, D. M.; MARTUSCELO, J.A. **Plantas forrageiras**. 2 ed. Editora UFV. 2022

CACERES, N. T. **Plantas daninhas em pastagens: biologia, manejo e controle**. 1 ed. São João Del Rey: Editora UFSJ. 2021.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, E. X.; FLARESSO, J. A. **Forrageiras do Vale do Itajaí**. Florianópolis: EPAGRI, 1983.

CARVALHO, F. A. N.; BARBOSA, F. A.; MCDOWELL, L. R. **Nutrição de bovinos a pasto**. Belo Horizonte: PapelForm, 2003. 427 p.

EUCLIDES, V. P. B. **Algumas considerações sobre manejo de pastagens**. Campo Grande: EMBRAPA – CNPGC, 1994.

PEIXOTO, A. M.; MOURA, J. C.; FARIA, V. P. **Pastagens**: fundamentos da exploração racional. Piracicaba: FEALQ, 1994.

PUPO, N. I. H. **Manual de pastagens e forrageiras**. Campinas: Instituto Campineiro, 1979.

VILELA, H. **Seleção de plantas forrageiras implantação e adubação**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2005. 283 p.

Disciplina: Nutrição Animal
Carga Horária: Total: 45h
Período: 4º
Ementa: Introdução ao estudo dos alimentos e importância da nutrição e alimentação animal. Aspectos gerais sobre o trato digestivo dos animais das principais espécies de ruminantes e monogástricos (suínos, aves e equídeos). Composição química dos animais e seus alimentos. Avaliação de alimentos. Valor nutritivo dos alimentos. Digestão e metabolismo de proteínas, carboidratos, lipídeos, vitaminas e minerais. Estudo dos alimentos. Nutrição de monogástricos. Nutrição de ruminantes. Estudos sobre os principais alimentos. Aditivos e suplementos alimentares. Processamento de alimentos. Boas práticas de fabricação e Legislação. Preparo e cálculo de rações.
Bibliográfica básica: BERCHIELLI, T. T.; PIRES, A. V.; OLIVEIRA, S. G. Nutrição de ruminantes . 2. ed. Jaboticabal: Funep, 2011. SAKOMURA, N. K.; SILVA, J. H. V.; COSTA, F. G. P. Nutrição de não ruminantes . 1. ed. Jaboticabal: FUNESP, 2014. ARAÚJO, L. F.; ZANETTI, M. A. Nutrição Animal . 1. ed. São Paulo: Editora Manole Saúde, 2019.
Bibliografia complementar: DOUGLAS, C. R. Fisiologia aplicada à nutrição . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. xvii, 1074 p. DUKES, H. H. Fisiologia dos animais domésticos . 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 926 p. MACHADO, L. C. P. Nutrição animal fácil . Bambuí: Edição do Autor, 2011. 96 p. LANA, R. P. Nutrição e alimentação animal: mitos e realidades . 2. ed. Viçosa: UFV, 2007. 344 p. ROSTAGNO, H. S. et al. Tabelas brasileiras para aves e suínos: composição de alimentos e exigências nutricionais . 5. ed. Viçosa: UFV, 2024.

Disciplina: Farmacologia Veterinária
Carga Horária: Total: 60h
Período: 4º
Ementa: Conceitos fundamentais da farmacodinâmica e farmacocinética. Conceitos básicos sobre prescrição. Aspectos da responsabilidade legal e ética na prescrição veterinária. Classes farmacológicas e posologia. Aspectos básicos do uso de antimicrobianos na Medicina Veterinária e a responsabilidade com a saúde animal, humana e ambiental relacionada ao uso racional destes medicamentos.

Bibliográfica básica:

SPINOSA, H. S.; GORNIK, S. L.; BERNARDI, M. M. **Farmacologia aplicada à Medicina Veterinária**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

SPINOSA, H. S.; PALERMO-NETO, J.; GÓRNIK, S. L. **Medicamentos em animais de produção**. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

RIVIERE, J. E.; PAPICH, M. G. **Farmacologia e terapêutica veterinária**: Adams Booth. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

Bibliografia complementar:

BACHI, C. E. et al. **Patologia: processos gerais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2010.

GOODMAN, L. S.; GILMAN, A. **As bases farmacológicas da terapêutica**. Rio de Janeiro: McGraw Hill, 1978.

DALE, M. M.; RITTER, J. M.; RANG, H. P.; FLOWER, R. J. **Farmacologia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

OGA, S.; CAMARGO, M. M. A.; BATISTUZZO, J. A. O. **Toxicologia**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

SANTOS, R. L.; ALESSI, A. C. **Patologia veterinária**. São Paulo: Roca, 2011.

ZACHARY, J. F.; MCGAVIN, M. D. **Bases da patologia veterinária**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Disciplina: Processamento de Produtos de Origem Animal

Carga Horária: Total: 45h

Período: 4º

Ementa: Produção de carne: processos físicos, químicos e microbiológicos. Fatores que interferem na qualidade da carne: genéticos, nutricionais, manejo e transporte dos animais. Avaliação da carne por meio de análise sensorial: cor, capacidade de retenção de água, maciez, sabor. Processos para a conservação da carne: resfriamento, congelamento. Classificação, processamento, industrialização de carnes: de suínos, de aves, de bovinos e de outras espécies. Classificação e processamento de leite. Industrialização de produtos derivados do leite. Métodos de conservação e transporte do leite, microbiologia e controle de qualidade, pasteurização, esterilização, refrigeração e upeirização. Classificação e processamento de ovos. Boas práticas na coleta, extração e beneficiamento do mel. Industrialização, conservação e comercialização de pescado. Higiene e sanitização da indústria alimentícia.

Bibliográfica básica:

ABREU, L. R. **Tecnologia de leite e derivados**. Lavras: UFLA, 1999. 215 p.

BRESSAN, M. C.; PEREZ, J. R. O. **Tecnologia de carnes e pescados**. Lavras: UFLA, 2001. 240 p.

CARVALHO, E. P.; ABREU, L. R. **Princípios e métodos de conservação de alimentos de origem animal**. Lavras: UFLA, 1999. 100 p.

Bibliografia complementar:

FURTADO, M. M. **Principais problemas dos queijos**: causas e prevenções. São Paulo: Fonte Comunicações e Editora, 2005.

PARDI, M. C.; SANTOS, I. F.; SOUZA, E. R.; PARDI, H. S. **Ciência, higiene e tecnologia da carne**. São Paulo: Editora EFG, 1993. v. 1.

ORDÓÑEZ, J. A. **Tecnologia de alimentos**: componentes dos alimentos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2005. v.

1. 294 p.

ORDÓÑEZ, J. A. **Tecnologia de alimentos**: alimentos de origem animal. Porto Alegre: Artmed, 2005. v. 2. 279 p.

Disciplina: Epidemiologia

Carga Horária:Total: 60h

Período: 4º

Ementa: Conhecimentos básicos de questões relativas à epidemiologia, cadeia epidemiológica, indicadores de saúde, medidas de saúde e doença, formas de ocorrência de doenças em populações, vigilância epidemiológica. Tríade epidemiológica. Estudo dos conceitos de forma contextualizada. Tipos de estudos e análise de dados para tomada de decisão.

Bibliográfica básica:

FRANCO, L. J.; PASSOS, A. D. C. (Orgs.). **Fundamentos de epidemiologia**. São Paulo: Manole, 2005. 380 p.

MEDRONHO, R. **Epidemiologia**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2002.

ROUQUAYROLM, Z.; ALMEIDA FILHO, N. **Introdução à epidemiologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan/Medsa, 2006. 282 p.

THRUSFIELD, M. **Epidemiologia veterinária**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2004. 556p.

Bibliografia complementar:

BARATA, R. B. et al. (Org.). **Equidade e saúde**: contribuições da epidemiologia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. 256 p.

JEKEL, J. F.; KATZ, D. L.; ELMORE, J. G. **Epidemiologia, bioestatística e medicina preventiva**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LAURENTI, R.; MELLO, J. M. H. P.; LEBRÃO, M. L.; GOTLIEB, S. L. D. **Estatísticas de saúde**. São Paulo: EPU, 1987.

MONTEIRO, C. A. (Org.). **Velhos e novos males da saúde no Brasil**: a evolução do país e suas doenças. São Paulo: HUCITEC/NUPENS-USP, 2000.

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. **Elementos de amostragem**. São Paulo: Blucher, 2005.

Disciplina: Avicultura

Carga Horária:Total: 60h

Período: 5º

Ementa: Histórico e cenário socioeconômico da avicultura. Cadeia produtiva. Raças puras. Híbridos industriais. Fisiologia e Anatomia. Manejo de aves de corte, de postura comercial e reprodutores. Instalações utilizadas em avicultura. Biossegurança. Ambiente e bem-estar na avicultura. Principais doenças e programas sanitários avícolas. Atividades avícolas orgânicas ou agroecológicas.

Bibliográfica básica:

LANA, G. R. Q. **Avicultura**. Recife: UFRPE, 2000.

MACARI, M.; GONZALES, E.; FURLAN, R. L. **Produção de frangos de corte**. 1. ed. Campinas: FACTA, 2004.

ALBINO, L. F. T.; BARROS, V. R. S, M. **Produção e nutrição de frangos de corte**. Viçosa:Aprenda fácil, 2017.

ALBINO, L. F. T.; CARVALHO, B. R. C.; MAIA, R. C. **Galinhas poedeiras: criação e alimentação**. Viçosa: Aprenda fácil, 2014.

Bibliografia complementar:

COTTA, T. **Reprodução da galinha e produção de ovos**. Lavras: UFLA, 1997.

ENSMINGER, M. E. **Poultry science**. 2. ed. Danville: The Interstate Printers & Publishers Inc., 1980. 502 p.

GESSULLI, O. P. **Avicultura alternativa: sistema ecologicamente correto que busca o bem estar animal e a qualidade do produto**. Porto Feliz: OPG, 1999. 218 p.

SALES, M. N. G. **Criação de galinhas em sistemas agroecológicos**. Vitória: INCAPER, 2005.

JANDAHAV, N. V. **Manual prático para cultura de aves**. Bidar: Indian Journal of Poultry Science, 2006.

Disciplina: Doenças Parasitárias

Carga Horária:Total: 60h

Período: 5º

Ementa: Conhecimentos básicos sobre a morfologia, biologia, epidemiologia e diagnóstico dos Artrópodes, Protozoários e Helmintos de interesse em Medicina Veterinária. Aspectos clínicos e laboratoriais das doenças causadas por helmintos, protozoários e artrópodes em animais domésticos: etiologia, susceptibilidade, transmissão, distribuição geográfica, patogenia, tratamento, profilaxia, controle e importância econômica e em saúde única.

Bibliográfica básica:

BOWMAN, D. D. **Parasitologia veterinária**: Georgi. 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2010. 448p.

CHENG, T. C. **General parasitology**. 2. ed. New York: Academic Press, 1986. 630 p

FORTES, E. **Parasitologia veterinária**. 4. ed. São Paulo: Ícone, 2004.

URQUHART, S. **Parasitologia veterinária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2010.

Bibliografia complementar:

HOFFMAN, R. P. **Diagnóstico de parasitismo veterinário**. 1. ed. Sulina, 1987.

LEMONS, R. A. A.; BARROS, N.; BRUM, K. B. **Enfermidades de interesse econômico em bovinos de corte**. Campo Grande: UFMS, 2002.

MARCONDES, C. B. **Entomologia médica e veterinária**. São Paulo: Atheneu, 2001.

RIET-CORREA et al. **Doenças dos ruminantes e equinos**. 1. ed. Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 1998. 651 p.

TAYLOR, M. A.; COOP, R. L.; WALL, R. L. **Parasitologia veterinária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. 726 p.

Disciplina: Suinocultura
Carga Horária: Total: 60h
Período: 5º
Ementa: Histórico da suinocultura, atualidades do mercado e perspectivas. Raças, linhagens, aptidões e formas de utilização do suíno. Sistemas de produção de suínos. Programa de melhoramento genético. Seleção e adaptação de reprodutores. Morfofisiologia da reprodução de machos e fêmeas. Manejo reprodutivo. Instalações, equipamentos e ambiência. Manejo sanitário e nutricional nas diferentes fases da criação de suínos. Manejo de dejetos e biossegurança. Granjas reprodutoras de suídeos certificadas.
Bibliográfica básica: ABCS. Produção de suínos: teoria e prática. 1. ed. Brasília: ABCS, 2014. FERREIRA, R. A. Suinocultura intensiva: manual prático de criação. 1. ed. Viçosa: Aprenda fácil, 2012. CARAMONI JR, J. G. Instalações no sistema intensivo de suínos confinados. 1. ed. Brasília: LK, 2007.
Bibliografia complementar: CARAMORI JÚNIOR, J. G. Manejo de leitões: da maternidade à terminação. Brasília: Editora LK, 2006. 80 p. MAFESSONI, E. L. Manual prático de suinocultura. 1. ed. Editora UPF, 2008. v. 1. 267 p. MAFESSONI, E. L. Manual prático de suinocultura. 1. ed. Editora UPF, 2008. v. 2. 296 p. MORÉS, N.; SOBESTIANSKY, J.; LOPES, A. Avaliação patológica de suínos no abate. 1. ed. Embrapa, 2000. OLIVEIRA, C. G. Instalações e manejo para a suinocultura empresária. 1. ed. Editora Ícone, 1997. 96 p.

Disciplina: Anestesiologia Veterinária
Carga Horária: Total: 60h
Período: 5º
Ementa: Aspectos Gerais de Anestesiologia Veterinária. Preparo e monitoração do paciente anestésico. Medicação pré-anestésica. Princípios da anestesia geral e local. Relaxantes Musculares. Técnicas da anestesia inalatória, Intubação orotraqueal e ventilação artificial. Controle e manejo da dor. TIVA – Anestesia Total Intravenosa. Efeitos dos fármacos sobre os sistemas nervoso, cardiovascular e respiratório.
Bibliográfica básica: CARROL, G. L. Anestesia e analgesia de pequenos animais. Barueri: Manole, 2012. FANTONI, D. Tratamento da dor na clínica de pequenos animais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. KLAUMANN, P. R.; OTERO, P. E. Anestesia locorregional em pequenos animais. São Paulo: Roca, 2013. THURMON, J. C.; TRANQUILLI, W. J. Anestesiologia e analgesia veterinária. 5. ed. São Paulo: Roca, 2017.
Bibliografia complementar: FANTONI, D. T.; CORTOPASSI, S. R. G. Anestesia em cães e gatos. 2. ed. São Paulo: Roca, 2009. GRIMM, Kurt A. et al. Lumb & Jones: Anestesiologia e Analgesia em Veterinária. Editora Roca, 2017. 1056p.

LUNA SPL, CARREGARO AB. **Anestesia e Analgesia em Equídeos, Ruminantes e Suínos**. 1ª ed. MedVet, 2019, 675p.
OTERO PE, PORTELA DE. **Manual de Anestesia Regional em Animais de Estimação**. 1ª ed. MedVet, 2018, 452p.
MASSONE, F. **Anestesiologia Veterinária: farmacologia e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

Disciplina: Doenças Infecciosas

Carga Horária:Total: 60h

Período: 5º

Ementa: Conceitos sobre esterilização e assepsia, ubiquidade dos microrganismos e suas características culturais, morfológicas, tintoriais e bioquímicas. Metodologia geral de estudo dos principais gêneros e espécies de bactérias em Medicina Veterinária: morfologia, cultivo, estrutura antigênica, atividades bioquímicas e patogenia. Correlação dos agentes microbianos com as doenças infecciosas nos animais domésticos: etiologia, importância econômica, patogenicidade, aspectos clínicos e laboratoriais, epidemiologia, profilaxia e tratamento. Doenças e seu impacto na saúde única.

Bibliográfica básica:

BARBOSA, H. R.; TORRES, B. B. **Microbiologia básica**. São Paulo: Atheneu, 2010.
TORTORA F. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. **Microbiologia**. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
INGRAHAM, J. L.; INGRAHAM, C. A. **Introdução à microbiologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
PELCZAR JUNIOR, M. J. et al. **Microbiologia: conceitos e aplicações**. 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1997.
TRABULSI, L. R.; ALTERTHUM, F. **Microbiologia**. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

Bibliografia complementar:

VERMELHO, A. B. et al. **Práticas de microbiologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
ROMANOS, M. T. V.; WIGG, M. D. **Introdução à virologia humana**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
BATISTA, L. R. **Fungos associados a frutos e grãos do café: Aspergillus penicillium**. Brasília: Embrapa, 2003.
ROMEIRO, R. S. **Bactérias fitopatogênicas**. Viçosa: Ed. UFV, 2011.
VERMELHO, A. B.; BASTOS, M. C. F.; SÁ, M. H. B. **Bacteriologia geral**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
NEVES, D. P. **Parasitologia humana**. 10. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.

Disciplina: Equideocultura

Carga Horária: Total: 60h

Período: Optativa

Ementa: Origem e evolução dos equinos. Equideocultura no Brasil e no mundo. Ezoognósia e elaboração de resenhas. Principais características das raças de equinos, asininos e muares. Instalações e equipamentos para a equideocultura. Nutrição, alimentação e balanceamento de rações para equinos. Reprodução de equinos. Manejo de equinos nas diversas categorias produtivas. Higiene e profilaxia para equinos. Avaliação econômica em sistemas de produção de equinos. Adestramento e andamentos em equideocultura.

Bibliográfica básica:

CINTRA, A. G. C. **O cavalo: características, manejo e alimentação**. 1. ed. São Paulo: Roca, 2018.

FRAPE, D. **Nutrição e alimentação de equinos**. 3. ed. São Paulo: Roca, 2008.

REZENDE, A. S. C.; COSTA, M. D. **Pelagem dos Equinos: Nomenclatura e Genética**. 2. ed. Belo Horizonte: FEPMVZ Editora, 2007.

Bibliográfica complementar:

LEWIS, L. D. **Nutrição clínica equina: alimentação e cuidados**. 1. ed. São Paulo: Roca, 2000.

SALLES, A. C. E. **Adestramento básico de equídeos: utilizando exercícios de rédeas e equitação**. 2. ed. Brasília: LK, 2006.

VELOZ, W. **Casqueamento e ferrageamento de equinos**. 2. ed. Brasília: LK, 2006.

THOMASSIAN, A. **Enfermidades dos cavalos**. 4. ed. São Paulo: Varela, 2005.

SAKOMURA, N. K.; SILVA, J. H. V.; COSTA, F. G. P. **Nutrição de não ruminantes**. 1. ed. Jaboticabal: FUNESP, 2014

Disciplina: Ornitopatologia e Sanidade Avícola

Carga Horária: Total: 30h

Período: 5°

Ementa: Etiologia. Epidemiologia. Sinais clínicos, diagnóstico clínico, achados anatomopatológicos e tratamentos. Normas de biossegurança. Controle e profilaxia das doenças infecciosas, parasitárias, tóxicas, metabólicas e nutricionais das aves.

Bibliográfica básica:

COELHO, E. H. E. **Patologia das aves**. São Paulo: Tecmedd, 2006. 212 p.

BERCHIERI JÚNIOR, A.; MACARI, M. **Doenças das aves**. 1. ed. Campinas: FACTA, 2000.

REVOLLEDO, L.; FERREIRA, A. J. P. **Patologia aviária**. 1. ed. Barueri: Manole, 2009.

Bibliografia complementar:

ENGLERT, S. **Avicultura: tudo sobre raças, manejo e alimentação**. São Paulo: LEAL, 1998. 144 p.

LANA, G. R. Q. **Avicultura**. Campinas: Quick Press Editora Ltda, 2000. 268 p.

SWENSON, M. J.; REECE, W. O. **Fisiologia dos animais domésticos: Dukes**. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996. 856 p.

Disciplina: Semiologia Veterinária

Carga Horária: Total: 75h

Período: 6°

Ementa: Uso dos métodos semiológicos de auscultação, palpação, percussão, inspeção e olfação para o exame clínico veterinário. Exame clínico dos sistemas orgânicos de cães, gatos, equinos e ruminantes vias de acesso para coleta de amostras e administração de fármacos.

Bibliográfica básica:

FEITOSA, F. L. F. **Semiologia veterinária:** a arte do diagnóstico. 1. ed. São Paulo: Roca, 2004.

RADOSTITS, O. M.; MAYHEW, I. G. J.; HOUSTON, D. M. **Exame clínico e diagnóstico em veterinária.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

BIRCHARD, S. J. ; SHERDING, R. G. **Manual Saunders:** clínica de pequenos animais. São Paulo: Roca, 2008.

Bibliografia complementar:

GARCIA, M.; LIBERA, A. M. M. P.; BARROS FILHO, I. R. **Manual de semiologia e clínica dos ruminantes.** São Paulo: Varela, 1996.

MEYER, D. J; COLES, E. H; RICH, L. J. **Medicina de laboratório veterinária:** interpretação e diagnóstico. São Paulo: Roca, 1995.

BRAZ, M. B. **Semiologia médica animal.** 2. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1981. v. 1.

CARLOTTI, D. N. **Diagnóstico dermatológico:** avaliação clínica e exames imediato. São Paulo: Roca, 2004.

DIRKSEN, G.; GRUNDER, H.D. ; STOBER, M. **Exame clínico dos bovinos:** Rosemberg. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

Disciplina: Fisiopatologia da reprodução animal

Carga Horária: Total: 60h

Período: 6°

Ementa: Estudo dos fenômenos reprodutivos: morfologia, fisiologia e neuroendocrinologia dos sistemas genitais masculino e feminino dos animais domésticos. Semiologia do sistema genital: conceito, etiologia, diagnóstico, prevenção, controle e terapia das principais afecções reprodutivas de importância dos animais domésticos.

Bibliográfica básica:

HAFEZ, E.S.E.; HAFEZ, B. **Reprodução animal.** 7. ed. São Paulo: Manole, 2003.

GRUNERT, E. BIRGEL, E.H. VALE W.G. **Patologia e clínica da reprodução dos animais mamíferos domésticos.** Varela, 2005, 551 p.

GONÇALVES, P.B.D.; FIGUEIREDO, J.R.; FREITAS, V.J.F. **Biotécnicas aplicadas à reprodução animal.** 2ª Ed. São Paulo: Roca, 2008.

Bibliografia complementar:

SENGER, P. L. **Pathways to pregnancy and parturition**. 2. ed. Current Conception, Inc. 2005.

KNOBIL, E.; NEILL, J. D. **Encyclopaedia of reproduction**. v .1-4. California: Academic press, 1998.

MCENTEE, K. **Reproductive pathology of domestic mammals**. 1990, 401p.

MORROW, D. A. **Current therapy in theriogenology**: diagnosis, treatment and prevention of reproductive diseases in small and large animals. 2. ed. Philadelphia: Saunders, 1986. 1443 p.

LAING, J. A.; BRINLEY MORGAN, W. J.; WAGNER, W. C. **Fertility and infertility in veterinary practice**. 4. ed. London: Baillière Tindall, 1988.

Disciplina: Ovinocaprinocultura

Carga Horária:Total: 60h

Período: 6º

Ementa: Histórico e importância da produção de caprinos e ovinos no cenário regional, nacional e mundial. Sistemas de produção de ovinos e caprinos: práticas de manejo sanitário, reprodutivo e alimentar destas espécies e instalações para criação destas espécies. Produtos ovinos e caprinos. Raças ovinas e caprinas. Exterior e julgamento de pequenos ruminantes. Controle zootécnico e sanitário do rebanho.

Bibliográfica básica:

CAVALCANTE, A. C. R.; WANDER, A. E.; LEITE, E. R. **Caprinos e ovinos de corte**: o produtor pergunta, a EMBRAPA responde. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

SELAIVE, A. B.; OSORIO, J. C. S. **Produção de ovinos no Brasil**. São Paulo: Roca, 2014.

CEZAR, M. F; SOUZA, W. H.; **Carcaças – Ovinas & Caprinas**. Uberaba: Agropecuária Tropical, 2008.

Bibliografia complementar:

EMBRAPA. **Caprinos**: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília: Embrapa - Informação Tecnológica, 2000. 170 p. (Coleção 500 perguntas 500 respostas).

JARDIM, W. R. **Criação de caprinos**. 11. ed. São Paulo: Nobel, 1992. 239 p.

SCHMIDT-NIELSEN, K. **Fisiologia animal**: adaptação e meio ambiente. 5. ed. São Paulo: Santos, 1999. 2002. 600 p.

JARDIM, W. R. **Os ovinos**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 193 p. (Coleção Biblioteca Rural).

LANA, R. P. **Nutrição e alimentação animal**: mitos e realidades. 2. ed. Viçosa: UFV, 2007. 344 p.

Disciplina: Laboratório Clínico Veterinário

Carga Horária: Total: 60h

Período: 6º

Ementa: Estudo e interpretação laboratorial e clínica das alterações eritrocitária (incluindo as anemias e policitemias), das alterações dos leucócitos, das doenças imuno-hematológicas, das doenças linfoproliferativas e mieloproliferativas, das alterações da hemostasia e coagulação, das alterações na urinálise, do equilíbrio

hidroeletrólítico e ácido–básico, dos líquidos cavitários (transudatos e exsudatos) nos exames bioquímicos aplicados à clínica e enzimologia. Endocrinologia. Obtenção de material para exame laboratorial.

Bibliográfica básica:

BUSH, B. M. **Interpretação de resultados laboratoriais para clínicos de pequenos animais**. São Paulo: Roca, 2004. 376 p.

COWELL, R. L. et al. (Ed.). **Diagnóstico citológico e hematologia de cães e gatos**. 3. ed. São Paulo: MedVet, 2009. 476 p.

DÍAZ GONZÁLEZ, F. H.; SILVA, S. C. **Introdução à bioquímica clínica veterinária**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. 358 p.

KANTEK, C. E. **Manual de hematologia veterinária**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Varela, 2005. 206 p.

SINK, C. A.; FELDMAN, B. F. **Urinálise e hematologia: laboratorial para o clínico de pequenos animais**. São Paulo: Roca, 2006, 111 p.

KERR, M. G. **Exames laboratoriais em medicina veterinária: bioquímica clínica e hematologia**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003. 436 p.

MACWILLIAMS, P. S.; REBAR, A. H. **Guia de hematologia para cães e gatos**. São Paulo: Roca, 2003. 291 p.

MEYER, D. J.; COLES, E. H.; RICH, L. J. **Medicina de laboratório veterinária: interpretação e diagnóstico**. São Paulo: Roca, 1995. 308 p.

Bibliografia complementar:

FELDMAN, B. F.; SINK, C. A. **Hemoterapia para o clínico de pequenos animais**. São Paulo: Roca, 2007. 104 p.

VADEN, S. L. et al. **Exames laboratoriais e procedimentos diagnósticos em cães e gatos**. 1. ed. São Paulo: Roca, 2013. xlvii, 800 p.

STOCKHAM, S. L.; SCOTT, M. I. A. **Fundamentos de patologia clínica veterinária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. xii, 729 p.

Disciplina: Extensão Veterinária I

Carga Horária: Total: 150h

Período: 6º

Ementa: Componente visa trabalhar com produção e sanidade animal com as seguintes tópicos: gerenciamento e monitoramento produtivo de rebanhos, incorporação de tecnologias de manejo zootécnico, sanitário, nutricional e reprodutivo dos animais de produção. Com objetivo de aumentar e melhorar a assistência técnica de qualidade na região, além de contribuir com o setor agropecuário, através do compartilhamento de informações entre acadêmicos, professores, produtores e público em geral por meio de fóruns, palestras, dias de campo. A prestação de atendimento local e itinerante à comunidade nas áreas pertinentes ao curso pelos programas de extensão já existentes no Ifes campus Itapina, como:

- Assistência em vacinação contra brucelose bovina;
- Laboratório de Solos – LABSOLO;
- Laboratório de Extensão Maker para o Desenvolvimento de Soluções Agro, Tecnologias Educacionais e Robótica (LEM-Itapina);
- Programa de extensão Ifes itapina de porteira aberta;
- Fortalecendo a agricultura familiar

Bibliográfica básica:

Variável, de acordo com os temas trabalhados e os docentes envolvidos.

Bibliografia complementar:

Variável, de acordo com os temas trabalhados e os docentes envolvidos.

Disciplina: Diagnóstico por imagem

Carga Horária: Total:60h

Período: 7°

Ementa: Estudo dos métodos de diagnóstico por imagem. Técnicas necessárias à obtenção de imagens médicas de boa qualidade (posicionamento, técnica de varredura, uso de meios de contraste) com enfoque em radiologia e ultrassonografia. Semiologia Radiológica e Ultrassonográfica dos sistemas músculo-esqueléticos, circulatório, respiratório, digestório, excretor e nervoso. Enfermidades e padrões de normalidade dos exames. Legislação específica da radiologia e teleradiologia.

Bibliográfica básica:

CARVALHO, C. F. **Ultrassonografia em pequenos animais**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2014.

HAM, C. M. **Diagnóstico por imagem para a prática veterinária**. 3. ed. São Paulo: Roca, 2007.

KEALY, J. K.; MCALLISTER, H. **Radiologia e ultrassonografia do cão e do gato**. 5. ed. Barueri: Manole, 2012.

MANNION, P. **Ultrassonografia de pequenos animais**. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

THRALL, D. E. **Diagnóstico de radiologia veterinária**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

Bibliografia complementar:

BURK, R. L.; ACKERMAN, N. **Small animal radiology and ultrasonography: a diagnostic atlas and text**. 2. ed. Saunders, 1996. 452 p.

BUTLER, J. A.; COLLES, C. M. C. **Clinical radiology of the horse**. 2. ed. Blackwell Science-UK, 2000. 624 p.

DYCE, K. M.; SACK, W. O.; WENSING, C. J. G. **Tratado de anatomia veterinária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. 663 p.

GETTY, R. **Anatomia dos animais domésticos: Sisson/Grossman**. 5. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1985. 2. v.

KONIG. **Anatomia dos animais domésticos**. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

POPESKO, P. **Atlas de anatomia topográfica dos animais domésticos**. São Paulo: Manole, 1985. 3. v.

Disciplina: Biotecnologia da Reprodução Animal

Carga Horária: Total: 45h

Período: 7°

Ementa: Introdução à Biotecnologia. Aplicações da Biotecnologia na pecuária. Contextualização das biotécnicas aplicadas à reprodução animal. Métodos de biotecnologia da reprodução: inseminação artificial, sincronização do cio, tecnologia do sêmen e transferência de embriões. Biotécnicas reprodutivas envolvidas na produção de embriões: produção de embriões *in vitro* (MIV e FIV), classificação e conservação de embriões. Sexagem de espermatozoides e embriões. Cuidados na manipulação e descarte de hormônios. Clonagem, transgênese e sondas genéticas. Bioética. Avaliação ginecológica e exame andrológico (coleta, manipulação, resfriamento e congelamento do semên).

Bibliográfica básica:

CANÇADO, G. M. A.; LONDE, L. M. **Biotecnologia aplicada à agropecuária**. Belo Horizonte: Epamig, 2012.

GONÇALVES, P. B. D.; FIGUEIREDO, J. R.; FREITAS, V. J. F. **Biotécnicas aplicadas à reprodução animal**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2011.

PALHANO, H. B. **Reprodução em bovinos: fisiopatologia, terapêutica, manejo e biotecnologia**. Rio de Janeiro: L. F. LIVROS, 2008.

SINGH, B. K. **Compêndio de andrologia e inseminação artificial em animais de fazenda**. São Paulo: Andrei Editora, 2006.

Bibliografia complementar:

HAFEZ, B.; HAFEZ, E. S. E. **Reprodução Animal**. 7. ed. Barueri, SP: Manole, 2004.

IMBELONI, J. C. G. **Inseminação artificial em bovinos**. Brasília: L K Editora, 2016.

OLIVEIRA, M. E. F. *et al.* **Biotécnicas reprodutivas em ovinos e caprinos**. [S.l.]: MedVet, 2013.

SILVA, E.. **Anatomia e Fisiologia do Sistema Reprodutivo do Animais**. Belo Jardim: Ufrpe, 2020. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/DASAEF-2>. Acesso em: 03 maio 2024.

NOAKES, D. E. Fertilidade e obstetrícia em bovinos. Varela, 1990.

Disciplina: Clínica Médica de Animais de Produção I

Carga Horária: Total: 60h

Período: 7°

Ementa: Principais enfermidades dos ruminantes. Diagnóstico, tratamentos e prognóstico. Criação para controle, profilaxia e erradicação de enfermidades (fatores de risco envolvidos).

Bibliográfica básica:

DIRKSEN, G.; GRUENDER, H.; STOEBER, M. **Exame clínico dos bovinos**: Rosemberg. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993. 419p.

RADOSTITS, O. M.; GAY, C. C.; BLOOD, D. C.; HINCHCLIFF, K. W. **Clínica veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e eqüinos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. 1880 p.

SMITH, B. P. **Tratado de Medicina Interna dos grandes animais**. São Paulo: Manole, 1994. 2040 p.

Bibliografia complementar:

ADAMS, R.H.; **Farmacologia e Terapêutica em Veterinária**. 8.ed. Editora Guanabara Koogan S.A., 2003.1034p.

COMPÊNDIO VETERINÁRIO. **Dicionário Brasileiro de Medicamentos Veterinários**. Editora Organização Andrei, edição 31, p.1-969. São Paulo, SP. 2000.

DOHERTY, T. J.; MULVILLE, J. P. **Diagnosis and treatment of large animal diseases**. Philadelphia: Saunders, 1992. 346p.

KERR, M. G. **Exames laboratoriais em Medicina Veterinária**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003. 436 p.

LEMOS, R. A. A.; BARROS, N.; BRUM, K. B. **Enfermidades de interesse econômico em bovinos de corte**. 1. ed. Campo Grande: UFSM, 2002. 292 p.

Disciplina: Clínica Médica de Animais de Companhia I

Carga Horária: Total: 60h

Período: 7°

Ementa: Clínica e terapêutica focada nas principais afecções do sistema digestório, endócrino, cardiovascular e respiratório de cães e gatos. Conceitos fundamentais da clínica. Identificação dos sinais clínicos a partir da semiologia. Diagnóstico e tratamento adequado. Prática hospitalar e atendimento clínico prático. Relação veterinário-tutor-paciente. Diagnóstico e prevenção de zoonoses.

Bibliográfica básica:

SCHREY, C. F. **Exame clínico e procedimentos terapêuticos em cães e gatos**. São Paulo: Roca, 2011. 584 p.

FEITOSA, F. L. F. (Ed.). **Semiologia veterinária: a arte do diagnóstico: cães, gatos, equinos, ruminantes e silvestres**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2008. xv, 735 p.

GREENE, C. E. **Doenças infecciosas em cães e gatos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. xiv, 1387 p.

NELSON, R. W.; COUTO, C. G. **Medicina interna de pequenos animais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

SANTOS, M. M.; FRAGATA, F. S. **Emergência e terapia intensiva veterinária em pequenos animais**. São Paulo: Roca, 2008.

ETTINGER, S. J.; FELDMAN, E. C. **Tratado de medicina interna veterinária**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

Bibliografia complementar:

JERICÓ, M. M.; ANDRADE NETO, J. P.; KOGIKA, M. M. **Tratado de medicina interna de cães e gatos**. vol. 1. e 2. São Paulo: Editora Roca, 2015.

CRIVELLENTI-BORIN, S.; CRIVELLENTI, L. Z. **Casos de rotina em medicina veterinária de pequenos animais**. 2. ed. [S. l.]: Medvet, 2011.

FEITOSA, F. L. F. **Semiologia veterinária: a arte do diagnóstico**. 3. ed. São Paulo: Roca, 2014.

HNILICA, K. A.; PATTERSON, A. P. **Dermatologia de pequenos animais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

MARTIN, M. **ECG de pequenos animais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

VIANA, F. A. B. **Guia terapêutico veterinário**. 3. ed. São Paulo: Livraria Lmc, 2014.

Disciplina: Obstetrícia Veterinária
Carga Horária: Total: 60h
Período: 7°
Ementa: Implantação e placentação, fisiologia, endocrinologia e patologia da gestação, parto e lactação de animais domésticos. Afecções da gestação e parto. Afecções do puerpério, diagnóstico, tratamento e prognóstico. Afecções e procedimentos terapêuticos e cirúrgicos da glândula mamária. Manobras obstétricas. Neonatologia. Parto normal e patológico, fisiológico ou eutócico e patológico ou distócico nas diferentes espécies domésticas.
Bibliográfica básica: APPARÍCIO, M.; VICENTE, W. R. R. Reprodução e obstetrícia em cães e gatos. [S. l.]: MedVet, 2015. PRESTES, N. C.; LANDIM-ALVARENGA, F. C. Obstetrícia veterinária. 2. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2017. TONIOLLO, G. H; VICENTE, W. R. R. Manual de obstetrícia veterinária. São Paulo: Varela, 2001.
Bibliografia complementar: AISEN, E. G. Reprodução ovina e caprina. 1. ed. São Paulo: Editora MedVet, 2008. BALL, P. J. H.; PETERS, A. R. Reprodução em bovinos. 3. ed. São Paulo: Editora Roca, 2006. 240 p. HAFEZ, E. S. E. Reprodução animal. 7. ed. São Paulo: Manole, 2004. 530 p. ALLEN, W. E. Fertilidade e obstetrícia equina. São Paulo: Livraria Varela, 1994.

Disciplina: Inspeção de Produtos de Origem Animal I
Carga Horária: Total: 60h
Período: 7°
Ementa: Introdução à inspeção de produtos de origem animal. RIISPOA - Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Característica do leite produzido no Brasil. Enfermidades relacionadas a leite e derivados. Inspeção de leite durante a produção. Inspeção de leite durante o armazenamento e transporte. Inspeção de leite durante o beneficiamento. Introdução aos sistemas de controle de qualidade de produtos de origem animal. Inspeção de derivados de leite: creme, manteiga, leites desidratados, leites fermentados, queijos e outros produtos lácteos. Resíduos de antibióticos em leite e derivados. Novos tópicos de interesse em inspeção de produtos lácteos. Inspeção de mel e produtos apícolas. Aditivos em produtos de origem animal. Resíduos de pesticidas em produtos de origem animal. Fungos e micotoxinas em produtos de origem animal.
Bibliográfica básica: COUTO, R. H. N; COUTO, L. A. Apicultura: manejo e produtos. 3. ed. Jaboticabal: Editora: FUNEP, 2006. 193 p. FURLAN, É.; GALVÃO, J.; MACIEL, E. MATTHIENSEN, A.; OETTERER, M.; SUCASAS, L. S. L. Qualidade e processamento de pescado. São Paulo: Elsevier, 2015. OLIVEIRA, B. L.; OLIVEIRA, D. D. Qualidade e tecnologia de ovos. Lavras: UFLA, 2013. NERO, L. A.; CRUZ, A. G.; BERSOT, L. S. sProdução, Processamento e Fiscalização de Leite e Derivados. Atheneu:

São Paulo, 2017.

Bibliografia complementar:

BARRETO, L. M. R. C.; PEÃO, G. F. R.; DIB, A. P. S. **Higienização e sanitização na produção apícola**. São Paulo: Cabral, 2006.

GONÇALVES, A. A. **Tecnologia do pescado: ciência, tecnologia, inovação e legislação**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2011.

MILFONT, M. O.; FREITAS, B. M.; ALVES, J. E. **Pólen Apícola: manejo para a produção de pólen no Brasil**. São Paulo: Aprenda Fácil, 2011.

ORDÓNEZ, J.A. et al. **Tecnologia de Alimentos. Vol 1 - Componentes dos Alimentos e Processo**. Porto Alegre. Ed. Artmed, 2005.

ORDÓNEZ, J.A. et al. **Tecnologia de Alimentos. Vol 2 - Componentes dos Alimentos e Processo. Alimentos de Origem Animal**. Porto Alegre. Ed. Artmed, 2005.

Disciplina: Extensão Veterinária II

Carga Horária: Total: 150h

Período: 7º

Ementa: Componente curricular tem a finalidade de abordar os temas voltados para Saúde Animal: prestação de serviços veterinários de atendimento clínico-cirúrgico, apoio ambulatorial e anátomo-patológico aos animais e seus tutores. por meio de atendimentos ambulatoriais; cirurgias; avaliação obstétrica; necropsia; e exames, como radiografia, ultrassonografia, laboratoriais de análise clínica, bacteriológico, bioquímico, parasitológico, necropsia, histopatológico e citopatológico. Nesse propósito, melhorar a atuação em tratamentos e diagnóstico das enfermidades que afetam os animais na região, contribuindo com o setor agropecuário e pet, através da atuação entre acadêmicos, professores, produtores e público em geral por meio de fóruns, palestras, dias de campo e atendimento na Clínica veterinária do campus Itapina. A prestação de atendimento local e itinerante à comunidade nas áreas pertinentes ao curso pelos programas de extensão já existentes no Ifes campus Itapina, como:

- Programa de Desenvolvimento Institucional: “Patinhas Felizes” - Prevenção de zoonoses transmitidas por cães e gatos no Ifes - Campus Itapina;

- Sanidade e Saúde dos Animais de Produção.

Bibliográfica básica:

Variável, de acordo com os temas trabalhados e os docentes envolvidos.

Bibliografia complementar:

Variável, de acordo com os temas trabalhados e os docentes envolvidos.

Disciplina: Clínica Médica de Animais de Companhia II
Carga Horária: Total: 60h
Período: 8°
Ementa: Abordagem clínica e terapêutica das principais afecções do sistema neurológico, ortopédico e urinário; afecções de pele, ouvido e olho. Oncologia clínica. Emergência e intensivismo clínico: vivência da prática hospitalar e interpretação dos sinais clínicos para estabelecimento de diagnóstico e tratamento adequado.
Bibliográfica básica: <p>ETTINGER, S. J.; FELDMAN, E. C. Tratado de medicina interna veterinária. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.</p> <p>LARSSON, C. E.; LUCAS, R. Tratado de Medicina Externa: dermatologia veterinária. São Caetano do Sul: Interbook, 2016.</p> <p>LITTLE, S. August: medicina interna de felinos. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.</p> <p>NELSON, R. W.; COUTO, C. G. Medicina interna de pequenos animais. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.</p> <p>SANTOS, M. M.; FRAGATA, F. S. Emergência e terapia intensiva veterinária em pequenos animais. São Paulo: Roca, 2008.</p> <p>GOODWIN, Jonh-Karl.; TILLEY, L. P. Manual de cardiologia para cães e gatos. 3. ed. São Paulo: Roca, 2002. 489 p.</p>
Bibliografia complementar: <p>RIJNBERK, A.; KOOISTRA, H. S. Endocrinologia clínica de cães e gatos. 2. ed. São Paulo: Roca, 2013. xvi, 370 p.</p> <p>VADEN, S. L. Exames laboratoriais e procedimentos diagnósticos em cães e gatos. São Paulo: Roca, 2013. xvi, 800 p.</p> <p>DALECK, C. R.; NARDI, A. B. Oncologia em cães e gatos. 2. ed. Rio de Janeiro: Roca, 2016 xviii, 746 p.</p> <p>TILLEY, L. P.; SMITH, F. W. K. Consulta veterinária em 5 minutos: espécies canina e felina. 3. ed. Barueri: Manole, 2008. 1550 p. ISBN 9788520422656 (enc.).</p>

Disciplina: Clínica Cirúrgica de Animais de Companhia
Carga Horária: Total: 90h
Período: 8°
Ementa: Estudo da profilaxia da infecção cirúrgica. Diagnóstico das principais afecções clínico cirúrgicas de cães e gatos. Principais formas de tratamento e intervenção. Cuidados pré e pós operatórios com enfoque nas principais afecções de orelha, cavidade oral, dos sistemas urogenital, respiratório, reprodutivo, digestório e locomotor.
Bibliográfica básica: <p>FOSSUM, T. W. Cirurgia de pequenos animais. 3. ed. São Paulo: Editora Roca, 2008. 1314 p.</p> <p>KNECHT, C. D.; ALLEN, A. R.; WILLIAMS, D. J.; JOHNSON, J. H. Técnicas fundamentais em cirurgia veterinária. 2. ed. São Paulo: Roca, 1985. 308 p.</p> <p>SLATTER, D. Manual de cirurgia dos pequenos animais. 3. ed. São Paulo: Ed. Manole, 2007. 2830 p. 2 v.</p>

Bibliografia complementar:

BOJRAB, M. J. **Cirurgia dos pequenos animais**. São Paulo: Roca, 1991.

HICKMAN, J., WEALKER, R. G. **Atlas de cirurgia veterinária**. México: Companhia Editorial Continental S. A., 1976.

CORRÊA, M.N. ; GONZÁLEZ, F.H.D ; SILVA, S.C. . **Transtornos Metabólicos nos Animais Domésticos**. 1. ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2010. v. 1250. 522 p.

TUDURY, E.A. **Tratado de técnica cirúrgica veterinária**. 1ª ed. Editora Medvet, 2009.

FOSSUM, T.W. **Cirurgia de Pequenos Animais**. 4ª ed. São Paulo: Elsevier, 2014.

PADDLEFORD. **Manual de anestesia em pequenos animais**. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2001.

Disciplina: Clínica Médica de Animais de Produção II

Carga Horária: Total: 60h

Período: 8º

Ementa: Abordagem clínica das principais enfermidades dos equinos e suínos domésticos. Principais doenças: diagnóstico, estabelecimento dos tratamentos e prognóstico (abordagem clínica). Estudo das condições adequadas de criação para controle, profilaxia e erradicação de enfermidades (fatores de risco envolvidos).

Bibliográfica básica:

DIRKSEN, G.; GRUENDER, H.; STOEBER, M. **Exame clínico dos bovinos**: Rosenberger. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993. 419 p.

RADOSTITS, O. M.; GAY, C. C.; BLOOD, D. C.; HINCHCLIFF, K. W. **Clínica veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e eqüinos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. 1880 p.

SMITH, B. P. **Tratado de medicina interna dos grandes animais**. São Paulo: Manole, 1994. 2040 p.

Bibliografia complementar:

DOHERTY, T. J.; MULVILLE, J. P. **Diagnosis and treatment of large animal diseases**. Philadelphia: W. B. Saunders, 1992. 346p.

KERR, M. G. **Exames laboratoriais em medicina veterinária**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003. 436 p.

MUELLER, R. S. **Dermatologia para veterinários de equinos**. 1. ed. São Paulo: Roca, 2007. 96 p.

ORSINI, J. A. **Equine emergencies: treatments and procedures**. 3. ed. Philadelphia: Sauders, 2007.

Disciplina: Clínica Cirúrgica de Animais de Produção

Carga Horária: Total: 90h

Período: 8º

Ementa: Abordagem cirúrgica das principais afecções da cabeça e pescoço, do abdômen, do tórax, do aparelho locomotor, reprodutor e glândula mamária de ruminantes, equinos e suínos. Abordagem prática fundamentada na clínica e na patologia: pré, trans e pós operatório.

Bibliográfica básica:

HENDRICKSON D. A. **Técnicas cirúrgicas em grandes animais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 332 p.

TURNER, A. S.; MCILWRAITH, C. W. **Técnicas cirúrgicas em animais de grande porte**. São Paulo: Roca, 2002. 341 p.

FORD, Richard B. **Manual de procedimentos veterinários e tratamento emergencial segundo Kirk e Bistner**. Editora Roca, 2007.

Bibliografia complementar:

SWANSON, N. A.; LEE, H. N. **Atlas colorido de excisões e suturas cutâneas**. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

AUER, J. A.; STICK, J. A. **Equine Surgery**. 4. ed. EUA: Elsevier, 2011.

SILVA, L. C. L. C.; MARTINS, E. A. N. **Manual de preparo de rufiões**. São Paulo: Med Vet, 2012.

STASHAK, T.S. **Claudicação em equinos segundo Adams**. 4. ed. São Paulo: Roca, 1994.

MASSONE, F. **Anestesiologia Veterinária: Farmacologia e Técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 428 p.

Disciplina: Inspeção de Produtos de Origem Animal II

Carga Horária: Total: 60h

Período: 8º

Ementa: Introdução à inspeção de carnes. Classificação de estabelecimentos de carnes. Cortes de carne, rendimento e tipificação de carcaça. Insensibilização e métodos de sacrifício. Fluxograma de abate e exigências regulamentares de instalações e equipamentos. Inspeção nos anexos de matança. Controle de qualidade no abate de bovinos e suínos. Higiene de estabelecimentos de carnes e produtos cárneos. Inspeção de produtos cárneos industrializados. Matadouro e sua utilidade pública. Princípios e diretrizes da inspeção sanitária da carne. Inspeção *ante mortem*. Inspeção *post mortem*. Principais afecções e julgamento sanitário de carcaças e peças. Inspeção e controle de qualidade no abate e processamento de aves e ovos. Inspeção e controle de qualidade de pescado. Resíduos químicos em produtos de origem animal. Tópicos de interesse em inspeção de carnes atualizados.

Bibliográfica básica:

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Portaria Nº 1, de 21 de fevereiro de 1990. Aprova as normas gerais de inspeção de ovos e derivados, propostas pela Divisão de Inspeção de Carnes e Derivados (DICAR) que serão divulgadas através de Ofício Circular da SIPA. 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Portaria Nº 210, de 10 de novembro de 1998. Aprova o regulamento técnico da inspeção tecnológica e higiênico-sanitária de carne de aves. Brasília: Diário Oficial da União, 1998.

PINTO, P. S. A. **Inspeção e higiene de carnes**. Editora UFV: Viçosa, 2008.

KUKUDA, R. T. ; DOS SANTOS, I. F. **Patologia Aplicada à Inspeção de Carnes**, Editora UFF: Rio de Janeiro, 2014.

Bibliografia complementar:

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Instrução normativa Nº 77, de 26 de novembro de 2018. Ficam estabelecidos os critérios e procedimentos para a produção, acondicionamento, conservação, transporte, seleção e recepção do leite cru. Brasília: Diário Oficial da União, 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Memorando-Circular nº 2/2018/CGI/DIPOA/MAPA/SDA/MAPA Controle oficial de verificação de parasitas em pescados. Orientações, 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Decreto Nº 9.013, de 29 de março de 2017 (RIISPOA). Regulamenta a Lei Nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei Nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Brasília: Diário Oficial da União, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Instrução normativa Nº 76, de 26 de novembro de 2018. Regulamentos técnicos que fixam a identidade e as características de qualidade que devem apresentar o leite cru refrigerado, o leite pasteurizado e o leite pasteurizado tipo A. Brasília: Diário Oficial da União, 2018.

LUDTKE, C. B. et al. **Abate humanitário de aves**. Rio de Janeiro: WSPA, 2010.

Disciplina: Zoonoses e Saúde Única

Carga Horária:Total: 45h

Período: 8º

Ementa: O papel do médico veterinário na saúde pública. Programas oficiais de controle de enfermidades. Zoonoses. Doenças transmitidas por animais de estimação e sinantrópicos. Posse responsável de animais de estimação. Guerra biológica e saúde pública. Sistema Único de Saúde. Zoonoses diretas. Ciclozoonoses. Metazoonoses. Saprozoonoses. Epidemiologia e profilaxia em zoonoses. Autocuidado em zoonoses. Doenças emergentes. O papel do médico veterinário no controle de zoonoses. Impactos sanitários, políticos, econômicos e sociais das zoonoses. Classificação das zoonoses. Etiologia, epidemiologia, patogenia, clínica, diagnóstico, tratamento animal e controle das principais zoonoses bacterianas, viróticas, parasitárias, fúngicas, ricktsianas e clamidianas. Programas oficiais de controle de zoonoses. Imunização animal contra zoonoses.

Bibliográfica básica:

GERMANO, P. M. L.; GERMANO, I. S. **Higiene e vigilância sanitária de alimentos**. 4. ed. Barueri: Manole, 2011. 1034 p.

PEREIRA, M. G. **Epidemiologia: teoria e prática**. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. 596 p.

QUINN, P. J. et al. **Microbiologia veterinária e doenças infecciosas**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 512 p.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA FILHO, N.; BARRETO, M. L. **Epidemiologia e saúde: fundamentos, métodos e aplicações**. 1. ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2014. 699 p.

KAHN, C. M. **Manual Merck de veterinária**. 9. ed. São Paulo: Roca, 2008. 2301 p.

TOMA, B. et al. **Epidemiologia aplicada: à luta coletiva contra as principais doenças animais transmissíveis**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014. 676 p.

WINN JUNIOR, W. et al. **Diagnóstico microbiológico: texto e atlas colorido**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde [recurso eletrônico]. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. 5. ed. rev. e atual. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

Disciplina: Bovinocultura

Carga Horária:Total: 60h

Período: 8º

Ementa: Características histórica e econômica da bovinocultura de leite e de corte no Brasil e no mundo. Raças e cruzamentos. Sistemas de produção. Instalações, equipamentos e ambiência. Controle leiteiro. Conformação de vacas leiteiras e de corte. Controle zootécnico. Manejo e sistema de ordenha. Eficiência reprodutiva. Criação de bezerras e novilhas. Distúrbios metabólicos. Programas sanitários.

Bibliográfica básica:

PIRES, A. V. **Bovinocultura de corte**. Piracicaba: FEALQ, 2010. v. I, 760 p.

PIRES, A. V. **Bovinocultura de corte**. Piracicaba: FEALQ, 2010. v. II, 749 p.

MARCONDES, M. I.; et al. **Nutrição e Manejo de Vacas de Leite no Período de Transição**. Viçosa: Editora UFV, 2019.

ROTTA, P. P.; et al., **Nutrição e Manejo de Vacas Leiteiras**. Viçosa: Editora UFV, 2019.

HUTJENS, M. **Livro Guia De Alimentação De Vacas Leiteiras** . 4. ed. São Paulo: Editora Santa Fé, 2021.

OLIVEIRA, R. L.; BARBOSA, M. A. A. F. **Bovinocultura de corte: desafios e tecnologias**. Salvador: EDUFBA, 2007.

Bibliografia complementar:

LUCCI, C. S. **Nutrição e manejo de bovinos leiteiros**. São Paulo: Manole, 1997.

LUCCI, C. de S. **Bovinos leiteiros jovens**. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1989.

JARDIM, W. R. **Curso de bovinocultura**. Campinas: Instituto Campineiro de ensino Agrícola, 1971. 501 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Manual do programa de melhoramento genético de zebuínos**. 1. ed. Uberaba: ABCZ, 1998.

CARVALHO, M. P. **Beefpoint**. Piracicaba: Agripoint, 2009.

LAZZARINI NETO, S. **Lucrando com a pecuária: comercialização, cria e recria, reprodução e melhoramento**,

confinamento, engorda a pasto. 3. ed. Viçosa: UFV, 2000.

Disciplina: Extensão Veterinária III

Carga Horária:Total: 105h

Período: 9º

Ementa: Componente curricular destinado a trabalhar com os temas voltados para saúde pública, inspeção e tecnologia de produtos de origem animal com os tópicos: epidemiologia, zoonoses, gestão e qualidade da produção, orientação da legislação vigente e certificação, prevenção de doenças Transmissíveis por Alimentos, Projetos Industriais, fluxogramas na área industrial na Indústria de Alimentos, boas práticas de fabricação, inspeção e tecnologia de produtos de origem animal. Promover a assistência em propriedades e estabelecimentos que produzem e comercializam alimentos de origem animal, através da atuação entre acadêmicos, professores, produtores e público em geral por meio de fóruns, palestras, dias de campo. A prestação de atendimento local e itinerante à comunidade nas áreas pertinentes ao curso pelos programas de extensão já existentes no Ifes campus Itapina, como:

- Fortalecendo a agricultura familiar;
- As marcas da feira;
- Apoio à agricultura familiar e rota agroturística de São Pedro Frio;
- Núcleo Incubador Ifes campus Itapina.

Bibliográfica básica:

Variável, de acordo com os temas trabalhados e os docentes envolvidos.

Bibliografia complementar:

Variável, de acordo com os temas trabalhados e os docentes envolvidos.

Disciplina: Estágio Supervisionado Obrigatório I e II

Carga Horária:Total: 330h (9º Período) e 330h (10º Período)

Períodos: 9º e 10º

Ementa: O estágio será desenvolvido nas seguintes áreas: I. Produção Animal II. Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Pública III. Clínica Médica e Cirúrgica As áreas comportarão sub-áreas, que serão sugeridas pelo Professor orientador, de acordo com o interesse do aluno. Em cada sub-área serão desenvolvidas atividades pertinentes aos conhecimentos específicos a serem adquiridos. Os estágios serão desenvolvidos em Unidades de Ensino, Empresas, Institutos de Pesquisa e outras entidades públicas ou privadas ligadas ao campo profissional da Medicina Veterinária, credenciadas de acordo com normas estabelecidas pelo Regulamento de Estágio.

Bibliográfica básica:

Serão utilizadas as que constam nas ementas dos componentes obrigatórios do curso de Medicina Veterinária, que tenham afinidade com os trabalhos realizados neste componente.

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
Carga Horária: Total: 30h
Período: 10º
Ementa: Apresentação de um Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, na categoria trabalho de pesquisa científica (pesquisa experimental), ou pesquisa tecnológica aplicada (inovação tecnológica), ou estudo de caso e/ou extensão (pesquisa descritiva) ou revisão bibliográfica. Desenvolvimento das atividades previstas no projeto de pesquisa. Redação do Trabalho de Conclusão de Curso. Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso.
Bibliográfica básica: IFES - Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos: documento impresso e/ou digital. 5ª ed. Vitória/ES. 2012. 2. VOLPATO, G. Ciência: da filosofia à publicação. 6ª ed. São Paulo. Editora Cultura Acadêmica. 2013. ISBN: 978-85-7983-282-6 3. VOLPATO, G. Método lógico para redação científica. 1ª ed. São Paulo. Editora Best Writing. 2011. ISBN: 9788564201002
Bibliografia complementar: LIMA, M. C. Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso. 1ª ed. São Paulo. Editora Thomson Learning. 2006. ISBN: 8522103615 GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa 5ª ed. São Paulo. Editora Atlas. 2010. ISBN: 9788522458 233 OLIVEIRA, M. M. Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses. 5ª ed. Campus Elsevier. 2010. ISBN: 978-85-352-3942-3 RUDIO, F. V. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. 34 ed. Editora Vozes. 2002. ISBN: 9788532600271 WEG, R. M.; ANTUNES DE JESUS, V. M. O Texto Científico – Como Fazer Projetos, Artigos, Relatórios, Memórias, Trabalhos de Conclusão de Curso, dissertações e teses e participar de eventos científicos. São Paulo. 2010. ISBN: 9788563163127

Componentes Optativos

Disciplina: Apicultura
Carga Horária: Total: 45h
Período: Optativa
Ementa: Introdução à Apicultura. Colônia. Classificação e biologia. A colméia: manuseio, localização e instalação do apiário, manejo, defesa e doenças, botânica e polinização, alimentação e migração, criação de rainhas, produtos, comercialização. Relação entre a apicultura e a extensão rural.

Bibliográfica básica:

WIESE, H. **Apicultura**: novos tempos. 2. ed. Guaíba: Agrolivros, 2005.

COSTA, P. S. C.; OLIVEIRA, J. S. **Manual prático de criação de abelhas**. 1. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2005.

SILVA, E. C. A.; COSTA, P. S. C. **Produção de rainhas e multiplicação de enxames**. 1. ed. Viçosa: CPT, 2007.

Bibliografia complementar:

COSTA, P. S. C. **Apicultura migratória**: produção intensiva de mel. 1. ed. Viçosa: CPT, 2006.

COUTO, R. H. N. **Apicultura**: manejo e produtos. 3. ed. Jaboticabal: FUNEP, 2006.

WALDSCHMIDT, A. M.; COSTA, P. S. C. **Criação de abelhas nativas sem ferrão**: Uruçu, Mandaçaia, Jataí e Iraí. 1. ed. Viçosa: CPT, 2007.

NOGUEIRA NETO, P. **Vida e criação de abelhas indígenas sem ferrão**. 1. ed. São Paulo: Nogueirapis, 1997.

WINSTON, M. L. **A biologia da abelha**. 1. ed. Porto Alegre: Magister, 2003.

Disciplina: Aquicultura

Carga Horária:Total: 45h

Período: Optativa

Ementa: Importância da aquicultura, conceitos e estado da arte. Características das principais espécies cultivadas (peixes, camarões e rãs). Noções de anatomia dos organismos aquáticos. Sistemas de cultivo sustentáveis, instalações e equipamentos. Preparo de viveiros e boas práticas de manejo. Qualidade de água e bem estar em aquicultura. Manejo alimentar e reprodução. Principais doenças de peixes, camarões e rãs. Biossegurança em aquicultura.

Bibliográfica básica:

MOREIRA, H. L. M. **Fundamentos da moderna aquicultura**. 1. ed. Canoas: Ulbra, 2001.

LIMA, A. F. et al. **Manejo de piscicultura familiar em viveiros escavados**. 1. ed. Brasília: EMBRAPA, 2015.

RODRIGUES, A. P. et al. **Piscicultura de água doce: multiplicando conhecimentos**. 1. ed. Brasília: EMBRAPA, 2013.

Bibliografia complementar:

KUBITZA, F. **Nutrição e alimentação dos peixes cultivados**. 3. ed. Jundiaí: Ed. do Autor, 1999. 125 p.

KUBITZA, F. **Reprodução induzida e larvicultura de peixes nativos**. Jundiaí: ACQUA & IMAGEM, 2004. 77 p.

KUBITZA, F.; ONO, E. A. **Projetos aquícolas**: planejamento e análise econômica. Jundiaí: Acqua Supre, 2004. 87 p.

MENEZES, A. **Aquicultura na prática**: peixes, camarões, ostras, mexilhões, sururus. 4. ed. rev., ampli. e atual. São Paulo: Nobel, 2009. 142 p.

OSTRENSKY, A.; BOEGER, W. A. **Piscicultura**: fundamentos e técnicas de manejo. Guaíba: Agropecuária, 1998. 211 p.

Disciplina: Avicultura Alternativa

Carga Horária: Total: 45h
Período: Optativa
Ementa: Introdução ao estudo da avicultura alternativa. Importância da produção de outras aves no contexto nacional e mundial. Criação de frango e poedeiras caipiras. Criação de frangos e poedeiras em sistema alternativo e orgânico. Criação de codornas. Criação de patos, gansos e marrecos. Criação de perdizes e faisões. Criação de pavões. Criação de perus.
Bibliográfica básica: ALBINO, L. F. T. Criação de frangos e galinhas caipiras: avicultura alternativa. 1. ed. Viçosa: UFV, 2005. ALBINO, L. F. T.; BARRETO, S. L. T. Criação de codornas para produção de ovos e carnes. 1. ed. Viçosa: Aprenda fácil, 2003. PENTEADO, S. R. Criação animal orgânica: regulamentos e normas da produção orgânica. 2. ed. São Paulo: Via Orgânica, 2012.
Bibliografia complementar: ROSTAGNO, H. S. et al. Tabelas brasileiras para aves e suínos. 4. ed. Viçosa: UFV, 2017. SAKOMURA, N. K.; SILVA, J. H. V.; COSTA, F. G. P. Nutrição de não ruminantes. 1. ed. Jaboticabal: FUNESP, 2014. SIGNOR, A. A.; ZIBETTI, A. P.; FEIDEN, A. Produção animal orgânica. 1. ed. Toledo: GFM, 2011. SALES, M. N. G. Criação de galinhas em sistemas agroecológicos. 1. ed. Vitória: INCAPER, 2005. FABICHANK, I. Criação doméstica de patos, marrecos e perus. 1. ed. São Paulo: Nobel, 2000.

Disciplina: Biotecnologia Aplicada ao Melhoramento Animal
Carga Horária: Total: 45h
Período: Optativa
Ementa: Análise cromossômica aplicada ao melhoramento animal. Doenças monogênicas em animais domésticos. Método de análise genômica em animais domésticos. O uso dos marcadores genômicos no melhoramento animal. O estudo da expressão gênica aplicada à produção animal. Animais transgênicos e clonagem animal. Associação entre métodos clássicos de seleção e análise genômica em melhoramento animal.
Bibliográfica básica: NOLAN, T.; BUSTIN, S. A. PCR: technology, current innovations. 3. ed. Boca Raton: CRC Press, 2013. GUERRA, M. S. Introdução a citogenética geral. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. HAWKINGS, J. D. Gene structure and expression. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Bibliografia complementar:

ROTHWELL, N. V. **Understanding genetics, a molecular approach**. Nova York: Wiley-Liss, 1993.

FARAH, S. B. **DNA: segredos e mistérios**. 2. ed. São Paulo: Sarvier, 2007.

FERREIRA, M. E.; GRATTAPAGLIA, D. **Introdução ao uso de marcadores moleculares em análise genética**. 3. ed. Brasília: EMBRAPA/CENARGEN, 1998. 220 p.

HOFFEE, P. A. **Genética médica molecular**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

RAMALHO, M. A. P.; SANTOS, J. B.; PINTO, C. A. B. P. **Genética na agropecuária**. 5. ed. Lavras: Ufla, 2012.

Disciplina: Criação e Preservação de Animais Silvestres

Carga Horária:Total: 45h

Período: Optativa

Ementa: Princípios gerais do manejo e conservação de animais silvestres. Desenvolvimento econômico e ecologia global. Fatores que afetam a abundância das espécies e populações da fauna silvestre. Importância e preservação de espécies silvestres. Criação de animais silvestres para fins econômicos, científicos e proteção de espécies ameaçadas. Legislação brasileira relacionada à exploração e manejo da fauna silvestre.

Bibliográfica básica:

BARBOSA, R. P.; VIANA, V. J.; RANGEL, M. B. A. **Fauna e flora silvestre: equilíbrio e recuperação ambiental**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SOUZA, J. D. S. S. Criação de avestruz. 1. ed. **Viçosa:** Aprenda Fácil, 2004.

HOSKEN, F. M.; SILVEIRA, A. C. **Criação de cutias**. 1. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001.

Bibliografia complementar:

KOLBERT, E. **A sexta extinção: uma história não natural**. 1. ed. Intrínseca: Rio de Janeiro, 2015.

HOSKEN, F. M.; SILVEIRA, A. C. **Criação de emas**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2003.

GONÇALVES, F. S. et al. **Biologia e manejo do jacaré do papo amarelo**. 1. ed. Piracicaba: FEALQ, 2005.

HOSKEN, F. M.; SILVEIRA, A. C. **Criação de pacas**. 1. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001.

HOSKEN, F. M.; SILVEIRA, A. C. **Criação de capivaras**. 1. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002.

Disciplina: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

Carga Horária: Total: 60h

Período: Optativa

Ementa: Processo histórico-educacional do indivíduo surdo. Os aspectos legais que respaldam o indivíduo surdo quanto aos seus direitos linguísticos e educacionais no Brasil. O sujeito surdo, sua identidade e cultura. A origem da língua de Sinais e sua importância na constituição do indivíduo surdo. Ensino e prática da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Parâmetros fonológicos. Léxico da morfologia na LIBRAS. Diálogos contextualizados sobre o universo do surdo e da LIBRAS.

Bibliográfica básica:

Enciclopédia: Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS): volume II.

CAPOVILLA, F. C. R.; WALKIRIA, D. O mundo do surdo em libras: artes e cultura, esportes. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem cognição numa perspectiva sociointeracionista. 3. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. LIBRAS em contexto. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

THOMAS, A. S.; LOPES, M. C. A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

Bibliográfica complementar:

FELIPE, T. LIBRAS em contexto: curso básico (livro do estudante). 8. ed. MEC/SEESP/FNDE. 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. MEC: Brasília/DF/SEEP, 2005.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SKLIAR, C. (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SILVA, M. P. M. A construção de sentidos na escrita do aluno surdo. São Paulo: Plexus, 2001.

MANTOAN, M. T. E. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: SENAC, 1997.

BERNADINO, E. L. Absurdo ou lógica? Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000.

Disciplina: Microbiologia de Alimentos

Carga Horária:Total: 45h

Período: Optativa

Ementa: A ecologia microbiana dos alimentos. A contaminação dos alimentos. A deterioração dos alimentos. Intoxicações e infecções de origem alimentar. Controle microbiológico de alimentos. Métodos de análises microbiológicas de alimentos e água.

Bibliográfica básica:

SILVA, N. et al. **Manual de métodos de análise microbiológica de alimentos e água**. 5. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2017.

JAY, J. M. **Microbiologia de alimentos**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MELO, B. D. G.; LANDGRAF, M. **Microbiologia dos alimentos**. 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

Bibliografia complementar:

FORSYTHE, S.J. **Microbiologia da segurança dos alimentos**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. **Higiene e vigilância sanitária dos alimentos**. São Paulo: Manole, 2019.

TRABULSI, L. B.; ALTERTHUM, F. **Microbiologia**. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

TORTURA, G.L.; FUNKE, B.R.; CASE, C.L. **Microbiologia**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

FICHER, B. D.; CHAMPE, P. C.; HARVEY, R. A. **Microbiologia ilustrada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
VIEIRA, R. H. S. F. **Microbiologia, higiene e qualidade do pescado**: teoria e prática. 1. ed. São Paulo: Varela, 2004.

Disciplina: Nutrição de Não Ruminantes

Carga Horária:Total: 60h

Período: Optativa

Ementa: Anatomia e fisiologia do sistema digestório dos animais não ruminantes. Metabolismo de água. Metabolismo de carboidratos. Metabolismo de lipídeos. Metabolismo de aminoácidos e proteínas. Metabolismo energético. Metabolismo de minerais e vitaminas. Digestibilidade e disponibilidade de nutrientes. Aditivos não nutrientes. Exigências nutricionais de animais não ruminantes. Nutrição aplicada de aves de corte e postura, suínos, peixes e equinos. Formulação de rações para não ruminantes.

Bibliográfica básica:

SAKOMURA, N. K.; SILVA, J. H. V.; COSTA, F. G. P. **Nutrição de não ruminantes**. 1. ed. Jaboticabal: FUNESP, 2014.
ROSTAGNO, H. S. et al. **Tabelas brasileiras para aves e suínos**. 5. ed. Viçosa: UFV, 2024.
SAKOMURA, N. K.; ROSTAGNO, H. S. **Métodos de pesquisa em nutrição de monogástricos**. 2. ed. Jaboticabal: FUNEP, 2016.

Bibliografia complementar:

BERTECHINI, A. G. **Nutrição de monogástricos**. 2. ed. Lavras: Ufla, 2012.
REECE, W. O. **Fisiologia dos animais domésticos**: Dukes. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
LANA, R. P. **Nutrição e alimentação animal**: mitos e realidades. 2. ed. Viçosa: UFV, 2007.
FRAPE, D. **Nutrição e alimentação de equinos**. 3. ed. São Paulo: Roca, 2008.
NRC. **Nutrient requirements of swine**. 10. ed. Washington: National Academy Press, 2012.

Disciplina: Nutrição de Ruminantes

Carga Horária: Total: 60h

Período: Optativa

Ementa: Anatomia e desenvolvimento do estômago dos ruminantes. Microbiologia do rúmen. Digestão e metabolismo de carboidratos, compostos nitrogenados e lipídeos. Mineralização. Requerimentos nutricionais dos ruminantes. Regulação do consumo de alimentos. Técnicas de balanceamento de rações para ruminantes.

Bibliográfica básica:

SAKOMURA, N. K.; SILVA, J. H. V.; COSTA, F. G. P. **Nutrição de não ruminantes**. 1. ed. Jaboticabal: FUNESP, 2014.
ROSTAGNO, H. S. et al. **Tabelas brasileiras para aves e suínos**. 5. ed. Viçosa: UFV, 2024.
SAKOMURA, N. K.; ROSTAGNO, H. S. **Métodos de pesquisa em nutrição de monogástricos**. 2. ed. Jaboticabal: FUNEP, 2016.

Bibliográfica complementar:

BERTECHINI, A. G. **Nutrição de Monogástricos**. 22. ed. Lavras: Ufla, 2012.

REECE, W. O. **Fisiologia dos animais domésticos**. 15. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

LANA, R. P. **Nutrição e alimentação animal – mitos e realidades**. 2. ed. Viçosa: UFV, 2007.

FRAPE, D. **Nutrição e alimentação de equinos**. 3. ed. São Paulo: Roca, 2008.

NRC. **Nutrient requirements of swine**. 10. ed. Washington DC:National Academy Press, 2012.

Disciplina: Tecnologia de Pescado, Ovos e Mel

Carga Horária:Total: 45h

Período: Optativa

Ementa: Definição e valor nutricional do pescado. Obtenção, alterações post-mortem, tecnologia de transformação e conservação, processamento inicial, estrutura muscular, qualidade da matéria-prima, alterações, métodos de conservação, processamento de produtos, monitoramento da qualidade higiênica. Estrutura, composição e propriedades do ovo e mel como alimentos. Aspectos de mercado, infraestrutura e equipamentos utilizados no beneficiamento de ovos e mel. Controle de qualidade e legislação específica.

Bibliográfica básica:

GONÇALVES, A. A. **Tecnologia do pescado: ciência, tecnologia, inovação e legislação**. 1. ed. São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, B. L.; OLIVEIRA, D. D. **Qualidade e tecnologia de ovos**. Lavras: UFLA, 2013. 223 p.

MARCHINI, L. C.; SODRÉ, G. S.; MORETI, A. C. C. C. **Mel brasileiro: composição e normas**. Ribeirão Preto: A. S. Pinto, 2004.

Bibliografia complementar:

ORDÓÑEZ, J. A. et al. **Bioestatística: teórica e computacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. vol. 1. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ORDÓÑEZ, J. A. et al. **Tecnologia de alimentos: alimentos de origem animal**. v. 2. Porto Alegre: Artmed, 2005.

RAMOS, E. M.; GOMIDE, L. A. M. **Avaliação da qualidade de carnes: fundamentos e metodologias**. 1. ed. Viçosa: UFV, 2009.

FURLAN, E. **Qualidade e processamento de pescado**. 1. ed. São Paulo: Campos, 2013.

VIEIRA, R. H. S. F. **Microbiologia, higiene e qualidade do pescado: teoria e prática**. 1. ed. São Paulo: Varela, 2004.

Disciplina: Tópicos especiais I

Carga Horária:Total: 60h

Período: Optativa

Ementa: Produção animal e extensão. O papel do médico veterinário em transmitir saberes acadêmicos aplicados, produção, sanidade, reprodução, nutrição e saúde alimentar dos animais de produção e de companhia. (Metodologia: Ensino baseado em projetos).

Bibliográfica básica:

Variável, de acordo com os temas trabalhados e os docentes envolvidos.

Bibliografia complementar:

Variável, de acordo com os temas trabalhados e os docentes envolvidos.

Disciplina: Tópicos especiais II

Carga Horária:Total: 60h

Período: Optativa

Ementa: Epidemiologia, zoonoses, manejo sanitário dos animais, exploração clínica e cirúrgica, patologia, patologia clínica e monitoramento de doenças em animais de produção e de companhia. (Metodologia: Ensino baseado em projetos).

Bibliográfica básica:

Variável, de acordo com os temas trabalhados e os docentes envolvidos.

Bibliografia complementar:

Variável, de acordo com os temas trabalhados e os docentes envolvidos.

Disciplina: Toxicologia e plantas tóxicas

Carga Horária:Total: 45h

Período: Optativa

Ementa: Princípios da toxicocinética, toxicodinâmica, da avaliação de risco e da importância dos índices de toxicidade das plantas. Mecanismo de toxicidade e os efeitos tóxicos de praguicidas, metais pesados e plantas tóxicas e as consequências de resíduos em produtos de origem animal. Efeitos de venenos de origem animal. Técnicas para o diagnóstico toxicológico referente às plantas.

Bibliográfica básica:

BERCHIELLI, T. T.; PIRES, A. V.; OLIVEIRA, S. G. **Nutrição de ruminantes**. 2. ed. Jaboticabal: Funep, 2011.

DIJKSTRA, J.; FORBES, J. M.; FRANCE, J. **Quantitative aspects of ruminant digestion and metabolism**. 2. ed. Cambridge: Cabi Publishing, 2009.

MILEN, D. D. **Rumenologia - uma viagem ao fantástico mundo do rúmen**. São Paulo: Território da Carne. 2023

Bibliografia complementar:

NATIONAL ACADEMICS OF SCIENCES, ENGINEERING AND MEDICINE (NASEM). **Livro Exigências Nutricionais de Bovinos Leiteiros Nasem** - 8. ed. Editora:Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, 2021.

VAN SOEST, P. J. **Nutritional ecology of the ruminant**. Ithaca: Cornell University Press, 1994.

VALADARES FILHO, S. C.; PAULINO, P. V. R.; MAGALHÃES, K. A. **Nutrient Requirements of Zebu and Crossbred Cattle – BR Corte**. 3. ed. Viçosa: UFV, 2016.

CHEEKE, P. R.; DIERENFELD, E. S. **Comparative animal nutrition and metabolism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. .

TOKARNIA, C. H. **Deficiências Minerais em Animais de Produção**. Rio de Janeiro: Editora Helianthus, 2010.

6.3.6. Estágio Curricular Supervisionado

O estágio supervisionado do Curso será obrigatório e está de acordo com o previsto na Resolução CNE/CES nº 3/2019, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, na Lei Federal nº 11.788/2008 (Lei de Estágio) e na Resolução Consup nº 58/2018, que regulamenta os estágios dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes).

Os estagiários com deficiência terão direito a serviços de apoio de profissionais da educação especial e de profissionais da área objeto do estágio, conforme previsto na Resolução CNE/CEB nº 01, de 21 de janeiro de 2004, bem como a outras especificidades regulamentadas na Lei de Estágio.

Conforme exigido no Artigo 10 da Resolução CNE/CES nº 3/2019:

“[...] a formação do médico veterinário incluirá, como etapa integrante da graduação, estágio curricular obrigatório de formação em serviço, em regime intensivo e exclusivo, nos dois últimos semestres do curso.

§ 1º 50% (cinquenta por cento) da carga horária do estágio curricular obrigatório deverá ser desenvolvida em serviços próprios da Instituição de Educação Superior (IES), com distribuição equilibrada de carga horária, a fim de atender aspectos essenciais das áreas de saúde animal, clínicas médica e cirúrgica veterinárias, medicina veterinária preventiva, saúde única, zootecnia, produção e reprodução animal e inspeção e tecnologia de produtos de origem animal.

§ 2º Por se tratar de atividades eminentemente práticas devem contar com a presença permanente do docente orientador⁶ ou supervisor⁷ em uma relação estudante/docente definida no PPC de modo a serem executadas com qualidade.

§ 3º A carga horária teórica não poderá exceder 10% (dez por cento) da carga horária destinada a cada área de estágio.

§ 4º A carga horária restante prevista para o estágio curricular da Graduação em Medicina Veterinária poderá ser desenvolvida fora da IES, em instituição/empresa credenciada, sob

⁶ Docente: Professor com formação em Medicina Veterinária ou com Mestrado ou Doutorado em Medicina Veterinária ou Zootecnia.

⁷ Por Supervisor entende-se funcionário da empresa ou da instituição credenciada.

orientação docente e supervisão local, devendo-se apresentar programa de atividades previamente definido.

§ 5º Para o estágio obrigatório do Curso de Graduação em Medicina Veterinária, assim caracterizado no PPC, a jornada semanal de prática poderá compreender períodos de plantão que poderão atingir até 12 (doze) horas diárias, observado o limite de 40 (quarenta) horas semanais, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes [...]"

O estágio curricular supervisionado obrigatório no Curso de Bacharelado em Medicina Veterinária terá duração de 660 horas, com o objetivo de articular os conhecimentos construídos durante o curso com a prática real de trabalho na área. Ocorrerá no nono e no décimo períodos do Curso, contemplando o trabalho com aspectos essenciais das áreas de saúde animal, clínicas médica e cirúrgica veterinárias, medicina veterinária preventiva, saúde única, zootecnia, produção e reprodução animal e inspeção e tecnologia de produtos de origem animal.

O estágio curricular supervisionado obrigatório segue regulamento específico, conforme apresentado no Anexo II, no qual serão explicitados os seguintes tópicos: apresentação, tipo de estágio (obrigatório), partes envolvidas e formalização do estágio, acompanhamento e avaliação, e indicação de como será o acompanhamento e a avaliação do estágio e a equiparação de atividades.

6.3.7. Atividades Acadêmico-científico-culturais

As Atividades Acadêmico-científico-culturais estão contempladas nas Atividades Complementares e serão desenvolvidas ao longo do curso, com carga horária total obrigatória de 60 horas. Tais atividades visam possibilitar aos alunos o desenvolvimento da responsabilidade pela própria formação, adquirindo as competências relacionadas ao “saber”, “saber fazer”, “saber ser” e “saber conviver”. Nelas deverão ser abordados temas transversais como sustentabilidade, diversidade, direitos humanos, dentre outros.

O objetivo das atividades complementares é diversificar e enriquecer a formação do aluno, com atividades e situações inerentes à profissão, bem como a vivência de situações reais que contribuam para o seu crescimento pessoal e profissional, permitindo o desenvolvimento de competências e habilidades que venham a enriquecer sua formação generalista, técnica e humanística.

É importante lembrar que a realização das atividades complementares dependerá exclusivamente da iniciativa e da dinamicidade de cada aluno, que deverá buscar as atividades que mais lhe interessam para delas participar. Atividades complementares fazem parte do currículo do aluno e são obrigatórias. Por esse motivo, constarão no histórico escolar do aluno.

Serão realizadas fora dos programas dos componentes curriculares previstos na matriz curricular do Curso. Para ter direito à equivalência em horas-aula o aluno deverá apresentar certificado ou certidão da instituição promotora do evento que ateste a realização da atividade, ficando a cargo do professor responsável (conforme Portaria) o lançamento dessa atividade no sistema Acadêmico, com base em regulamentação específica aprovada pelo Colegiado do Curso

(ANEXO I). É de responsabilidade do aluno verificar o lançamento das horas de atividades complementares cumpridas e devidamente atestadas.

6.3.8. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme descrito no Anexo III deste PPC, é uma atividade de síntese e integração do conhecimento, que poderá ser desenvolvido por meio das experiências vivenciadas em qualquer das atividades pedagógicas inerentes ao curso.

O objetivo do TCC é consolidar os conteúdos vistos ao longo do curso em qualquer uma das áreas da Medicina Veterinária. Ele deverá ser sistematizado, permitindo que o aluno se familiarize com o seu futuro ambiente de trabalho e/ou área de pesquisa e extensão. O desenvolvimento deste trabalho possibilitará ao aluno a integração entre teoria e prática, por meio da verificação da capacidade de síntese das vivências adquiridas durante o curso.

O projeto deverá ser realizado sob supervisão de um docente orientador. Ao final, o aluno deverá apresentar o TCC individualmente. O aluno deverá iniciá-lo até, no mínimo, dois semestres antes da conclusão do curso.

Para orientação, haverá a divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos e a disponibilização dos TCC em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet (Repositório Institucional do Ifes - <https://repositorio.ifes.edu.br/>).

6.3.9. Iniciação Científica

A Iniciação Científica é um instrumento que permite aos alunos de graduação vivenciarem experiências com a pesquisa científica. É a possibilidade de colocar o aluno em contato direto com a atividade científica e engajá-lo na pesquisa. Nesta perspectiva, a iniciação científica caracteriza-se como instrumento de apoio teórico e metodológico à realização de um projeto de pesquisa e constitui um canal adequado de auxílio para a formação de uma nova mentalidade no aluno. Em síntese, esta atividade pode ser definida como um importante instrumento de formação.

Os alunos têm a oportunidade de adquirir bolsas por meio de Projetos de Pesquisa submetidos por servidores para concorrer aos seguintes editais disponibilizados anualmente:

IFES – Programa Institucional de Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PICTI), que oferece bolsas financiadas pelo próprio IFES, CNPq e FAPES. Os alunos também têm a possibilidade de participar dos projetos como voluntários.

FAPES – Por meio de editais como o Programa de Iniciação Científica Júnior (PICJr), Mulheres na Ciência, Extensão Tecnológica e Universal são concedidas bolsas aos alunos dos cursos superiores.

Além disso, há a chance dos alunos obterem bolsas por meio de parcerias ou convênios estabelecidos com empresas do setor privado.

6.3.10. Extensão

A Coordenação de Extensão do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) Campus Itapina desempenha um papel fundamental na promoção e articulação das atividades de extensão na instituição. Sob a liderança comprometida da equipe coordenadora, a unidade tem se destacado na integração entre o conhecimento acadêmico e as demandas da comunidade local.

Uma das principais realizações da Coordenação de Extensão foi a implementação de programas e projetos que visam estender o alcance da educação e dos serviços oferecidos pelo Ifes para além dos limites da sala de aula. Através de parcerias estratégicas com organizações locais, a Coordenação tem promovido ações que impactam positivamente a sociedade, abrangendo áreas como educação, cultura, saúde e meio ambiente.

Além disso, a Coordenação de Extensão tem desempenhado um papel ativo na promoção da interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade. Eventos, cursos e atividades culturais têm sido organizados com o intuito de criar um ambiente enriquecedor para os alunos e de estabelecer uma ponte entre a teoria e a prática.

Destaca-se, também, o compromisso da Coordenação de Extensão com a inovação e a busca por soluções criativas para desafios locais. Projetos de pesquisa aplicada e extensão tecnológica têm sido desenvolvidos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

A Coordenação de Extensão do Ifes Campus Itapina tem desempenhado um papel crucial na consolidação do Instituto como um agente ativo na transformação social. Através de uma abordagem dinâmica e integrada, a Coordenação tem fortalecido os laços entre a instituição e a comunidade, evidenciando o compromisso do Ifes com a excelência acadêmica aliada à responsabilidade social.

A Curricularização da Extensão é o processo de regulamentar as atividades de Extensão como parte obrigatória da carga horária integrada aos currículos dos Cursos de Graduação. Essa regulamentação foi promulgada a partir da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Superior (CES) nº. 7, de 18 de dezembro de 2018.

O Ifes regulamentou as Diretrizes para as Atividades Curriculares de Extensão, por meio da Resolução Consup/IFES nº 38, de 13 de agosto de 2021. Para fins de atendimento ao previsto no Artigo 7º desta Resolução, a curricularização será encaminhada por meio de componentes curriculares específicos de extensão apresentados na matriz curricular do Curso, na qual está especificada a carga horária a ser desenvolvida em cada um desses componentes, considerando-se o que está previsto na ementa de cada um deles.

Foi considerada, também, a Instrução Normativa Conjunta Proen/Proex n.º 1, de 02 de agosto de 2023, que normatiza e orienta a elaboração de parecer pedagógico complementar que considera a integração das ações de extensão aos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação.

A curricularização da extensão deve ser efetivada não apenas por ser uma determinação. Deve ter, também, o objetivo de concretizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, a elaboração deste Projeto Pedagógico do Curso está focada no protagonismo e na transformação do aluno:

“O currículo passa a ser concebido como um processo não-linear e rotineiro, onde as disciplinas deixam de ser verdades acabadas a serem repassadas e transmitidas. Torna-se um espaço de produção coletiva e de ação crítica. Os conteúdos das disciplinas não são mais a “essência” de um curso, tornando-se referência para novas buscas, novas descobertas, novos questionamentos, oferecendo aos estudantes um sólido e crítico processo de formação. Quando a universidade utiliza tais possibilidades, efetiva-se a Flexibilização Curricular, na perspectiva de um currículo que rompe com a predominância de disciplinas, tendo a transdisciplinaridade como eixo de referência.” (FORPROEX, 2006, p. 41-42)

As ações de extensão serão desenvolvidas em cada componentes específicos, os quais serão cadastrados seguindo a Orientação Normativa Ifes/CAEX 01/2020 na Coordenadoria Geral de Ações de Extensão da Pró-reitoria de Extensão do Ifes. Cada componente será conduzido por um professor do curso, contudo a realização das atividades poderá ter a participação de outros professores e servidores do Ifes.

Ao cursar estes componentes na função de extensionista, o estudante torna-se verdadeiro mediador entre a sociedade e o Ifes, sendo um elemento chave na identificação das exigências do ambiente e na obtenção de uma combinação ótima entre o conhecimento técnico-científico e o conhecimento mais contextualizado (popular/social). Dessa forma, as propostas de extensão envolvem o aluno em ciclos de aprendizagem em que passam de momentos de ação a momentos de reflexão e voltam à ação, proporcionando cada vez mais o protagonismo dos estudantes.

Seguem ações de extensão em desenvolvimento que serão a base para o cumprimento da carga horária de extensão prevista neste Projeto Pedagógico de Curso:

- Assistência em vacinação contra brucelose bovina: Tem como objetivo reduzir a incidência da doença na região de Colatina e entorno através da vacinação semestral de bezerras de 3 - 8 meses, com isso, os alunos que participam do projeto, recebem o certificado de Vacinadores para essa doença.
- Programa de Desenvolvimento Institucional: “Patinhas Felizes” - Prevenção de zoonoses transmitidas por cães e gatos no Ifes - Campus Itapina, com intuito de retirar os cães e gatos errantes do campus Itapina, e destiná-los a adoção, reduzindo assim a transmissão de zoonoses e a redução da transmissão de doenças para os animais do rebanho do campus e entorno;
- Núcleo de Educação Ambiental e Agroecologia (NEAA): tem como objetivo estimular os estudantes e servidores do Campus Itapina a utilizarem alternativas metodológicas condizentes com o contexto socioambiental contemporâneo, aproximando o ensino, a pesquisa e, prioritariamente, a extensão. Contempla a área da Educação Ambiental e Agroecologia, procurando também, potencializar o diálogo entre a educação básica e o meio acadêmico.
- Núcleo de Arte e Cultura: tem por desígnio incentivar, desenvolver e promover o acesso à cultura, às artes e à cidadania no Campus Serra baseado no pressuposto de que a arte e a cultura são direitos humanos inalienáveis, no reconhecimento da diversidade cultural e humana e na promoção da cidadania, da reflexão e do pensamento crítico por meio do acesso à multiplicidade de expressões e da democratização dos meios de produção e difusão cultural em nível de ensino, pesquisa e extensão.

- Laboratório de Solos – LABSOLO: Intuito é realizar análise de atributos de solo para público externo e interno ao IFES para fins de diagnóstico da fertilidade do solo e recomendação de adubação e calagem para as atividades agrossilvipastoris do meio rural capixaba com foco no uso racional dos recursos naturais e na sustentabilidade do agronegócio estadual. Realizar prestação de serviços de análise de atributos do solo para o público externo (agricultores) e interno; Capacitar estudantes (de cursos técnicos e bacharelado) em rotinas laboratoriais de análise de atributos do solo.
- Laboratório de Extensão Maker para o Desenvolvimento de Soluções Agro, Tecnologias Educacionais e Robótica (LEM-Itapina): Estimula os alunos de nível técnico e superior em desenvolver programas e projetos tecnológicos para solucionar os problemas agropecuários.
- Núcleo Incubador Ifes campus Itapina: uma organização educacional que estimula e fornece suporte para startups e empreendedores com potencial inovador, para que transformem suas ideias e projetos promissores em negócios viáveis e bem-sucedidos. Oferece acesso a uma rede de mentores experientes e especialistas em vários campos que oferecem orientação e aconselhamento aos empreendedores.
- Apoio à agricultura familiar e rota agroturística de São Pedro Frio: Apoiar a Agricultura Familiar da região de Colatina e a formação e funcionamento da Rota Agroturística de São Pedro Frio (SPF), por meio da capacitação de produtores rurais da agricultura familiar e de agentes de promoção da Rota Agroturística SPF; pelo auxílio à comercialização de produtos da Agricultura Familiar no posto de vendas do Ifes campus Itapina e em mídias sociais digitais; e pela instalação e funcionamento de posto de orientações para a rota.
- (Re)Florestar: O projeto em questão tem como finalidade geral desenvolver uma atividade de (re)florestamento e cuidados ambientais de uma área de, aproximadamente, 1 hectare próximo à margem direita do rio São João Grande, localizada dentro do território do Ifes – campus Itapina; (Re)Florestar uma área de 1 hectare; Realizar os cuidados de replantio, manutenção e cuidados ambientais da área (re)florestada; Implantar uma Unidade Demonstrativa de Agrofloresta no Ifes campus Itapina; Preparar o terreno para introdução das mudas; Identificar e adquirir as espécies de árvores adequadas para o plantio; Implantar um sistema de irrigação para a sobrevivência do plantio; Realizar a manutenção da área e observação técnica do processo; Investigar e acompanhar o desenvolvimento das mudas plantadas.
- As marcas da feira: Baseia-se em realizar pesquisa documental e bibliográfica sobre a Feira Livre Sol Poente de Colatina/ES, capacitar a equipe executora do projeto em processos de desenvolvimento e registro de logomarcas, realizar diagnósticos estratégicos com os 182 (cento e oitenta e dois) feirantes que atuam na Feira Livre Sol Poente de Colatina/ES e produzir e entregar 20 (vinte) relatórios aos feirantes selecionados, cada um contendo 3 (três) propostas de logomarcas registráveis aplicáveis nas atividades produtivas da agricultura familiar.
- Manejo da irrigação em pequenas propriedades rurais na região de Baixo Guandu: Desenvolver estratégias adequadas de manejo da irrigação visando ao uso eficiente da água e ao aumento da produtividade agrícola das lavouras dos filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baixo Guandu-ES; Fornecer informações sobre os sistemas de irrigação, seus impactos e percepção do usuário do recurso hídrico; Identificar como se procede o consumo de água na

agricultura no município de Baixo Guandu – ES; Mensurar a chuva e a demanda de irrigação nas lavouras da região; Contribuir para a racionalização do uso da água na agricultura por meio do estudo do manejo de irrigação praticado em lavouras da região; Capacitar os irrigantes sobre a importância da racionalização da água por meio de palestra (dia de campo) e distribuição de panfletos com dados importantes das necessidades hídricas dos cultivos.

- Programa de extensão Ifes Itapina de porteira aberta: Fortalecer a atuação e imagem do Ifes campus Itapina como instituição de grande relevância na oferta de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão na região de Colatina, por meio do conhecimento da instituição e de suas atividades, a partir da visita de estudantes de instituições de ensino parceiras; Apresentar à comunidade da região a estrutura física e alguns membros do corpo de servidores do campus; Oferecer aos alunos dos cursos superiores do Ifes campus Itapina a oportunidade de atuar como protagonistas na organização e realização das visitas e capacitações/formações para a comunidade das regiões compostas pelos municípios no entorno de Colatina; Dar aos alunos dos cursos superiores e regulares do campus a vivência na prática extensionista nas áreas de ensino, ciências agrárias, meio ambiente e outras; Estreitar os laços entre o Ifes Campus Itapina e as demais instituições educacionais e de atendimento diversificado na região do município de Colatina e dos municípios vizinhos; Apresentar os cursos técnicos, superiores e pós graduações que o campus oferta, demonstrando as possibilidades e as abrangências destes cursos; Explicar e tirar dúvidas sobre o processo seletivo do Ifes para cursos técnicos integrados, superiores e pós graduações; Fazer demonstrações práticas dentro das unidades de campo e laboratoriais para explicar os trabalhos desenvolvidos pela comunidade acadêmica nas áreas de ensino, pesquisa e extensão; Despertar no participante o interesse em dar continuidade à formação acadêmica e em se preparar para o mercado de trabalho; Proporcionar à comunidade externa que conheça a história do Instituto Federal do Espírito Santo Campus Itapina.

- Fortalecendo a agricultura familiar: com o conhecimento, sustentabilidade e desenvolvimento promover o desenvolvimento integral da agricultura familiar em Colatina, por meio de capacitações que visam aprimorar a produção, gestão e comercialização dos produtos, bem como estimular práticas sustentáveis.

- Sanidade e Saúde dos Animais de Produção: Por meio das visitas técnicas de alunos e professores tem a meta de orientação, capacitação e resolução de problemas sanitários, zootécnicos, reprodutivos e de instalações em haras, fazendas de produção de ruminantes, equinos, suínos e aves dos produtores da região de Colatina e entorno. Diagnóstico primário quantitativo dos problemas dos haras e fazendas das formas de manejos, escrituração zootécnica, ativos sanitários e profilaxia;

- Capacitações e orientações por meio da promoção social; conscientizar os produtores e colaboradores rurais da região das vantagens da assistência técnica; Realização das medidas corretivas das demandas nas áreas de produção, prevenção sanitária do rebanho de ruminantes, equinos, suíno e aves; Possibilitar que os acadêmicos adquiram experiência prática, possibilitar estreitamento da distância dos discentes ao contato com sistemas de gerenciamentos de propriedades; Auxiliar na formação profissional com a capacitação dos

alunos no entendimento dos problemas oriundos de uma propriedade rural; Aumentar a eficiência produtiva das propriedades rurais na região Noroeste do Estado do Espírito Santo.

Além desses programas, outros poderão somar-se às ações de extensão, garantindo uma maior aproximação com a comunidade, assegurando, no mínimo, 10% da carga horária total do curso em atividades curriculares de extensão. Os alunos iniciarão as atividades de extensão a partir do sexto período do curso, sob orientação do docente responsável pelo componente curricular de Extensão Veterinária I, II e III.

A carga horária de extensão, a ser cumprida, é de **405 horas**.

7. AVALIAÇÃO

7.1. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso passará por revisão a cada 05 (cinco) anos, pautando-se em pesquisa/acompanhamento junto aos envolvidos, observando-se o contexto da sociedade e respeitando-se o princípio da educação e cidadania. Se for constatada a necessidade de realizar alterações serão apresentadas à Direção de Ensino do Campus e, posteriormente, à Câmara de Graduação do Ifes, para a devida análise e homologação.

Deverão ser levados em conta, neste processo avaliativo do PPC, aspectos como: a exequibilidade do projeto; os recursos humanos envolvidos; a infraestrutura física e tecnológica e sua adequação às atividades de ensino, pesquisa e extensão; o cumprimento da proposta institucional de desenvolvimento expressa no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); o acompanhamento aos alunos, no tocante à qualidade de acesso, permanência e sucesso; a participação dos alunos em programas de ensino, pesquisa e extensão.

A Resolução do Consup nº 64/2019 prevê, em seu Artigo 7º, que compete ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) nos cursos de graduação do Instituto Federal do Espírito Santo:

- I. Atuar diretamente na criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos;
- II. Manter o Projeto Pedagógico do Curso atualizado;
- III. Coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de bibliografia e outros materiais necessários ao curso;
- IV. Promover instrumentos e procedimentos para a autoavaliação do curso em parceria com a Comissão Setorial de Avaliação Institucional (CSAI);
- V. Analisar trienalmente e adaptar, caso necessário, o perfil do egresso considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e as novas demandas do mundo do trabalho;
- VI. Verificar o impacto do sistema de avaliação da aprendizagem na formação do aluno;
- VII. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular para aprovação no Colegiado do Curso, sempre que necessário;
- VIII. Indicar formas de articulação entre o ensino, a extensão, a pesquisa e a pós-graduação;
- IX. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo e pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- [...] XI. Acompanhar as legislações pertinentes às diretrizes curriculares, dentre outras que são necessárias ao curso [...]

7.2. Avaliação do processo Ensino-Aprendizagem

A aprendizagem escolar é um processo complexo de construção de conhecimentos formais, que pressupõe transformações sucessivas nas formas de pensamento e de comportamento do aluno, cujo processo envolve dimensões biológicas, afetivas e sociais, uma vez que se refere à formação humana. Essa avaliação será norteadada pelo que está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e no Regulamento da Organização Didática dos Cursos de Graduação do Ifes (ROD), realizada de forma processual, com o objetivo de dimensionar a prática avaliativa como oportunidade de reflexão sobre a prática pedagógica, incidindo sobre alunos, docentes e instituição.

Nesse sentido, a avaliação do processo de ensino-aprendizagem deverá apontar para as seguintes finalidades:

- a) Diagnosticar como está a aprendizagem dos alunos em determinado conteúdo, de determinado componente curricular, para que sejam tomadas medidas para a recuperação de conceitos e estímulos a novas estruturas de pensamento e de aprendizagens;
- b) Propiciar a reflexão acerca do processo de ensino-aprendizagem pelos protagonistas do mesmo;
- c) Integrar conhecimentos por ser, também, um recurso de ensino-aprendizagem;
- d) Comprovar a capacidade profissional nas formas individual e coletiva;
- e) Apresentar o uso funcional e contextualizado dos conhecimentos;
- f) Possibilitar a reflexão do indivíduo, do grupo, dos professores, dos alunos e da instituição sobre como está sendo dinamizada a formação do aluno no Curso.

Para fins de recuperação dos estudos, principalmente como prevenção da evasão e repetência dos alunos, estão previstas ações como atendimento individual ao aluno pelo professor, apoio extraclasse, atividades de nivelamento, tutoria, monitoria (remunerada e voluntária), etc.

7.3. Avaliação do curso

O Curso de Medicina Veterinária será avaliado em todo o percurso de sua execução, obedecendo as Diretrizes Nacionais para a avaliação de cursos de nível superior, as Diretrizes Curriculares e a proposta de Avaliação Institucional do IFES Campus Itapina.

A avaliação do curso inclui os processos internos e externos, pois a combinação dessas duas possibilidades permite identificar diferentes dimensões daquilo que é avaliado, diferentes pontos de vista, particularidades e limitações. Inclui-se aqui, o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE).

O Enade é um dos procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). É um elemento obrigatório para o Curso. O Enade verifica o desempenho dos alunos em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do

conhecimento. Os alunos deverão ser informados da importância da realização dessa avaliação no primeiro período do Curso. A Coordenação é responsável por manter os alunos informados, mediante diálogos com a Diretoria de Ensino, Diretoria de Graduação e com o Procurador Institucional.

Diversos instrumentos e métodos combinados serão utilizados, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação do IFES Campus Itapina.

A avaliação do Curso será desenvolvida tendo por base uma metodologia participativa, com métodos que partem do individual para o coletivo, favorecendo a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada por soluções para os problemas apresentados.

As dimensões a serem avaliadas são:

Análise e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso, sua execução e aplicabilidade, com a definição de propostas de redirecionamento.

Análise da produção acadêmica visando possíveis mudanças, atualizações e adequações.

Avaliação da relação do Curso com a comunidade através da avaliação Institucional, buscando fazer com que a atividade acadêmica se comprometa com a melhoria das condições de vida da comunidade.

Avaliação dos recursos humanos envolvidos no Curso, buscando aprimorar o desenvolvimento profissional de forma permanente.

Avaliação do grau de independência e autonomia da gestão acadêmica, os mecanismos de gestão, buscando coerência entre os meios de gestão e o cumprimento dos objetivos e planejamento institucional.

Adequabilidade da infraestrutura física, tecnológica, disponibilidade animal, incluindo aves, peixes, suínos, ovinos, bovinos e equídeos e bem estar animal para atendimento às atividades de ensino, pesquisa e extensão, com vistas à definição de propostas de redimensionamento.

Avaliação da existência de Comissão de Ética no Uso de Animais legalmente instituída, cadastrada no CIUCA e em atividade.

Adequação do projeto do curso ao Plano de Desenvolvimento Institucional.

Avaliação das formas de atendimento ao corpo discente e sua integração à vida acadêmica, com identificação dos programas de ingresso, acompanhamento pedagógico, permanência do aluno, participação em programas de ensino, pesquisa e extensão, bem como, a representação nos órgãos estudantis, buscando propostas de adequação e melhoria desta prática no IFES Campus Itapina.

7.4. Plano de avaliação institucional

Estabelecida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é um órgão colegiado formado por membros de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da

sociedade civil organizada que tem por atribuições a condução dos processos internos de avaliação institucional, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) tendo por base as diretrizes, critérios e estratégias emanadas da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

A Lei nº 10.861/2004 estabelece, como diretriz, que a CPA terá atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. Para colaborar na condução da autoavaliação institucional em cada Campus do Ifes foram criadas as Comissões Setoriais de Avaliação (CSA), que desenvolvem as atividades juntamente com a CPA.

As CSAs têm como atribuições implementar e acompanhar as atividades inerentes ao processo de autoavaliação do seu respectivo Campus. Assim, a avaliação institucional ocorre com o intuito de promover a qualidade da oferta educacional em todos os sentidos. Neste processo são considerados o ambiente externo, partindo do contexto no setor educacional, tendências, riscos e oportunidades para a Instituição e o ambiente interno, incluindo a análise de todas as estruturas da oferta e da demanda analisadas. Deste modo, o resultado da avaliação institucional baliza a determinação dos rumos institucionais de médio prazo.

São objetivos da avaliação institucional:

- Promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação no Ifes;
- Implantar um processo contínuo de avaliação institucional;
- Planejar e redirecionar as ações do Ifes, a partir da avaliação institucional;
- Garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão;
- Construir um planejamento institucional norteado pela gestão democrática e autonomia;
- Consolidar o compromisso social e científico-cultural do Ifes.

8. ATENDIMENTO AO DISCENTE

O atendimento aos alunos será realizado por meio de programas de atendimento extraclasse (em horários disponibilizados pelos docentes, e registrados nos planos de ensino, e em horários de monitorias voluntárias e remuneradas), atendimento psicopedagógico (trabalho articulado entre a Coordenação de Gestão Pedagógica (CGP) e a Psicóloga do Campus), atendimento social, atividades de nivelamento, Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos vinculados ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), atendimento pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) e pelos demais Núcleos do Campus, quando houver demandas específicas. Esse atendimento tem por base a prevenção da reprovação e da evasão escolar e a minimização de seu impacto na dinâmica escolar.

Os setores vinculados ao ensino, especialmente a Coordenação de Gestão Pedagógica (CGP), a Coordenação de Apoio ao Ensino (CAE), a Coordenação-Geral de Assistência à Comunidade (CGAC) e a equipe multidisciplinar composta por servidores do Napne, da Assistência Social e do setor de Psicologia trabalharão de forma articulada para contribuir com o desenvolvimento da autonomia do aluno e da garantia das condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem. Todos os Núcleos organizados no Campus também atuarão para que os alunos tenham um ambiente escolar favorável e produtivo.

8.1. Política de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil (PAE - Resolução CS nº 19/2011) é dinamizada por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, objetivando viabilizar a igualdade de oportunidades de escolarização e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico do aluno, especialmente dos que estão em situação de vulnerabilidade econômica.

A Coordenadoria Geral de Assistência à Comunidade (CGAC) é responsável por dinamizar a execução das diversas ações de assistência estudantil e acompanhar o trabalho dos profissionais que atuam nessa área, que são parte de uma equipe multiprofissional, contando com Assistente Social, Nutricionista, Psicóloga, Médico, Odontólogo, auxiliares de enfermagem, assistentes de alunos, auxiliares administrativos, dentre outros.

Alguns dos trabalhos realizados por essa equipe multidisciplinar estão elencados a seguir:

- Programa de Atenção Biopsicossocial - objetiva promover o bem-estar biopsicossocial da comunidade discente, na perspectiva integral do ser humano, por meio de acompanhamento psicológico, orientação e acompanhamento de assistência social, educação para saúde preventiva, atendimento ambulatorial e de primeiros socorros, etc.
- Programa Auxílio Transporte Programa Específico de Atenção Primária - destinado aos alunos em situação comprovada de vulnerabilidade social, com participação regulamentada em edital

próprio, que consiste em repasse financeiro direto ao aluno para subsidiar gastos com transporte e/ou disponibilização de vaga em transporte contratado pelo Campus.

- Programa Auxílio Alimentação – consiste em subsidiar alimentação aos alunos para que tenham condições de permanecerem no Curso, com uma alimentação acessível.
- Programa Auxílio Moradia – consiste em garantir a permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade que residam ou possuam grupo familiar, prioritariamente, em local que inviabilize o acesso diário ao Campus, no horário regular das atividades acadêmicas, seja pela distância, seja pela dificuldade de acesso ao transporte, por meio de subsídio repassado diretamente ao aluno para gastos relativos à moradia.

Os alunos contam, também, com atendimento individualizado disponibilizado pelos docentes, em horários alternativos, conforme registrado nos planos de ensino, para potencializar as aprendizagens, especialmente de conteúdos que geram mais dificuldades de compreensão.

Atividades extraclasse também são oportunizadas aos alunos, como complemento de suas aprendizagens, como, por exemplo: participação em Empresa Júnior, iniciação científica, monitoria e tutoria, visitas técnicas, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, etc.

A Coordenação do Curso está ciente de suas responsabilidades na condução do processo educativo escolar e organiza suas ações para fortalecer o Curso. Algumas dessas ações estão listadas a seguir: semana de boas-vindas/recepção dos ingressantes, conforme programação do campus; orientações acadêmicas necessárias; informações atualizadas, explicando o fluxograma e a matriz curricular; revisão de rendimento acadêmico, promovendo reflexão e apontando sugestões de estratégias para melhor desempenho acadêmico possível; atendimento a demandas específicas, encaminhando as que não forem de sua alçada para as instâncias superiores; estímulo e apoio à participação em tutoria e monitoria, incentivo à participação dos alunos em eventos acadêmico-científico-culturais, orientação sobre as atividades complementares.

A Coordenadoria de Gestão Pedagógica (CGP) do Campus, setor do Campus ligado a Coordenação Geral de Ensino (CGE), assessora os alunos em assuntos relacionados à área pedagógica, como frequência e rendimento acadêmicos, reposição de atividades em virtudes de afastamentos justificados, orientação de estudos, atendimento domiciliar, acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, dentre outros.

8.2. Núcleos estruturados para o atendimento ao discente

8.2.1. O Núcleo de Relações Internacionais (NRI)

O NRI do Campus Itapina foi criado e regulamentado pela Resolução CONSUP/IFES nº 34, de 16 de junho de 2021. Este núcleo, de composição multidisciplinar, atua como suporte da Arinter (Assessoria de Relações Internacionais) do IFES, com o objetivo de implementar, organizar e contribuir, em nosso campus, com a política de internacionalização da rede.

A Política de Internacionalização do Ifes, que tem sido conduzida desde 2014 pela Arinter, tem como principais ações de planejamento estratégico: ensino e aprendizagem de línguas e por meio de línguas adicionais; pesquisa conjunta e articulação de grupos de pesquisa (online);

acordos de cooperação - Memorandum of Understanding (MoU); organização e participação em eventos e Congressos - Mobilidade/intercâmbio; projetos com cooperação internacional; comunicação/divulgação dos dados e indicadores internacionais.

O papel fundamental dos Núcleos de Relações Internacionais (NRIs) é oferecer oportunidades para o desenvolvimento das habilidades e competências para o século XXI, por meio de experiências acadêmicas internacionais para a comunidade do Ifes, tendo como objetivo geral (de acordo com o Art. 5º da CS N 34/2021) atuar no apoio, planejamento e ações relativas à internacionalização da Educação, no uso de metodologias educacionais que internacionalizam o currículo e na Internacionalização plena e integral do Ifes.

Com a criação e implantação dos NRIs, poderemos então mapear as ações de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à internacionalização que já se encontram em desenvolvimento nos campi do Ifes, bem como criar novas ações.

A coordenação do NRI no Campus Itapina é exercida pela professora Mayelli Caldas de Castro e/ou pelos membros da coordenação do núcleo, nos termos da legislação vigente. Informações podem ser obtidas diretamente pelo e-mail nri.itapina@ifes.edu.br.

O NRI entende que qualquer ação bilateral (proposta pelo Campus ou externa) que envolva atividades diversas, tanto profissionais como acadêmicas, nas áreas de atuação dos cursos ofertados no Campus Itapina, são bem-vindas, como: cursos e palestras, envolvendo docentes e alunos com docentes e alunos de instituições estrangeiras, com certificados reconhecidos e validados por ambas as instituições envolvidas; intercâmbios acadêmicos, científicos (para pesquisas) e para ensino, tanto para enviarmos grupos de alunos, professores ou servidores do campus Itapina quanto para recebermos pessoas vindas de outros países e instituições internacionais e atividades do tipo. Estas atividades podem ser presenciais ou à distância, online, ou de natureza diversa, a depender da demanda específica do curso ou do grupo (de alunos, docentes ou servidores) envolvido na ação e, obviamente, de acordo com os interesses das instituições envolvidas.

Toda essa troca nos âmbitos de ensino, da pesquisa e de extensão, nos cursos das áreas agrárias promoverá melhorias e ricas trocas no sentido de ampliarmos o espectro do nosso curso e as práticas adotadas.

O NRI percebe a necessidade da desburocratização dos documentos e certificados para validar cursos, pesquisas e eventos com instituições estrangeiras, sobretudo quando temos casos de alunos bolsistas que participam de programas de intercâmbio em instituições estrangeiras e precisam validar seus créditos. Um exemplo disto é o programa de estágio no exterior, por meio do qual alunos selecionados ficam de 6 meses a 1 ano em estágio remunerado em fazendas na Holanda e Dinamarca. Quando retornarem aos estudos, no Campus, teriam essa carga horária reconhecida e validada pelo IFES, com certificação e validação de créditos e estágio. Além desse estágio, há muitas oportunidades de ações de internacionalização para os alunos no próprio site do Ifes (na aba do NRI) e da ARINTER.

Em anos anteriores, houve a participação dos alunos como monitores em eventos internacionais do IFES, como o WFCP e Youth Camp. A Coordenação do NRI do Campus mantém um diálogo permanente e direto com a equipe do CEFOR no projeto EMBRACE, com países como Finlândia, Colômbia e Portugal. Enfim, temos no IFES, como um, todo

oportunidades de cooperação técnica com alguns países como Colômbia e Portugal em vigência.

8.2.2. Incubadora do Ifes Campus Itapina

O Núcleo Incubadora (NI) Itapina é uma organização educacional que estimula e fornece suporte para startups e empreendedores com potencial inovador, para que transformem suas ideias e projetos promissores em negócios viáveis e bem-sucedidos. O NI Itapina oferece acesso a uma rede de mentores experientes e especialistas em vários campos que oferecem orientação e aconselhamento aos empreendedores. Podendo auxiliar nas áreas de estratégia de negócios, desenvolvimento de produtos, marketing, finanças e outros aspectos do empreendedorismo inovador. Para que os empreendedores possam desenvolver habilidades essenciais para o sucesso nos negócios, o NI oferece programas de treinamentos e capacitações. Através de workshops, seminários, cursos e eventos educacionais a incubadora busca melhorar a compreensão dos empreendedores sobre vários aspectos da administração de empresas. Com intuito de ajudar a conectar empreendedores e recursos importantes, como financiamento, investidores, parcerias estratégicas e contatos na indústria. A Incubadora pode facilitar o acesso a uma ampla rede de contatos, incluindo outros empreendedores, empresas estabelecidas, instituições acadêmicas e entidades governamentais, além de possibilitar o acesso à infraestrutura do campus do Ifes Itapina para as startups operarem.

Etapas realizadas na Incubadora do Ifes:

- Sensibilização e Prospecção: Tem como objetivo chamar a atenção para oportunidade de empreender, difundir o empreendedorismo e a inovação na comunidade e auxiliar no desenvolvimento tecnológico regional. Por meio de palestras, minicursos e outros eventos.
- Pré-Incubação: O empreendedor selecionado pelo edital de pré-incubação participará de capacitações em competências empreendedoras e ferramentas de gestão, assim como de reuniões de orientação e mentoria, com o intuito de realizar a modelagem de seu negócio e torná-los aptos para o processo de incubação.
- Incubação: Após ser selecionado no edital de incubação, o empreendedor deverá assinar um contrato com o Ifes e receberá suporte ao seu empreendimento nas áreas de gestão e tecnologia.
- Pós-Incubação: Nesta fase o empreendimento será graduado no núcleo incubador, e terá seu contrato encerrado com a incubadora. Podendo-se manter uma relação de ações e parcerias.

Benefícios de ser incubado no IFES:

- A incubadora Ifes oferece: consultorias e assessoria com docentes, técnicos e alunos do Ifes; oficinas e cursos em parceria com instituições como Sebrae e outros; acesso facilitado à rede de laboratórios e aos pesquisadores do Ifes; estrutura física para a gestão do empreendimento; segurança patrimonial.
- Os alunos do Ifes podem atuar na Incubadora como bolsistas ou voluntários. Dessa forma poderão ter acesso a ambiente empreendedor onde poderão aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações práticas, além de desenvolverem um networking e habilidades

empreendedoras, os alunos também terão experiências diversificadas em várias áreas de negócios.

Horário de funcionamento: Dias úteis: Segundas às sextas, de 7h às 16h.

Contato de e-mail: incubadora.itapina@ifes.edu.br

Contato telefônico: (27) 3723-1235

Site: <https://itapina.ifes.edu.br/index.php/incubadora>.

8.2.3. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do campus Itapina possui uma composição multidisciplinar, por meio de portaria do Diretor Geral do campus, admitindo representantes de toda comunidade escolar (docentes, técnicos administrativos, alunos e seus familiares).

Encontra-se vinculado à Diretoria de Ensino e tem como referência, na Reitoria, a Pró-reitoria de Ensino (Proen). O NAPNE tem por finalidade desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e saída com êxito dos seus cursos. Entendem-se como pessoas com necessidades específicas aquelas com deficiência (visual, auditiva, física, intelectual ou múltipla), transtornos globais do desenvolvimento (Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, Síndrome de Kanner, Transtornos do Espectro Autista, Psicose Infantil) e/ou altas habilidades/superdotação.

Os princípios norteadores do trabalho do Napne são:

- I – respeito aos Direitos Humanos;
- II – educação de qualidade para todos;
- III – acolhimento à diversidade;
- IV – acessibilidade e autonomia;
- V – gestão participativa;
- VI – parceria com a comunidade escolar e com a sociedade civil;
- VII – inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

São objetivos do NAPNE:

- I – identificar os alunos com necessidades específicas no campus;
- II – orientar os alunos com necessidades específicas, bem como seus familiares, quanto aos seus direitos e deveres;
- III – contribuir para a promoção do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos com necessidades específicas que dele necessitem

IV – orientar os servidores e prestadores de serviços do campus quanto ao atendimento aos alunos com necessidades específicas;

V – contribuir para a promoção da acessibilidade atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e procedimental;

VI – promover, junto à comunidade escolar, ações de sensibilização para a questão da educação inclusiva e de formação continuada referente a essa temática;

VII – articular parcerias e convênios para troca de informações, experiências e tecnologias na área inclusiva, bem como para encaminhamento ao AEE;

VIII – contribuir para o fomento e a difusão de conhecimento acerca das Tecnologias Assistivas;

IX – colaborar com a Comissão de Processo Seletivo no sentido de garantir as adaptações necessárias para os candidatos com necessidades específicas que realizarão os exames de seleção para os cursos do IFES;

X – Assessorar outros setores do campus na promoção da acessibilidade de forma extensiva a toda a comunidade escolar;

XI – Contribuir para que o Projeto Pedagógico Institucional do Ifes contemple questões relativas à Educação Inclusiva e à Acessibilidade.

Para alcançar seus objetivos, o NAPNE conta com uma equipe de servidores responsáveis por planejar e desenvolver as ações inclusivas na instituição, em prol de um atendimento qualitativo às necessidades nas áreas das diversas deficiências/necessidades específicas. Para acompanhar os alunos, de maneira mais efetiva, contamos com o trabalho do professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que, para além de acompanhar seu desenvolvimento, busca dar apoio aos alunos, como referência do Núcleo.

A proposta da equipe é acompanhar, orientar, implantar e executar melhorias que visem promover a curto, médio e longo prazo a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Pensando na acessibilidade da estrutura física, o NAPNE do Camus Itapina está localizado numa sala que fica no térreo e que tem rampa. Nessa sala conta são realizados atendimentos e pequenas reuniões, estão alocados recursos didáticos assistivos diversos, como: máquina de escrever em Braille, uma máquina fusora para relevos táteis, dois notebooks contendo instalação dos programas: Dosvox; HeadMouse; e vkeyboard.

Além desses, ainda há: Mouse óptico; gravador; reglete; calculadora sonora; bola com guizo e mouse roller. No que diz respeito à identificação, acompanhamento, operacionalização do atendimento e certificação dos alunos com necessidades específicas, o Ifes, por meio do Conselho Superior e apoiado pelo Fórum dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (Fonapne), publicou as resoluções: CS nº. 34 de 09 de outubro de 2017, que institui as diretrizes operacionais para atendimento a alunos com necessidades específicas no Ifes e CS nº 55 de 19 de dezembro de 2017 que institui procedimentos de identificação, acompanhamento e certificação de alunos com necessidades específicas do instituto. Por intermédio desses instrumentos legais é possível buscar formas de atuar de maneira antecipada e articulada quanto a possíveis demandas, desde o processo seletivo, identificando-as, planejando e realizando o acompanhamento do aluno.

No que diz respeito à promoção e certificação do aluno com necessidade específica, de acordo com o Artigo 20 da Resolução CS nº. 55/2017, a promoção do aluno com necessidades específicas deverá estar pautada nas adaptações curriculares previstas no Projeto Pedagógico do Curso e no Plano de Ensino de cada componente curricular, em um processo avaliativo que seja condizente com o previsto nesses documentos, tendo as atividades avaliativas documentadas no Relatório Coletivo Docente (RCD) e no Relatório Individual para Terminalidade Específica (RITE), conforme o caso.

Detalhando os meios legais de garantia da possibilidade de acesso às pessoas público alvo da educação especial, os editais de seleção para graduandos do Ifes, em consonância com a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e suas alterações, ao Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, ao Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017, à Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, à Portaria Normativa MEC nº 21, de 05 de novembro de 2012, e à Portaria Normativa MEC nº 09, de 05 de maio de 2017, preveem que do total das vagas ofertadas, por curso e turno, 50% (cinquenta por cento) serão reservadas para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (inclusão social por sistema de cotas – vagas de Ação Afirmativa). As vagas reservadas à inclusão social por sistema de cotas serão subdivididas da seguinte forma: metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas sem a necessidade de comprovação de renda. Para ambas as ações, parte das vagas será reservada a candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI), em proporção de vagas no mínimo igual à da soma de pretos, pardos e indígenas na população do Espírito Santo, e a outra parte das vagas será reservada para candidatos que se autodeclararem por outras etnias (OE). Dentro de cada uma dessas categorias (PPI ou OE) parte das vagas será reservada a pessoas com deficiência segundo a proporção destas na população do Espírito Santo. As proporções utilizadas são as do último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Caso o aluno não se declare público-alvo da educação especial durante a seleção, poderá fazê-lo a qualquer tempo. Para isto, serão digitalizados formulários e laudos, enviados por e-mail para o Napne e para o setor pedagógico. Em qualquer momento posterior, durante o curso, o aluno poderá comunicar ao Napne sua necessidade antes não declarada. As entrevistas com os alunos e/ou responsáveis são agendadas e realizadas por membros do Napne, incluindo o professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Durante a entrevista o termo de fruição é assinado e o registro de atendimento inicial (RAI) preenchido. Quem entrevistou faz o resumo do RAI, em conjunto com o setor pedagógico, que quando necessário, solicita informações da escola anterior. O professor de AEE, em conjunto com o setor pedagógico, disponibiliza as orientações aos professores, indicando quando necessário o Plano de Ensino Individual (PEI), sistematizando e orientando o controle da entrega do PEI.

Quanto ao acompanhamento com vistas a garantir a permanência e o êxito do graduando público alvo da educação especial, tem-se como amparo legal em nível nacional:

- a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva;
- o Decreto N.º 7612/2011 que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Viver sem Limite;

- o Decreto N.º 7611/2011 que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências e;

- a Lei Nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI: o capítulo IV aborda o direito à educação, com base na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino.

No início de cada período letivo, o Napne participa das reuniões pedagógicas iniciais e realiza os esclarecimentos e orientações para todos professores de turmas nas quais houver alunos com necessidades específicas identificados, abrindo agenda para marcação de reuniões e atendimentos individualizados nos casos em que estes se fizerem necessários, em conjunto com as coordenações de cursos. O Napne reúne-se com o setor pedagógico e o professor de AEE que, juntos, decidem se, com quem e quando fará reuniões de orientação e sensibilização nas turmas.

O Plano de Ensino Individualizado (PEI) será solicitado quando o aluno não puder ou não conseguir participar das práticas pedagógicas estabelecidas no Plano de Ensino do professor, após avaliação conjunta seguidamente de um diagnóstico pedagógico (elaborado pelo professor, coordenador, pedagogo e professor de AEE). Nele devem constar as ações pedagógicas indicadas como adequadas, conforme orientações para cada tipo de necessidade específica, a saber: adequações curriculares com flexibilização de conteúdos básicos, metodologias de ensino, recursos didáticos (material pedagógico e equipamentos, como utilização de textos ampliados, lupas ou outros recursos especiais) e formas de avaliação diferenciadas, quando for o caso. Essas adequações não deverão prejudicar o cumprimento dos objetivos curriculares mínimos, o que só deve ser considerado quando o recurso a equipamentos especiais de compensação (tecnologias assistivas) não for suficiente ou quando a atividade se revele impossível de ser executada em função da deficiência intelectual ou transtorno global do desenvolvimento (TGD), caso definido em conjunto com o setor pedagógico responsável e o Napne.

As adaptações curriculares para alunos com deficiência intelectual (DI) e/ou transtorno global do desenvolvimento (TGD) devem ser particularmente detalhadas para que se possa decidir sobre a aplicação da Terminalidade Específica. Os docentes de alunos para os quais há proposta de intervenção direcionada à aplicação de terminalidade específica deverão entregar um Relatório Individual para Terminalidade Específica (RITE), na reunião pedagógica final, que será usado para atestar as competências e determinar a certificação final do aluno.

A promoção do aluno com necessidades específicas deverá estar pautada nas adaptações curriculares previstas no Plano de Ensino de cada componente curricular, em avaliações que sejam condizentes com estas, documentadas no Relatório Coletivo Docente (RCD) e Relatório Individual para Terminalidade Específica (RITE), conforme o caso. Nesse sentido, o Napne busca garantir não só o acesso, mas também a permanência e a conclusão com êxito dos alunos com necessidades específicas. Ressalta-se, ainda, que é dever do Estado garantir o sistema educacional inclusivo com igualdade de oportunidades para alunos com deficiência.

8.2.4. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Campus Itapina é um Núcleo de natureza propositiva, consultiva e deliberativa, voltado para o fomento a estudos das questões étnico-raciais e desenvolvimento de projetos/ações de valorização das identidades afro e indígenas. Visa assegurar o cumprimento da Lei nº 11.645/2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

O NEABI, de acordo com o organograma do Ifes, está vinculado à Diretoria de Ensino, regido pela legislação pertinente e pelo disposto no regimento interno. Tem como referência, na Reitoria, a Pró-reitoria de Ensino (Proen). O Neabi do Campus Itapina está voltado para as ações afirmativas e em especial para a área do ensino, pesquisa e extensão sobre África, Cultura Negra e História do Negro no Brasil, pautados na Lei no 10.639/2003, bem como para as questões indígenas, conforme previsto na Lei nº 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas.

A Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), desenvolvida pelo Ifes, tem a finalidade de orientar os campi na reorganização de suas Propostas Curriculares e Projetos Pedagógicos de todos os Cursos, fundamentando-os com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, recomendando a observância da interdisciplinaridade, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e saída escolar com êxito, por parte dos alunos.

Orientado pela Resolução do Conselho Superior nº 202/2016, o Campus Itapina, por meio da Portaria nº 107, de 27 de março de 2018, constituiu o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI). De acordo com o Regimento Interno do Campus Itapina, o NEABI tem como competências:

- I - Promover, orientar e publicar estudos e pesquisas que possam contribuir para uma melhor compreensão das questões relacionadas à temática étnico-racial africana e da cultura afro-brasileira;
- II - Manter e estimular a aquisição de acervo científico e didático a respeito da ERER;
- III- Oferecer à comunidade acadêmica, científica e aos que atuam no sistema de ensino, informações sobre a produção a respeito da ERER;
- IV - Promover seminários, conferências e outras atividades que divulguem e discutam os resultados das pesquisas e de experiências;
- V - Promover em colaboração com outros órgãos competentes, cursos para profissionais que atuam na área da ERER;
- VI - Prestar assessoria e consultoria a grupos de estudo, pesquisa sobre ERER para as Instituições de Ensino Superior e de Educação Básica;
- VII - Promover intercâmbio com outras instituições similares, relacionadas à temática étnico-racial africana e da cultura afro-brasileira;

VIII - Contribuir para formação de estudantes de cursos técnicos integrados e subsequentes, de graduação e pós-graduação, por meio de sua inserção em projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela comunidade acadêmica;

XI - Estudar os problemas sociais relacionados direta e indiretamente com a melhoria das condições de vida da sociedade brasileira, especialmente de grupos negros e afrodescendentes;

X - Promover estudos e pesquisas destinadas à compreensão da realidade social, política, econômica e cultural nacional, com ênfase nos espaços urbanos e rurais de habitantes negros e das comunidades de tradição negra (quilombolas);

XI - Realizar cursos, pesquisas, estudos, planos e projetos, mediante as parcerias, convênios e contratos com instituições públicas, privadas e ONGs;

XII - Pesquisar, registrar, preservar e difundir bens patrimoniais da memória e da formação histórico-social e religiosa afrodescendente e indígena e;

XIII - Incluir os colegiados no sentido de incentivar os departamentos e professores/as na realização de ações/projetos de implementação da Lei nº 10.639/03 que acrescentou os Art.26-A e 79-B ao texto da LDBEN nº. 9.394/96.

Atividades/ações realizadas pelo Neabi com a comunidade acadêmica e comunidade externa: seminários, colóquios, formação continuada, palestras, grupos de estudos, rodas de conversas, CINEABI, Feirinha Neabi, apresentação de artigos em seminários e congressos, murais informativos.

Pensar em educação para relações étnico-raciais não é falar apenas da escola, de práticas educativas formais, é pensar, sobretudo, em um projeto de sociedade que, de fato, tenha possibilidade formal e substancial de incluir todos na escola, na cidade, no país.

8.2.5. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades (NEPGENS)

O NEPGENS do Campus Itapina é um órgão colegiado vinculado à Direção de Ensino e com representação no Nepsens Central, interligado à Pró-reitoria de Ensino do Ifes. Atualmente, o NEPGENS Itapina é composto por servidores e alunos, mas é aberto também à participação da comunidade externa.

Tem por finalidade promover ações com vistas a uma educação inclusiva e não sexista, que busque a equidade e a igualdade entre todos, o respeito a todas as manifestações de gênero, o reconhecimento e o respeito às diversas orientações sexuais, bem como o combate à violência de gênero, à homofobia e à discriminação contra a comunidade LGBTQIA+.

A partir dos diálogos, ações e estudos do NEPGENS, buscamos condições favoráveis para a permanência, a participação, a aprendizagem e a conclusão com aproveitamento e plena dignidade de todos os alunos, em todos os níveis e modalidades de ensino, respeitando todas as identidades de gênero, manifestações de gênero e expressões de sexualidade.

A criação do NEPGENS está alinhada às concepções político-pedagógicas do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que faz parte do Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifes, instituído pela Resolução do Conselho Superior 48/2019 (PDI). O surgimento deste Núcleo na instituição é marcado pela luta de mulheres servidoras preocupadas com o compromisso da

instituição no combate à misoginia e ao machismo e na promoção da igualdade de gênero. Ao longo desse debate, as pautas foram ampliadas, acolhendo a diversidade sexual e de gênero de forma mais abrangente.

As ações do NEPGENS fundamentam-se nas seguintes legislações: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014); Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Modificada pela Resolução nº 3/ 2018) com atenção ao Art. 27, inciso XV: promoção dos direitos humanos mediante a discussão de temas relativos à raça e etnia, religião, gênero, identidade de gênero e orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de preconceitos, discriminação e violência sob todas as formas.

Em 2022, o NEPGENS Itapina esteve voltado para o processo de planejamento e estruturação de suas ações e elaboração de seu regimento interno, passo inicial importante para uma atuação alinhada ao Ifes e preparada para o acolhimento e orientação da comunidade escolar e sociedade em geral em prol de uma escola sem preconceito, discriminação, assédio ou qualquer tipo de violência, sobretudo as que atingem o respeito à diversidade sexual e de gênero e o desenvolvimento pleno de meninas e mulheres.

E-mail para maiores informações: nepgens.ita@ifes.edu.br

8.2.6. Núcleo de Educação Ambiental e Agroecologia (NEAA)

O NEAA do Campus Itapina é um órgão colegiado vinculado à Coordenadoria Geral de Extensão. Integrado e presente, junto ao NEAA, se encontra o Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA). Ambos se constituem como espaços para o desenvolvimento de estudos, ensino, pesquisa e, principalmente, extensão na área ambiental e agroecológica.

O NEAA pode, também, ser ampliado como programa estruturante para o desenvolvimento de técnicas de manejo e processos formativos com a comunidade local, bem como espaço para práticas de ensino, pesquisas e extensão em Sustentabilidade e Agroecologia.

O Núcleo nasceu a partir da necessidade de demanda socioeducacional específica no que tange ao fortalecimento de um diálogo em rede, realizado pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, visando, ao mesmo tempo, estimular os alunos e servidores do Campus Itapina a utilizarem alternativas metodológicas condizentes com o contexto socioambiental contemporâneo, aproximando o ensino, a pesquisa e, prioritariamente, a extensão. Contempla a área da Educação Ambiental e Agroecologia procurando, também, potencializar o diálogo entre a educação básica e o meio acadêmico.

Diante de um quadro cada vez mais ameaçador em que se encontram os sistemas responsáveis pela manutenção da vida, impõe-se a necessidade de ações que promovam e/ou incentivem outros arranjos produtivos e formas sustentáveis de se relacionar com o espaço. É nesse sentido que a proposta do Núcleo é promover e desenvolver estudos, pesquisas e extensão de caráter interdisciplinar, bem como integrar e potencializar ações e práticas já existentes, articuladas com diferentes setores da sociedade, buscando contribuir com a construção de sociedades comprometidas com a sustentabilidade socioambiental da comunidade onde se insere o NEAA, bem como potencializar as ações em rede no Instituto Federal do Espírito Santo.

O caráter do Núcleo é transdisciplinar e multidimensional, devendo estar sempre aberto à comunidade e apresenta como metas incrementar a comunicação, o debate e a reflexão entre educadores, professores e alunos esperando-se, com isso, contribuir com o desenvolvimento, responsável ambientalmente, da região em que se encontra o Campus Itapina. Ao mesmo tempo, almeja potencializar a rede de Educadores Ambientais e fomentar a criação de outros Núcleos de Educação Ambiental.

Espera-se, ainda, que a criação do Núcleo estimule o debate e a reflexão em torno da problemática ambiental, presente em contexto local e global, podendo sensibilizar, conscientizar e provocar outras relações com o espaço no qual convivemos.

8.2.7. Núcleo de Arte e Cultura (NAC)

O NAC constitui-se em um órgão de apoio responsável por desenvolver a política cultural do Ifes Campus Itapina. São atribuições do NAC:

- I. Promover a integração entre os participantes por meio de reuniões de caráter acadêmicocientíficas e culturais, seminários, cursos e outros eventos que possam auxiliar na divulgação e discussão dos conhecimentos relacionados à área em questão;
- II. Propor à Direção-Geral um calendário anual e/ou bianual de eventos culturais;
- III. Assessorar na elaboração e execução de projetos relacionados à área de arte e de cultura;
- IV. Promover o intercâmbio de informações e a colaboração com entidades afins;
- V. Contribuir para a elaboração e execução de convênios, acordos e parcerias, articulando-se com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais;
- VI. Manter a Direção Geral e a Coordenação de Extensão informadas sobre as atividades do NAC;
- VII. Estruturar e manter um banco de dados sobre as atividades desenvolvidas;
- VIII. Manter acervo bibliográfico que contemple temas e áreas de interesse;
- IX. Colaborar na estruturação, elaboração e implantação de projetos de pesquisa que envolvam a área de arte e cultura;
- X. Assessorar entidades, grupos e movimentos externos ao campus, na elaboração e execução de projetos de interesse da área de arte e cultura;
- XI. Servir de canal institucional, nos limites de sua competência, para a obtenção de recursos internos e externos ao campus, destinados à realização de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão na área de arte e cultura;
- XII. Fornecer certificados de participação em projetos de pesquisa, seminários e em outros eventos promovidos pelo NAC;
- XIII. Preparar relatório anual de suas atividades e encaminhá-lo à Secretaria de Cultura e Difusão da Pró-reitoria de Extensão.

8.2.8. Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE)

O NTE do Campus Itapina tem como missão a formulação de políticas educacionais envolvendo o uso de tecnologias. As diretrizes básicas do NTE, publicadas na Portaria Nº. 119, de 7 de maio de 2020, são as seguintes:

- I. Realizar análise diagnóstica da situação atual do Ifes Campus Itapina com relação ao uso de tecnologias educacionais nos componentes curriculares de seus cursos, bem como das possibilidades de ampliação e melhoria do cenário atual, levando-se em conta as capacitações técnicas, os limites operacionais e as condições de acesso do campus, de servidores e alunos;
- II. Orientar os docentes e demais servidores diretamente envolvidos com as atividades de Ensino quanto ao uso de tecnologias educacionais nas modalidades presencial e não presencial, no uso de ferramentas, plataformas e ambientes virtuais de aprendizagem e no planejamento para a inserção de tecnologias nos componentes curriculares;
- III. Planejar, estimular e apoiar ações no campus que envolvam o uso de tecnologias educacionais;
- IV. Auxiliar no planejamento de cursos totalmente à distância e/ou semipresenciais, de atividades não presenciais e de componentes curriculares que utilizem parte da carga horária de forma não presencial;
- V. Elaborar parecer em projetos de cursos FIC com uso de tecnologias educacionais;
- VI. Assessorar os coordenadores de cursos nas questões que envolvam o uso de tecnologias educacionais;
- VII. Auxiliar na análise e propor melhorias na proposta de minuta de Resolução dos Núcleos de Tecnologias Educacionais do Ifes, que será encaminhada ao Conselho Superior.

A coordenação do NTE no Campus Itapina é exercida pelo professor Ederval Pablo da Cruz e/ou pelos membros da coordenação do Núcleo, nos termos da legislação vigente. Informações adicionais podem ser obtidas diretamente pelo e-mail nte.itapina@ifes.edu.br.

9. GESTÃO DO CURSO

A gestão do Curso é exercida pelo Coordenador que se responsabiliza por encaminhar as ações tendo por base a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do Curso, evidenciando os resultados obtidos pela comunidade acadêmica e garantindo o processo de autoavaliação periódica do Curso.

A atuação do Coordenador do Curso é pautada pelo atendimento ao previsto neste PPC e à demanda existente, pela manutenção de relações éticas e profissionais com a comunidade acadêmica. Trabalhará tendo um plano de ação documentado e compartilhado, tendo por base indicadores de desempenho da coordenação disponíveis e públicos Administrará a potencialidade do corpo docente do Curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua.

O espaço de trabalho para o Coordenador de Curso viabiliza as ações acadêmico-administrativas, possui equipamentos adequados, atende às necessidades institucionais, permite o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade e dispõe de infraestrutura tecnológica que possibilita a dinamização do trabalho a ser realizado.

Conforme previsto no Regimento Interno dos Campi do Ifes (2016), as Coordenadorias de Cursos são órgãos de planejamento, acompanhamento, execução, avaliação e reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos correspondentes, competindo-lhes:

- I. cumprir e fazer cumprir o Regulamento da Organização Didática referente ao nível e à modalidade do respectivo curso;
- II. implementar o projeto do curso e avaliar continuamente sua qualidade, em parceria com os corpos docente e discente;
- III. presidir os órgãos colegiados e estruturantes do curso, de acordo com a regulamentação aplicável;
- IV. representar o curso em fóruns específicos quando se fizer necessário;
- V. revisar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- VI. diagnosticar os problemas existentes na implementação do projeto do curso e articular-se a outras instâncias do campus visando à sua superação;
- VII. analisar e pronunciar-se nos processos acadêmicos protocolados por discentes;
- VIII. orientar e articular os discentes e docentes do curso em matérias relacionadas a estágios, atividades acadêmicas, científicas e culturais, bem como quanto à participação em programas institucionais de pesquisa e extensão;
- IX. supervisionar, em articulação com a CGP, o cumprimento do planejamento dos componentes curriculares do respectivo curso, especialmente com relação à utilização da bibliografia recomendada, à metodologia de ensino e avaliação, ao cumprimento da carga horária prevista, à execução do calendário acadêmico e ao andamento dos trabalhos de conclusão de curso;

- X. supervisionar, junto à CGP e à CRA, a entrega das pautas dos componentes curriculares do respectivo curso;
- XI. estimular e apoiar discentes e docentes a participarem de atividades complementares ao curso, internas e externas à instituição;
- XII. preparar, orientar e acompanhar os processos de autorização, reconhecimento e renovação do respectivo curso, atendendo à legislação e aos regulamentos aplicáveis a ele aplicáveis; e
- XIII. executar, no âmbito de suas competências, o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Projeto Pedagógico Institucional e o Programa de Avaliação Institucional”.

Tendo por base o Artigo 7º da Resolução do Consup IFES nº. 64/2019, compete ao Núcleo Docente Estruturante de Curso de graduação, formado pelos Professores Vitor Dalmazo Melotti (Coordenador do Curso), Andrea Moraes Torres Pinto, Frederico de Castro Figueiredo, Leandro Glaydson da Rocha Pinho, Luciene Lignani Bitencourt e Yuri Barbosa Guerson, sendo que todos trabalham para o Campus Itapina por 40h semanais, em regime de dedicação exclusiva e possuem titulação stricto sensu:

- “I. Atuar diretamente na criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos;
- II. Manter o Projeto Pedagógico do Curso atualizado;
- III. Coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de bibliografia e outros materiais necessários ao curso;
- IV. Promover instrumentos e procedimentos para a autoavaliação do curso em parceria com a Comissão Setorial de Avaliação Institucional (CSAI);
- V. Analisar trienalmente e adaptar, caso necessário, o perfil do egresso considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e as novas demandas do mundo do trabalho;
- VI. Verificar o impacto do sistema de avaliação da aprendizagem na formação do estudante;
- VII. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular para aprovação no Colegiado do Curso, sempre que necessário;
- VIII. Indicar formas de articulação entre o ensino de graduação, a extensão, a pesquisa e a pós-graduação;
- IX. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo e pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- X. Propor alterações no Regulamento do NDE;
- XI. Acompanhar as legislações pertinentes às diretrizes curriculares, entre outras que são necessárias ao curso;
- XII. Zelar pelo alinhamento do PPC ao PDI;
- XIII. Sugerir capacitações docentes necessárias para o bom andamento do curso;
- XIV. Indicar propostas de ações de pesquisa e de extensão a serem desenvolvidos no curso, alinhando as atividades previstas nas Resoluções vigentes.

Parágrafo único. Os NDEs poderão promover consultas com os discentes do curso, assim como reuniões anuais com os representantes discentes e egressos do curso”.

O NDE do Curso tem o Coordenador de Curso como integrante. Atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica do documento. Verifica o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do aluno e analisa a adequação do perfil do egresso, considerando as DCNs e as novas demandas do mundo do trabalho.

Tendo por base o Artigo 7º da Resolução do Consup IFES nº. 63/2019, compete ao Colegiado de Cursos superiores do IFES:

I. Elaborar, aprovar e executar o plano de ação, contendo o calendário de reuniões e as atividades já previstas, para posterior envio à Diretoria de Ensino do relatório anual de atividades desenvolvidas;

II. Funcionar como órgão consultivo e de assessoria do(a) Coordenador(a) do Curso, em especial em questões de ordem administrativa;

III. Funcionar como instância de recurso para as decisões do(a) Coordenador(a) do Curso sobre as questões acadêmicas suscitadas tanto pelo corpo discente quanto pelo docente, cabendo recurso da decisão à Diretoria de Ensino ou ao setor equivalente do campus;

IV. Funcionar como órgão deliberativo nas questões didático-pedagógicas do curso propostas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE);

V. Aprovar alterações curriculares propostas pelo NDE;

VI. Propor à Direção de Ensino do campus a oferta de turmas, o aumento ou a redução do número de vagas, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

VII. Definir as listas da oferta de componentes curriculares para cada período letivo e homologá-las após aprovação pelas Coordenadorias dos Cursos, em conformidade com os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico;

VIII. Propor o horário dos componentes curriculares e das turmas do seu curso, ouvidas as coordenadorias envolvidas, observando a compatibilidade entre eles, exceto para cursos na modalidade a distância;

IX. Dar conhecimento aos estudantes sobre os procedimentos de matrículas orientando-os de acordo com a situação do vínculo com a Instituição;

X. Autorizar matrícula intercampi;

XI. Analisar e emitir parecer, com base no exame de integralização curricular, sobre transferências, matrículas e rematrículas, conforme dispositivos legais em vigor;

XII. Analisar e emitir parecer sobre preenchimento de vagas remanescentes;

XIII. Analisar e emitir parecer sobre aproveitamento de estudos, equivalências, dispensa de componentes curriculares, adaptações curriculares, aceleração de estudos, entre outros;

XIV. Orientar os alunos que necessitam de planos de estudos;

XV. Analisar e emitir parecer sobre eventuais solicitações de prorrogação do período de Mobilidade Estudantil;

XVI. Desenvolver, junto à Direção de Ensino, ações de acompanhamento da frequência e do desempenho acadêmico dos estudantes, de forma periódica e sistematizada, em articulação com a Equipe Pedagógica e Assistência Estudantil, observando a Política de Assistência Estudantil do Ifes;

XVII. Definir, junto às Coordenadorias Acadêmicas, a necessidade de realização de programas e de períodos especiais de estudos de interesse do curso;

XVIII. Orientar a elaboração e revisão dos planos de ensino dos componentes curriculares do curso, bem como dos mapas de atividades dos cursos a distância, propondo alterações, quando necessárias;

XIX. Sugerir às coordenadorias ou professores das diversas áreas do curso, a realização e a integração de programas de pesquisa e extensão de interesse do curso;

XX. Propor às coordenadorias alterações na alocação de docentes que não atendam às necessidades dos cursos;

XXI. Criar comissões temporárias para o estudo de assuntos específicos ou para coordenar atividades de sua competência;

XXII. Coordenar e executar periodicamente as atividades de autoavaliação do curso em parceria com o NDE e com a Comissão Setorial de Avaliação Institucional (CSAI), divulgando os resultados;

XXIII. Analisar e emitir parecer em colaboração com o NDE sobre os indicadores de desempenho do curso estabelecidos nacionalmente;

XXIV. Instruir e apoiar até a publicação do ato regulatório pertinente, em colaboração com a Diretoria de Ensino de Graduação e com a Procuradoria Educacional Institucional, os processos de avaliação do curso;

XXV. Atualizar a situação do curso na Procuradoria Educacional Institucional;

XXVI. Elaborar e divulgar à comunidade acadêmica, o fluxo e os prazos a serem utilizados para o encaminhamento das decisões realizadas pelo colegiado;

XXVII. Manter em arquivo todas as informações de interesse do Curso de Graduação, inclusive atas de suas reuniões, a fim de zelar pelo cumprimento das exigências legais;

XXVIII. Analisar e dar encaminhamento, sempre que solicitado, a outras questões pertinentes ao curso;

XXIX. Auxiliar na proposição de formas de articulação para a integração curricular interdisciplinar.

Parágrafo único. Na emissão de parecer referente à análise e decisão sobre as questões de interesse do curso, deverão ser observados todos os dispositivos legais pertinentes (Leis, Portarias, Pareceres, Regulamentos e demais normas vinculantes)”.
”

O Colegiado deste Curso será institucionalizado quando do início da oferta do Curso. Terá representatividade dos segmentos docente, discente e da gestão pedagógica, se reunirá com periodicidade bimestral, com reuniões e decisões associadas devidamente registradas, mantendo um fluxo contínuo para o encaminhamento das decisões. Disporá de sistema de suporte para registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões. Realizará avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão.

10. CORPO DOCENTE

Conforme previsto na Resolução do CNE/CES nº 3/2019, o corpo docente é formado por professores responsáveis por analisar os conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do aluno e desenvolvendo o trabalho didático-pedagógico primando pelo desenvolvimento do raciocínio crítico do aluno, tendo por base literatura atualizada, para além da bibliografia proposta. Desta forma, proporcionarão o acesso a conteúdos de pesquisas atualizadas, relacionando-os aos objetivos dos componentes curriculares e ao perfil do egresso, incentivando a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e publicação.

O Curso de Bacharelado em Medicina Veterinária manterá permanente programa de atualização e capacitação dos professores, com vistas à melhoria qualitativa do trabalho docente na graduação, a fim de propiciar um maior envolvimento do corpo docente com o PPC e seu aprimoramento em relação à proposta formativa, por meio do domínio conceitual e pedagógico, que engloba estratégias de ensino ativas, pautadas em práticas interdisciplinares, de modo a assumirem maior compromisso com a transformação da escola médica veterinária, a ser integrada à vida cotidiana dos docentes, estudantes, trabalhadores e usuários dos serviços veterinários.

Andrea Moraes Torres Pinto	
Titulação: Doutorado em Biologia Celular	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 12 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplina: Biologia Celular e Molecular, Histologia e Embriologia Animal, Imunologia Veterinária	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9404792857676501	

Asdrubal Viana dos Santos	
Titulação: Doutorado em Zootecnia	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva(DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 27 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplina: Alimentos e Alimentação Animal, Apicultura, Tecnologia de Pescados, Ovos e Mel	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4082164411182167	

Bruno Andreatta Scottá	
Titulação: Graduação, Mestrado e Doutorado em Zootecnia	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 07 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplinas: Nutrição Animal, Suinocultura, Criação e Preservação de Animais Silvestres, Nutrição de Não Ruminantes	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8351894281019267	

Cecília Sandra Nunes Moraes	
Titulação: Doutorado em Ciências dos Alimentos	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 20 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplinas: Processamento de Produtos de Origem Animal	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8056495119061731	

Eduardo Rezende Galvão	
Titulação: Doutorado em Genética e Melhoramento	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 13 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplinas: Genética	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4238185909200603	

Fabio Lyrio Santos	
Titulação: Doutorado em Engenharia de Produção	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 25 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplinas: Administração Rural	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6210663527994961	

Fernanda Chaves da Silva	
Titulação: Doutorado em Microbiologia Agrícola	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 11 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplinas: Microbiologia Veterinária, Microbiologia de Alimentos, Processamento de Produtos de Origem Animal	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8351894281019267	

Frederico de Castro Figueiredo	
Titulação: Doutorado em Zootecnia	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 13 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplinas: Genética, Bioestatística, Melhoramento Genético Animal, Biotecnologia Aplicada ao Melhoramento Animal	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8939192881388779	

João Marcos Louzada	
Titulação: Doutorado em Estatística e Experimentação Agrícola	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 28 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplinas: Bioestatística	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6082115932803998	

José Cláudio Valbuza	
Titulação: Mestre em Propriedade Intelectual Bacharel em Administração de Empresas; Especialista em Logística e Comércio Exterior. Doutorando em Cognição e Linguagem.	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva(DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 15 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplina: Administração Rural	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4082164411182167	

Leandro Glaydson da Rocha Pinho	
Titulação: Doutorado em Produção Vegetal Licenciado em Ciências Agrícolas, Mestre em Produção Vegetal.	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 15 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplinas: Bioquímica	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5487182843085489	

Luciene Lignani Bitencourt	
Titulação: Mestrado e Doutorado em Zootecnia Graduação em Medicina Veterinária	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 14 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplinas: Introdução à Medicina Veterinária, Fisiologia Animal, Fisiopatologia da Reprodução Animal, Bovinocultura	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9114236864146157	

Marcelo Gomes de Araújo	
Titulação: Doutorado em Zootecnia	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 18 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplina: Aquicultura	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3173261226753248	

Marta Cristina Teixeira Leite	
Titulação: Doutorado em Microbiologia Agrícola	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 14 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplinas: Bioquímica, Microbiologia Veterinária	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6552829984923651	

Nilson Nunes Morais Júnior	
Titulação: Doutorado em Zootecnia	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 28 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplinas: Forragicultura e Pastagens, Ovinocaprinocultura, Nutrição de Ruminantes	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8679208189050643	

Robson Ferreira de Almeida	
Titulação: Doutorado em Fitotecnia Bacharel em Agronomia, Mestre em Produção Vegetal	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 14 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplinas: Biologia Celular e Molecular	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3087285634648334	

Rogério Omar Caliar	
Titulação: Doutorado em Educação	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 30 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplinas: Sociologia e Extensão Rural	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7842507822377428	

Selma Garcia Holtz	
Titulação: Doutorado em Produção Vegetal	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 13 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplinas: Processamento de Produtos de Origem Animal, Sociologia e Extensão Rural	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2193553794067559	

Stella Magda Bitencourt Teixeira	
Titulação: Doutorado em Ciências dos Alimentos	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 20 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplinas: Processamento de Produtos de Origem Animal	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2193553794067559	

Veredino Louzada da Silva Júnior	
Titulação: Doutorado em Zootecnia	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 20 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplinas: Alimentos e Alimentação Animal, Avicultura, Avicultura Alternativa	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9842565002801648	

Vitor Dalmazo Melotti	
Titulação: Mestre Residência em Clínica e Cirurgia de Grandes Animais pela Universidade de Brasília (2015) e Mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Animal pela Universidade de Brasília (2015)	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 12 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 1 ano	
Disciplinas: Anatomia animal I, Anatomia animal II, Equideocultura, Semiologia Veterinária, Clínica Médica de Animais de Produção I, Clínica Cirúrgica de Animais de Produção, Clínica Médica de Animais de Produção II, Toxicologia e Plantas Tóxicas	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3020380565321310	

Yuri Barbosa Guerson	
Titulação: Doutorado em Zootecnia	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 10 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 0 anos	
Disciplinas: Fisiologia Animal, Parasitologia Animal, Fisiopatologia da Reprodução Animal, Biotecnologia da Reprodução Animal, Obstetrícia Veterinária	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6290312600632479	

No corpo docente atual do IFES campus Itapina, existem atualmente três docentes médicos veterinários com especialidades em produção e nutrição de ruminantes, reprodução de grandes animais, clínica e cirurgia de grandes animais, além de prevê a contratação de no mínimo mais 8 docentes médicos veterinários para compor as demais especialidades e áreas de atuação dentro da medicina veterinária. Com a finalidade de oferecer as bases indispensáveis para uma atuação profissional de qualidade, e oportunizar aos alunos a prática e a atuação profissional adequada para cada área de escolha.

Estas vagas virão de concursos públicos, um dos quais já está em andamento, e de vagas de vacância, provenientes de aposentadorias.

11. INFRAESTRUTURA

Os espaços de trabalho para os professores permitem o desenvolvimento adequado do planejamento didático-pedagógico, possuem recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados, garantem privacidade para o uso dos recursos disponíveis e para o atendimento aos alunos e orientandos, bem como para a guarda de material e equipamentos pessoais.

A sala coletiva de professores viabiliza o trabalho docente, possui recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados para o quantitativo de docentes, permite o descanso e a integração do coletivo docente. A equipe técnico-administrativa do Campus trabalha de maneira integrada com os professores.

Para os cursos que realizam a criação de animais, os biotérios devem estar descritos no PPC e precisam atender às necessidades práticas do ensino, possuindo insumos necessários à demanda docente e discente e apresentando protocolos de experimentos de acordo com as normas internacionais vigentes, como também suporte técnico, experimental e pedagógico.

Como o campus já oferta cursos de Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Zootecnia, à Licenciatura em Ciências Agrícola e, também, aos Cursos Técnicos em Agropecuária, Zootecnia e Alimentos e possui rebanhos de aves, abelhas, peixes, suínos, ovinos e bovinos. Dessa maneira, destaca-se que a criação e manejo dos animais segue as normas para uso em pesquisa e atividades de ensino e extensão e todas as ações que envolvam animais são informadas à Comissão de Ética na Utilização de Animais (CEUA) para liberação. Os docentes que utilizam dos biotérios para atividades institucionais passam por treinamento específico e obrigatório.

11.1. Áreas de ensino específicas

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Laboratório de Agroindústria	01	1.274	-	-	Laticínio e Processamento de carnes e vegetais. Está sendo ampliado com a obra de criação do Complexo de Alimentos
Biotério de aquicultura	01	35.390	-	-	Reprodução de peixes, alevinagem e produção em RAS, o biotério deverá atender a RN CONCEA nº 61 de 02 de maio de 2023. Há previsão de reforma de ambiente para abate de peixes.

Biotério de Bovinocultura	01	87.460	01	80.000	Reforma e melhorias da infraestrutura do setor no geral: instalações, confinamento, sala de ordenha, salas de aula e sala de planejamento, a construção de piquetes destinados à produção de leite a pasto conforme especificações do Guia Brasileiro de Produção, Manutenção ou Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica do CONCEA e demais melhorias necessárias para atender a RN CONCEA nº 64 de 02 de maio de 2023
Biotério de Ovinocultura	01	30.000	-	-	Infraestrutura será melhorada conforme especificações do Guia Brasileiro de Produção, Manutenção ou Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica do CONCEA para atender a RN CONCEA nº 63 de 02 de maio de 2023
Biotério de Suinocultura	01	28.168	-	-	Infraestrutura será reformada conforme especificações do Guia Brasileiro de Produção, Manutenção ou Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica do CONCEA para atender a RN CONCEA nº 66 de 02 de maio de 2023
Biotério de Avicultura	01	8.750	-	-	Infraestrutura será reformada conforme

					especificações do Guia Brasileiro de Produção, Manutenção ou Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica do CONCEA para atender a RN CONCEA nº 67 de 02 de maio de 2023
Clínica Veterinária	-	-	01	2.000	Com 2 consultórios, 1 sala de diagnóstico por imagem, 1 centro cirúrgico com salas de paramentação, indução e de recuperação e um canil/gatil com 6 box, que atende a RN CFMV 1015 de 9 de novembro de 2012. Essa clínica atenderá às demandas do ciclo profissional do curso até a conclusão do hospital veterinário, quando sua estrutura atenderá ao curso sendo reorganizada como laboratório.
Hospital Veterinário	-	-	01	4.000	Poderá ser conjugado a clínica de pequenos com a clínica de grandes animais, com laboratórios anexos de patologia clínica, parasitologia, microbiologia e patologia animal
Laboratório de Patologia Clínica	-	-	1	200	Poderá ser construído anexo ao hospital
Laboratório de Patologia Animal e Histologia	-	-	1	200	Poderá ser construído anexo ao hospital
Laboratório de Anatomia Animal	-	-	1	200	Poderá ser construído anexo ao hospital
Laboratório de Biotecnologia da Reprodução de	-	-	1	200	Destinado a ruminantes, suínos e equinos, poderá ser construído anexo aos

Ruminantes, Suínos e Equinos					setores
Laboratório de Microbiologia e imunologia	-	-	1	200	Poderá ser construído anexo ao hospital
Laboratório de Parasitologia e Doenças Parasitárias	-	-	1	200	Poderá ser construído anexo ao hospital
Laboratório de Nutrição Animal e Bromatologia	1	190	-	-	Necessidade de ampliação da estrutura física do laboratório para melhor atender as demandas dos cursos
Equideocultura	-	-	1	50.000	Infraestrutura atenderá a RN CONCEA nº 65 de 02 de maio de 2023

11.2. Áreas de estudo geral

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Complexo de Laboratórios Multiuso	01	933,90	-	-	Inclui os Laboratórios de Física, Biologia Aplicada, Solos e Nutrição de, Alimentos e Controle de Qualidade e Química)
Laboratórios de Informática	03	220	-	-	-
Sala de aula	29	500	12	-	-

11.3. Áreas de esportes e vivência

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Área de esportes	04	3.000	-	-	-
Área de jogos	02	200	-	-	-
Cantina e refeitório	02	300	-	-	-
Sala de TV no Prédio Pedagógico	01	120	-	-	-
Miniauditório	01	120	-	-	-

11.4. Áreas de atendimento discente

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Sala de Coordenação de Curso	02	60	03	-	-
Auditório	-	-	01	550	Auditório para realização de conferências e atividades educacionais envolvendo todos os estudantes do curso.
Biblioteca	01	340	01	340	Ampliação da Biblioteca do campus

11.5. Áreas de apoio

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Fábrica de Ração	01	98	-	-	-

Figura 3. Imagens de satélite contendo o campus Itapina e propriedades confrontantes, com sugestão das estruturas para implantação da Clínica Veterinária, Anatômico e Laboratório Veterinário Multiuso e Hospital Veterinário.



Fonte: Google Maps.

11.6. Biblioteca

A Biblioteca “Professor Elias Minassa” tem uma área total edificada de aproximadamente 340m² dividida em uma sala para atendimento ao público conjugada com uma área coletiva de estudos, uma sala destinada ao acervo bibliográfico, uma sala em que se realiza o processamento técnico e dois sanitários. Na área coletiva de estudos, existem oito mesas redondas e uma mesa retangular para estudo coletivo, além de dez cabines de estudo individual e oitenta cadeiras. Já a sala destinada ao acervo possui cinquenta e sete estantes duplas que acondicionam os materiais bibliográficos.

Quanto aos equipamentos eletrônicos, o setor dispõe de dez notebooks destinados à realização de trabalhos acadêmicos e outras tarefas educacionais. Além disso, um computador é disponibilizado para o acesso exclusivo ao catálogo do acervo da biblioteca. Na área destinada ao atendimento, existem dois computadores para uso exclusivo dos servidores e na área reservada ao processamento técnico encontra-se um computador destinado à bibliotecária. Ao todo, a biblioteca disponibiliza quatorze equipamentos entre computadores e notebooks. Além disso, existem cinco equipamentos de ar condicionado e câmeras de videomonitoramento.

O sistema informatizado utilizado pela biblioteca é o Pergamum. Ele é destinado tanto à organização dos materiais (catalogação e indexação) quanto para que os usuários tenham acesso aos materiais por meio do catálogo, permitindo-se a renovação de empréstimo dos materiais via sistema. É importante frisar que todos os materiais bibliográficos da biblioteca estão informatizados e tombados.

A biblioteca oferece os serviços de empréstimo, comutação de materiais entre as bibliotecas do Ifes, produção de fichas catalográficas para trabalhos de conclusão de curso superior, além de atividades culturais e educacionais. Os usuários que possuem vínculo formal com a instituição, exceto funcionários terceirizados, podem realizar empréstimos conforme o Quadro 1:

Quadro 1: Sistema de empréstimo da biblioteca “Prof. Elias Minassa”

Tipo de usuário	Quantidade de materiais	Prazo para devolução (dias)
Alunos	03	07
Estagiários	03	07
Servidores	03	14

Em casos excepcionais, como nos períodos de férias dos alunos, o prazo de devolução pode ser estendido. Com relação à comutação de materiais entre as bibliotecas do Ifes, este é um serviço destinado a todos os usuários. No que se refere às atividades culturais e educacionais, a biblioteca vem se inserindo em ações desenvolvidas pelo Núcleo de Arte e Cultura do campus Itapina, promovendo a exposição de determinadas fontes de informação e o diálogo com os alunos a partir da parceria com docentes.

Ressaltam-se outros serviços oferecidos pela biblioteca, como: atendimento e acolhimento da comunidade interna e externa à instituição (docentes, técnicos-administrativos, alunos, pais de alunos, dentre outros); apoio em atividades de cunho administrativo e pedagógico; emissão de

documentos essenciais para matrícula, matrícula e formação dos alunos; orientação quanto ao uso do sistema Pergamum e de outras bases de dados relacionadas à biblioteca; gerenciamento da aquisição e disponibilização de materiais bibliográficos; campanhas de incentivo à leitura por meio de doação de livros e parcerias com docentes; e exposição de materiais bibliográficos conforme a temática indicada pelos docentes.

No que tange à acessibilidade, existem alguns títulos adaptados para pessoas com necessidades educacionais específicas, como audiobooks, livros adaptados para usuários com baixa visão e materiais impressos em formato braille. De forma geral, o acervo bibliográfico é composto por aproximadamente quinze mil livros, além de periódicos, DVDs, CDs, dentre outros materiais, conforme apresentado no Quadro 2:

Quadro 2: Acervo bibliográfico da biblioteca do campus Itapina

Suporte informacional	Títulos	Exemplares
Livros	5691	14352
DVDs	242	256
CDs	47	47
VHS	414	414
Normas técnicas	06	12
Periódicos impressos	07	23

No que se refere à cobertura temática do acervo, ela abrange majoritariamente as áreas de conhecimento dos cursos ofertados pelo campus Itapina. Com base nas áreas de conhecimento divididas conforme o CNPq/Capes tem-se quantidade de livros descrita no Quadro 3.

Quadro 3: Quantitativo de livros conforme as áreas de conhecimento do CNPq/Capes

Área de conhecimento	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	626	1749
Ciências Biológicas	243	958
Engenharias	171	638
Ciências da Saúde	56	91
Ciências Agrárias	873	2662
Ciências Sociais Aplicadas	682	1681
Ciências Humanas	1187	3552
Linguística, Letras e Artes	1853	3021
Total	5691	14352

Para além do acervo físico em formato de livro há 47 CDs, majoritariamente das Ciências Humanas. Já os 242 títulos de DVDs abrangem diversas áreas do conhecimento. O quantitativo deste tipo de material foi descrito no Quadro 4.

Quadro 4: Quantitativo de DVDs conforme as áreas de conhecimento do CNPq/Capes

Área do Conhecimento	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	1	5
Engenharias	3	4
Ciências Agrárias	68	77
Ciências Sociais Aplicadas	2	2
Linguística, Letras e Artes	168	168
Total	242	256

Para além do acervo físico, conta-se com a Biblioteca Virtual Pearson, que tem parceria com mais de 30 editoras e disponibiliza mais de 14 mil títulos relacionados às diversas áreas do conhecimento. Ainda, tem-se a Minha Biblioteca que oferece mais de 16 mil títulos. São duas plataformas intuitivas, nas quais os usuários têm acesso a e-books de diferentes áreas que atendem a diversos cursos. Ambas plataformas podem ser acessadas por alunos e servidores efetivos. Além das duas bases, disponibiliza-se a Target GedWeb que constitui-se como gerenciador de normas e informações técnicas. Ainda, o Portal de Periódicos Capes é disponibilizado, contendo diversos periódicos, bases de dados e coleções que abrangem as diversas áreas do conhecimento. Conforme mencionado, a biblioteca possui computadores visando à garantia de acesso às bibliotecas virtuais. Ambas plataformas permitem o acesso 24 horas por dia e sete dias por semana, de qualquer lugar com acesso à internet, com login e senha institucionalizados, sendo de livre acesso aos alunos dos cursos de graduação do Ifes.

Ressalta-se que as bibliotecas do Ifes dispõe de um documento denominado “Plano de Contingência das Bibliotecas do Instituto Federal do Espírito Santo” ao qual indica condições e soluções para que as bibliotecas, incluindo a do campus Itapina, possa agir diante de possíveis situações, minimizando riscos de ordem física e/ou material. Neste documento, também consta o “Plano de ação em situações que afetam a disponibilidade dos serviços de informação”, como as bibliotecas virtuais, por exemplo. Este último pretende fornecer os encaminhamentos necessários para situações de indisponibilidade dos sistemas, garantindo um bom atendimento aos usuários, mesmo em possíveis situações de crise.

Com relação ao curso de Medicina Veterinária, Biblioteca possui 38,5% dos títulos existentes na bibliografia básica do curso e 37,45% dos títulos existentes na bibliografia complementar (acervo físico e virtual). Verifica-se a necessidade de aquisição de 61,5% dos títulos da bibliografia básica e 62,55% dos títulos da bibliografia complementar, tendo-se como parâmetro de aquisição a quantidade de um exemplar para cada seis alunos. Estima-se que o valor de compra para a aquisição dos livros é de R\$98.542,21, aproximadamente.

Acredita-se que o acervo existente na Biblioteca “Professor Elias Minassa” está em conformidade, adequado e atualizado com relação aos PPCs dos cursos oferecidos pela instituição, incluindo o de Medicina Veterinária. Considera-se que a biblioteca salvaguarda um amplo acervo físico e digital que condiz com as necessidades institucionais e de seus usuários.

11.7 Infraestrutura tecnológica

Os laboratórios de informática atendem às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de equipamentos, ao conforto, à estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico, possui hardware e software atualizados e passam por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência.

O Campus conta com um laboratório de informática equipado com computadores conectados à Internet com softwares específicos para cada demanda de estudo dos alunos. O espaço conta com quadro branco e projetor multimídia. A refrigeração do local é feita por ar condicionado.

O Campus conta também com um laboratório com bancadas e computadores conectados à Internet, e rede wifi para acesso à Internet dos professores.

12. PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Curso de Graduação em Medicina Veterinária deverá contar com a infraestrutura laboratorial e Clínica/hospital veterinário no próprio Campus para atendimento a animais de produção e de companhia. A fazenda de ensino, que poderá ser própria ou conveniada, deverá utilizar modernas tecnologias de produção, abrangendo todas as etapas de produção nas seguintes áreas essenciais de formação do profissional: bovinocultura de corte e leite, avicultura, suinocultura, equideocultura, ovino/caprinocultura, piscicultura.

A Clínica/Hospital Veterinário do Curso de Medicina Veterinária deverá ser projetado e estruturado para oferecer atendimento e serviços diferenciados a todas as espécies animais. As atividades a serem desenvolvidas no hospital visam principalmente:

- a) Prestar serviços à comunidade por meio de atendimento aos animais domésticos e silvestres;
- b) Proporcionar o acesso e treinamento ao corpo discente nos diversos setores;
- c) Fornecer infraestrutura e meios necessários para a ministração de aula práticas;
- d) Selecionar casos de interesse didático e/ou científico nas diversas áreas de ensino.

12.1 Infraestrutura de laboratórios específicos à área do curso

Grande parte da infraestrutura necessária para o curso já está disponível e será aproveitada. Isso inclui salas de aula, setores zootécnicos para criação e manejo de animais, além de laboratórios básicos, como os de biologia, microbiologia, alimentos, química, e o laboratório de nutrição animal, que foi implantado para atender os cursos já oferecidos no Campus Itapina.

As instalações específicas que ainda não estão disponíveis serão construídas gradualmente. Os recursos para essas construções, bem como para a aquisição de equipamentos e mobiliário, estão previstos por meio de emendas parlamentares e alocações do próprio campus, com execução planejada entre os anos de 2024 e 2028.

Para a implantação do Curso de Medicina Veterinária, serão necessárias construções de laboratórios multiuso básicos (Laboratório de Anatomia Animal, Laboratório de Patologia Animal e Histologia, Laboratório de Microbiologia, Laboratório de Parasitologia e Doenças Parasitárias), com a finalidade de atender a demanda dos componentes iniciais do curso.

Será construída uma Clínica Escola de Pequenos Animais, na qual terá 1 sala de recepção, 2 ambulatórios, 2 consultórios, 1 sala de diagnóstico por imagem, e 1 centro cirúrgico. Com a finalidade de iniciar os atendimentos do público externo e dar suporte mínimo ao aluno nas disciplinas específicas do curso.

Para isso, o Campus disponibilizará 2 casas de alvenarias já existentes, as quais serão adequadas para os laboratórios e para a Clínica Escola. Essas casas ficam próximas a instalação do Programa de Desenvolvimento Institucional intitulado "PATINHAS FELIZES", que também servirá de apoio estrutural para aulas práticas diversas com os animais atendidos.

Com a consolidação do curso de Curso de Medicina Veterinária do Campus Itapina, serão realizadas construções de novas instalações, como por exemplo do hospital veterinário, mais completo, com setor de grandes e pequenos animais, construção do setor de equideocultura e programa e ampliação da produção de gado a pasto, além de realizar reformas estruturais dos setores de produção animal já instalados no campus.

Identificação	Descrição
1 – Laboratório de Anatomia Animal	O laboratório de anatomia deverá conter 10 mesas de aço inox, comportando 5 alunos cada uma, bancos, pias; além de uma sala de estudo, Ossário e sala de preparo e armazenamento de peças. Sua construção deverá ser próxima ao hospital veterinário.
2- Laboratório de Patologia Animal e Histologia	Laboratório com 5 bancadas, bancos, pias e instalações apropriadas para uso de microscópios, micrótomo e para realização de técnicas histológicas. Guincho elétrico fixo ou em trilho para recebimento de grandes animais, Câmara fria.
3 - Laboratório de Microbiologia/Imunologia	Laboratório com bancadas, bancos, pias e instalações apropriadas para realização de aulas práticas de Microbiologia e Imunologia.
4 - Laboratório de Nutrição Animal e Bromatologia	Laboratório com bancadas, bancos, pias e instalações apropriadas para realização de aulas práticas experimentais de nutrição, análises bromatológicas de alimentos.
5 - Laboratório de Patologia Clínica	Laboratório com bancadas, bancos, pias e instalações apropriadas para realização de exames laboratoriais. Sua área deverá ser suficiente para comportar pelo menos 40 pessoas mais os equipamentos e mobiliário.
6 - Laboratório de Tecnologia e Inspeção de P.O.A	Laboratório adequado para instalação de equipamentos utilizados na fabricação experimental e inspeção de produtos de origem animal. Ele deve comportar 40 pessoas.
7 - Laboratório de Fisiopatologia da Reprodução	Laboratório adequado para instalação de equipamentos como microscópio de micromanipulação, microscópios didáticos, botijão de nitrogênio líquido, e bancadas. Ele deve comportar 40 pessoas.

8 - Instalações de Diagnóstico por imagens	<p>As instalações de Radiodiagnóstico devem conter paredes com blindagem de chumbo para proteção radiológica; aparelho de Raio X; equipamentos de proteção individual;</p> <p>Aparelho de ultrassonografia</p>
9 - Biotério	<p>O biotério deve conter sala para entrega de animais; salas específicas para camundongos, ratos, e cães. As salas devem ser climatizadas e com adequado sistema de exaustão e controle de trânsito de pessoal autorizado. Sua construção deverá ser próxima a área do hospital veterinário.</p>
10 - Canil e gatil	<p>Canil com capacidade para 15 animais. Cômodo para depósito de ração.</p>
11 - Laboratório de Parasitologia e Doenças Parasitárias	<p>Laboratório com bancadas, bancos, pias e instalações apropriadas para realização de exames coprofágicos. Sua área deverá ser suficiente para comportar pelo menos 40 pessoas mais os equipamentos e mobiliário, munidas de microscópios e lupas.</p>
12 - Prédio para aulas teóricas	<p>Prédio contendo 12 salas de aula que comportam 50 alunos; quatro banheiros, todos com chuveiro (2 F e 2 M). Uma sala de reunião com capacidade de 25 pessoas, sala para coordenação, 10 gabinetes individuais para professores, 2 para técnicos administrativos, sala para o Colegiado, Sala para o NDE, Sala para Empresa Junior, e um miniauditório com capacidade para 80 pessoas.</p>
13. Hospital Veterinário	<p>Unidade I (Pequenos animais): sala de recepção, sala de Plantonistas; 02 ambulatórios clínicos; 02 salas de fluidoterapia; 1 sala de isolamento, laboratório clínico e diagnóstico por imagem; 01 centro cirúrgico de pequenos animais; 01 sala de pré-operatório; 01 sala para o pós-cirúrgico; 01 canil com capacidade 10 baias para cães e 10 baias para gatos; salas para esterilização; lavanderia; dispensário de medicamentos; almoxarifado; internação de pequenos animais;</p> <p>Unidade II (Grandes Animais): deverá apresentar curral para manipulação de bovinos, com balança de pesagem, “bretes” e “troncos” de contenção; 1 ambulatório clínico de grandes animais; 6 baias de internação de grandes ruminantes e equídeos, 3 baias de internação de pequenos ruminantes e 3 de suínos; piquetes;</p>

	<p>laboratório de reprodução; laboratório de imagens; depósito de ração.</p> <p>Anexos:</p> <p>Central de diagnóstico por imagem, contendo instalações adequadas e aparelho de Raio X, e sala de ultrassonografia;</p> <p>Um complexo laboratório de análises clínicas subdividido nas áreas de patologia clínica, parasitologia, imunologia e microbiologia, cada subdivisão deverá ser capaz de comportar 25 pessoas.</p> <p>Bloco cirúrgico para realização das aulas práticas de técnica cirúrgica com vestiário anexo;</p> <p>4 salas de aula de 60 metros quadrados.</p> <p>Banheiros para visitantes;</p>
--	--

O hospital veterinário deve conter uma estrutura administrativa com Diretor do Hospital, e um conselho administrativo contendo quatro professores do curso de Medicina Veterinária. Esta estrutura administrativa deverá ser capaz de gerenciar o funcionamento do hospital do ponto de vista de pessoal, equipamentos, e cuidados com animais, ao longo de todo o ano, mesmo no período de férias acadêmicas. Seu trabalho estará focado no atendimento das necessidades pedagógicas do curso de Medicina Veterinária do campus Itapina.

Serão necessárias contratações de técnicos administrados com formação em Medicina Veterinária, para suprir as demandas dos setores hospitalares e laboratoriais. Pois o campus Itapina somente contém um técnico administrativo com formação nessa área.

Além dos aspectos mencionados, cabe apontar a necessidade de aquisição de títulos contidos nas bibliografias básica e complementar do curso a fim de garantir o acesso aos materiais bibliográficos indicados neste documento. Especificamente, pretende-se adquirir 61,5% dos títulos da bibliografia básica e 62,55% dos títulos da bibliografia complementar.

12.2 Cronograma de implantação do Hospital Veterinário.

IDENTIFICAÇÃO	Semestre/ano	Valores Totais
1 - Laboratório de Anatomia	1º/2025	350.000,00
2 - Laboratório de Patologia Animal e Histologia	2º/2025	250.000,00

3 - Laboratório de Microbiologia/Imunologia/ Laboratório de Parasitologia e Doenças Parasitárias	1º/2026	200.000,00
4 - Laboratório de Patologia Clínica	1º/2026	250.000,00
5 - Laboratório de Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal	1º/2028	250.000,00
6 - Laboratório de Fisiopatologia da Reprodução	2º/2027	200.000,00
7 - Instalações de Diagnóstico por imagens	1º/2028	450.000,00
8 -Canil e gatil	1º/2028	230.000,00
9 - Biotério	2º/2027	200.000,00
10 - Clínica Escola	1º/2028	700.000,00
11 - Aquisição da bibliografia básica e complementar	2º/2025	98.542,00
Total		3.178.542,00

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Gazeta. Agronegócio capixaba cada vez mais tecnológico e sustentável. Disponível em <https://www.agazeta.com.br/editorial/agronegocio-capixaba-cada-vez-mais-tecnologico-e-sustentavel-0823>. Acessado em: 17.05.2024

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2014.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024. Brasília: Diário Oficial da União, 2018.

CEPEA. Produto Interno Bruto PIB. Disponível em <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acessado em 17.05.2024

GUIMARÃES, L. D.; PINTO, M. P. Análise quantitativa do termo interdisciplinaridade no período de 1970 a 2004. Multiciência: Revista interdisciplinar dos Centros e Núcleos da Unicamp. São Paulo, out. 2005.

JAPIASSU, H. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MOZER, Thais Maria; PINHO, Leandro Glaydson da Rocha; SILVA, Tatiana Candeia da. Estrutura produtiva da microrregião do centro-oeste do estado do Espírito Santo. Revista Ifes Ciência, v. 7, n. 2, p. 01-26, 2021.

Procampo. Desafios para o agronegócio capixaba em 2024. Disponível em: <https://www.revistaprocampo.com.br/2023/12/27/desafios-para-o-agronegocio-capixaba-em-2024/>. Acessado em: 17.05.2024.

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 3/2019, de 15 de agosto de 2019. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina Veterinária e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CONSUP/IFES Nº 1/2019, de 11 de março de 2019. Estabelece procedimentos para abertura, implantação, acompanhamento e revisão de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação do Ifes.

RESOLUÇÃO CONSUP/IFES nº 38 de 13 de agosto de 2021. Regulamenta as diretrizes para as Atividades Curriculares de Extensão no Ifes.

TEIXEIRA, S. R. S. A educação em Vigotski: prática e caminho para a liberdade. [S.l.], Seção temática da Revista Scielo. Vigotski hoje: implicações educacionais, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/ZkmZLqzStG7gZknWBDxVRsM/#>. Acessado em: 10.03.2024

ANEXO I

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – IFES CAMPUS ITAPINA

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES

Art. 1º - As atividades complementares se constituem em uma das partes integrantes do Projeto Pedagógico do curso de Medicina Veterinária, no Instituto Federal do Espírito Santo *Campus* Itapina e tem por finalidade enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional do aluno.

§1º - As atividades complementares serão desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso de Medicina Veterinária, conforme definido em seu Projeto Pedagógico, sendo obrigatório para obtenção do título de Graduação o cumprimento de uma carga horária correspondente a 60 horas.

§2º - Caberá ao aluno participar de atividades complementares que privilegiam a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades acadêmicas e deverão contemplar os grupos de atividades descritos neste Regulamento.

Art. 2º - As atividades complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando:

- I. Atividades de ensino e complementação da formação profissional, social, humana e cultural;
- II. Atividades de extensão comunitária e de interesse coletivo;
- III. Atividades de pesquisa, de iniciação científica e tecnológica;
- IV. Atividades de representação estudantil.

CAPÍTULO II

DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - As atividades complementares poderão ser desenvolvidas no próprio IFES ou em organizações públicas ou privadas que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As atividades complementares não serão utilizadas como justificativas para faltas em componentes curriculares.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

DO COORDENADOR DO CURSO

Art. 4º - Ao Coordenador do Curso de Medicina Veterinária compete:

- I. Indicar e levar à apreciação do Colegiado do Curso o professor responsável por coordenar as ações das atividades complementares no âmbito de seu Curso;
- II. Propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das atividades complementares;
- III. Supervisionar o desenvolvimento das atividades complementares;
- IV. Definir, de acordo com o Colegiado de Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, os procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- V. Validar, de acordo com o Colegiado de Curso, os componentes curriculares de enriquecimento da matriz curricular que poderão ser considerados como atividades complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- VI. Julgar, de acordo com o Colegiado de Curso, a avaliação das atividades complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II

DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso de Medicina Veterinária compete:

- I. Propor ao Coordenador do Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de atividades complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- II. Propor ao Coordenador do Curso os componentes curriculares de enriquecimento da matriz curricular que poderão ser considerados como atividades complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- III. Propor ao Coordenador do Curso a avaliação das atividades complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO III

DO PROFESSOR RESPONSÁVEL

Art. 6º - Ao professor responsável pelas atividades complementares compete:

- I. Analisar e validar a documentação das atividades complementares apresentadas pelo aluno, levando em consideração este Regulamento;
- II. Avaliar e pontuar as atividades complementares desenvolvidas pelo aluno, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;
- III. Orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às atividades complementares;
- IV. Fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos alunos;
- V. Controlar e registrar as atividades complementares desenvolvidas pelo aluno, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade;
- VI. Participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às atividades complementares.

SEÇÃO IV

DO ALUNO

Art. 7º - Ao aluno do IFES, matriculado no curso de Medicina Veterinária, compete:

- I. Informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da instituição que propiciem pontuações para atividades complementares;
- II. Inscrever-se e participar efetivamente de tais atividades;
- III. Solicitar a avaliação em atividades complementares, conforme prevê este Regulamento;
- IV. Providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;
- V. Entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das atividades complementares, até a data-limite estabelecida no calendário acadêmico;
- VI. Arquivar a documentação comprobatória das atividades complementares e apresentá-la sempre que solicitada;
- VII. Retirar a documentação apresentada ao professor responsável em até 60 (sessenta) dias corridos após a publicação do resultado.

§1º - A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo a natureza da atividade realizada (curso, palestra, estágio, monitoria e outros) carimbo ou assinatura, descrição da atividade, especificação de carga horária, entidade promotora, local da realização e período de execução.

§2º - A documentação não retirada no prazo estabelecido neste Regulamento será destruída.

CAPÍTULO IV

DO CONTROLE DO CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 8º - O aluno deverá protocolar, junto ao setor responsável, a entrega da documentação comprobatória para avaliação em atividades complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.

Parágrafo único - A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data-limite prevista em calendário acadêmico.

Art. 9º - A avaliação das atividades complementares deverá ser realizada até a data-limite estabelecida no calendário acadêmico.

Art. 10 - Não haverá dispensa ou convalidação das atividades complementares.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 12 - Na avaliação das atividades complementares, desenvolvidas pelo aluno, serão considerados:

I. A compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento e os objetivos do curso de Medicina Veterinária;

II. O total de horas dedicadas às atividades.

Parágrafo único - Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso.

Art. 13 - Poderão ser validadas como atividades complementares:

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação profissional, social, humana e cultural, estando inclusas:

I. Cursos de língua estrangeira – Participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira;

II. Participação efetiva em comissão organizadora de evento como exposição, semana acadêmica, mostra de trabalhos e seminários de ensino;

III. Estágio extracurricular nos laboratórios e/ou nos setores de atuação;

IV. Participação e aproveitamento em componentes curriculares extras/eletivos e de enriquecimento curricular de interesse do curso;

V. Participação em programa de monitoria de componentes curriculares pertencentes ao currículo pleno do Curso ou afins, realizada de acordo com as normas institucionais.

VI. Participação em programa de intercâmbio;

VII. Participação em evento de extensão como conferencista.

Parágrafo único - O estágio previsto no Inciso III refere-se a estágio de característica opcional por parte do aluno (estágio não-obrigatório). O Estágio Curricular Obrigatório não poderá ser pontuado como atividade complementar, por já possuir carga horária e registro próprio.

Grupo 2 - Atividades de extensão comunitária e de interesse coletivo, estando inclusas:

I. Participação em evento de extensão como conferencista ou participante;

II. Depósito ou registro de patente ou marca;

III. Participação em cursos e palestras de extensão como ouvinte;

IV. Publicações em revistas técnicas – Resumo simples;

V. Publicações em revistas técnicas – Resumo expandido;

VI. Publicação de livro (Autor ou Organizador);

VII. Publicação de capítulo de livro;

VIII. Participação como empreendedor em processos de Pré-incubação ou incubação ou aceleração;

IX. Participação em processos de captação de recursos;

X. Participação societária em empresas e empresas juniores.

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, tecnológica, estando inclusas:

I. Participação em cursos, minicursos e palestras da sua área de formação;

II. Participação, congressos e seminários técnico-científicos;

III. Participação com apresentação oral de trabalhos em eventos;

IV. Participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso;

V. Participação como expositor em seminários técnico- científicos e afins;

VI. Artigos científicos em periódicos nacionais ou internacionais com autoria;

VII. Artigos científicos em periódicos nacionais ou internacionais com coautoria;

VIII. Presença em defesa de Trabalho de Conclusão de Curso;

IX. Participação em cursos, minicursos e palestras da sua área de formação;

X. Participação, congressos e seminários técnico-científicos.

Grupo 4 – Atividades de representação estudantil

- I. Participação estudantil comprovada nos conselhos e câmaras do IFES;
- II. Participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição.

CAPÍTULO VI

DA PONTUAÇÃO

Art. 14 - As atividades complementares serão avaliadas segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto no parágrafo 1º do Art. 7º deste Regulamento.

Parágrafo único - A atividade que se enquadra em mais de um item será pontuada por aquele que propiciar maior número de horas.

Art. 15 - O aluno deverá participar de atividades que contemplem no mínimo (2) grupos listados no Artigo 13 deste Regulamento.

Art. 16 - Caberá ao Colegiado de Curso propor ao Coordenador do Curso a pontuação dos itens de cada Grupo, respeitados os Artigos 14 e 15.

Parágrafo único - O Anexo I deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO

Art. 17 - Será considerado aprovado o aluno que, após avaliação de sua documentação, obtiver as 60 (sessenta) horas correspondentes às atividades complementares, conforme definido no projeto do Curso.

§1º - Caso o aluno complete o número mínimo de horas exigido para aprovação em atividades complementares a matrícula será realizada, e o aluno será considerado aprovado.

§2º - Caso o aluno não complete o número mínimo de horas exigidas para aprovação em atividades complementares a matrícula não será realizada.

§3º - Caso o aluno tenha como único requisito faltante para a conclusão do curso as atividades complementares e não complete o número mínimo de horas exigidas para aprovação, a matrícula será realizada e o aluno será considerado reprovado.

Parágrafo único - Para fins de registro acadêmico constará no histórico escolar do aluno apenas o conceito “aprovado” ou “reprovado” em atividades complementares, não sendo registrado o número de horas que o aluno auferiu para a obtenção de tal conceito.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 - Os casos omissos neste Regulamento serão tratados pelo Colegiado do Curso, por meio da análise de requerimento protocolado na Coordenadoria de Registro Acadêmico (CRA) do Campus Itapina.

RELAÇÃO DE ATIVIDADES E HORAS ATRIBUÍDAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Grupo I – Atividades da complementação da formação profissional, social, humana e cultural			
Descrição da atividade	Nº de horas	Horas Complementares	Máxima
Participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira.	Por módulo	10 horas	20 horas
Participação efetiva em comissão organizadora de evento como exposições, semana acadêmica, mostra de trabalhos e Seminários de ENSINO.	Por evento	5 horas	20 horas
Estágio extracurricular nos laboratórios e/ou nos setores de atuação.	Por mês	5 horas	20 horas
Participação e aproveitamento em componentes curriculares extras/eletivos e de enriquecimento curricular de interesse do curso.	Por cada 15 horas do componente	5 horas	20 horas
Participação em programa de monitoria de disciplinas pertencentes ao currículo pleno do curso ou afim, realizada de acordo com as normas institucionais.	Por mês	5 horas	25 horas

Participação em programa de intercâmbio	Por mês	5 horas	25 horas
Participação em evento de extensão como conferencista.	Por evento	2 horas	10 horas
Grupo II - Atividades de extensão comunitária e de interesse coletivo			
Descrição da atividade	N° de horas	Horas complementares	Máxima
Participação em evento de extensão como conferencista ou participante	Por evento	2 horas	10 horas
Depósito ou registro de patente ou marca	Por depósito/registro	10 horas	30 horas
Participação em cursos e palestras de extensão como ouvinte	Para cada 5 horas	1 hora	20 horas
Publicações em revistas técnicas – Resumo simples	Por publicação	5 horas	10 horas
Publicações em revistas técnicas – Resumo expandido	Por publicação	5 horas	20 horas
Publicação de livro (Autor ou Organizador)	Por publicação	10 horas	20 horas
Publicação de capítulo de livro	Por publicação	5 horas	20 horas
Participação como empreendedor em processos de Pré-incubação ou incubação ou aceleração	Por mês	5 horas	20 horas
Participação em processos de captação de recursos	Por mês	5 horas	20 horas
Participação societária em empresas e empresas juniores	Por mês	5 horas	20 horas

GRUPO III – Atividades de Pesquisa Científica ou Tecnológica			
Descrição da atividade	Nº de horas	Horas complementares	Máxima
Participação em cursos, minicursos e palestras da sua área de formação.	Para cada 5 horas	1 hora	30 horas
Participação, congressos e seminários técnico-científicos.	Por participação	2 horas	10 horas
Participação com apresentação oral de trabalhos em eventos.	Por apresentação	2 horas	10 horas
Participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso.	Por mês	3 horas	30 horas
Participação como expositor em seminários técnicos- científicos e afins.	Por exposição	1 hora	10 horas
Artigos científicos em periódicos nacionais ou internacionais com autoria	Por publicação	10 horas	30 horas
Artigos científicos em periódicos nacionais ou internacionais com coautoria	Por publicação	5 horas	20 horas
Presença em defesa de Trabalho de Conclusão de Curso	Por participação	1 hora	5 horas
Participação em cursos, minicursos e palestras da sua área de formação.	Para cada 5 horas	1 hora	30 horas
Participação, congressos e seminários técnico-científicos.	Por participação	2 horas	10 horas
GRUPO IV - Representação Estudantil			
Descrição da atividade	Nº de horas	Horas	Máxima

		complementares	
Participação estudantil comprovada nos conselhos e câmaras do IFES	Por mês de atuação	10 horas	20 horas
Participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição.	Por mês de atuação	10 horas	20 horas

ANEXO II

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

PARA O CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA

DO IFES CAMPUS ITAPINA

CAPÍTULO I

DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 1º – O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Medicina Veterinária é conteúdo obrigatório, de acordo com o previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Medicina Veterinária, instituídas pela Resolução CNE/CES nº 3, de 15 de agosto de 2019, e disposições da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 2º – As atividades do estágio são preponderantemente práticas, devendo proporcionar ao aluno a participação em situações reais de vida e trabalho relacionadas às diversas áreas da Medicina Veterinária.

Art. 3º – O estágio supervisionado do curso de Medicina Veterinária perfaz um total de 660 horas e poderá ser realizado após a conclusão de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos componentes curriculares obrigatórios do curso, o que equivale a 1.800 horas ou 120 créditos. O aluno poderá cursar o estágio não-obrigatório a qualquer tempo em área correlata ao curso de Medicina Veterinária, desde que não prejudique o andamento das atividades acadêmicas obrigatórias.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º - São responsáveis pelo planejamento, organização, realização e avaliação do Estágio Supervisionado:

- I – Coordenação de Relações Institucionais e Extensão Comunitária – REC;
- II – Coordenação do Curso de Medicina Veterinária;
- III – Professor Orientador do Estágio Supervisionado.

Art. 4º – São competências da REC:

- I – Apresentar ao aluno a relação das instituições/empresas conveniadas ou credenciadas para realização do estágio;
- II - Responsabilizar-se pelo Termo de Compromisso de Estágio;
- III – Verificar o cumprimento da carga horária mínima exigida;

IV – Proceder ao encaminhamento formal do estagiário para o local do estágio, acompanhado do termo de compromisso, com supervisão do professor orientador;

V – Realizar os lançamentos necessários para registro dos dados do estágio no Sistema Acadêmico.

Art. 5º – São competências da Coordenação do Curso:

I – Divulgar este regulamento junto aos alunos do curso;

II – Indicar docentes que atuam no curso para serem Professores Orientadores de Estágio;

III - Realizar pelo menos uma reunião semestral para acompanhamento do Estágio Supervisionado.

Art. 6º – São competências do Professor Orientador de Estágio:

I - Planejar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades do estágio;

II – Acompanhar e orientar a confecção do plano de estágio a ser executado pelo aluno estagiário;

III – Acompanhar, junto às instituições e empresas parceiras, o desempenho dos estagiários de modo a assegurar o seu êxito em toda a dinâmica de estágio;

IV – Receber e avaliar os relatórios ao final do estágio, discutindo-os junto à Coordenação de Curso e à REC;

V – Analisar, junto com o Colegiado do Curso, as solicitações de isenção de horas por atividades equivalentes;

VI – Encaminhar os relatórios finais para a REC.

Art. 7º - Compete ao aluno estagiário:

I – Solicitar o Estágio Curricular Obrigatório à REC através de requerimento próprio;

II - Respeitar as regras e normas regimentais e disciplinares estabelecidas no local de estágio;

III – Representar, condignamente, a Instituição junto aos órgãos conveniados;

IV – Comparecer, assídua e pontualmente, ao estágio;

V – Organizar, com a orientação do professor orientador do estágio, uma pasta contendo seu plano de ação, relatórios das atividades desenvolvidas e fichas de avaliação;

VI – Reportar-se ao professor orientador do estágio sempre que necessário.

CAPÍTULO III

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 8º – O processo de avaliação do estagiário será global, com apuração da carga horária cumprida, das atividades realizadas, mediante apresentação da pasta de estágio, contendo seu plano de ação, relatórios das atividades desenvolvidas e fichas de avaliação.

Art. 9º – Para conclusão do estágio supervisionado do curso, o aluno deverá computar a carga horária de 660 horas.

§ 1º 50% (cinquenta por cento) da carga horária do estágio curricular obrigatório deverá ser desenvolvida em serviços próprios da Instituição de Educação Superior (IES), com distribuição equilibrada de carga horária, a fim de atender aspectos essenciais das áreas de saúde animal, clínicas médica e cirúrgica veterinárias, medicina veterinária preventiva, saúde pública, zootecnia, produção e reprodução animal e inspeção e tecnologia de produtos de origem animal.

§ 2º A carga horária restante prevista para o estágio curricular da Graduação em Medicina Veterinária que poderá ser desenvolvido fora da IES, em instituição/empresa credenciada, sob orientação docente e supervisão local, devendo apresentar programa de atividades previamente definido.

Art. 10 – O estágio supervisionado será aprovado pelo Professor Orientador.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 – Este regulamento somente poderá ser alterado pelo Colegiado do Curso de Medicina Veterinária.

Art. 12 - Os casos omissos a este regulamento serão resolvidos pela Coordenação do Curso e/ou Colegiado do Curso.

MODELOS DE DOCUMENTOS

I- REQUERIMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Requerente:

Matrícula:

Data:

Instituição/Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

CEP:

Telefone:

Supervisor de Estágio (Concedente):

Período de realização:

Professor Orientador:

Plano de Atividades: (Descrever de forma resumida as principais atividades que realizará no estágio)

Assinatura do aluno

Assinatura do Professor Orientador

II- ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Ficha de Avaliação do Estagiário

Empresa/Instituição:

Endereço:

Telefone:

Nome do Supervisor:

Estagiário:

Aspectos a serem considerados:	Escala de notas									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1 - Conhecimento teórico e qualidade: Capacidade em interpretar e compreender as atividades que lhe são atribuídas.										
2 - Rendimento e produtividade: Capacidade de executar com qualidade, eficiência, rapidez e precisão as tarefas que lhe são atribuídas.										

3 - Criatividade: Capacidade de contribuir com sugestão de melhorias no trabalho.																			
4 - Organização: Execução das tarefas que lhe são atribuídas de forma ordenada e arranjada.																			
5 - Assiduidade e pontualidade: Frequência e cumprimento do horário de trabalho.																			
6 - Disciplina: Respeito e acato às normas regulamentares.																			
7 - Relacionamento e cooperação: Cooperação e bom relacionamento com a chefia e os colegas.																			

Observações:

Sugestões:

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura e Carimbo do Supervisor de Estágio

III- ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Ficha de Autoavaliação do Estagiário

Empresa/Instituição:

Estagiário:

Aspectos a serem considerados:	Totalmente	Parcialmente	Insuficientemente

Segui e apliquei as orientações recebidas para condução do estágio.			
Envolvei-me com as atividades desenvolvidas de forma efetiva.			
Atuei de forma prestativa e eficiente nas tarefas que a mim foram direcionadas.			
Meu estágio foi proveitoso, contribuindo para o meu desenvolvimento profissional.			

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura do Estagiário

IV- ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Relatório Final

Estagiário:

Empresa/Instituição:

Declaro, para os devidos fins, que o aluno acima identificado cumpriu com as atividades curriculares pertinentes ao Estágio Curricular Supervisionado de maneira satisfatória, tendo cumprido ___ horas. E, com base nos relatórios apresentados, seu estágio foi () APROVADO () REPROVADO.

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura do Professor Orientador

ANEXO III

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – IFES CAMPUS ITAPINA

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º – O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um relatório integrante do currículo do Curso de Medicina Veterinária e está de acordo com as Diretrizes Curriculares do Curso instituídas na resolução nº 3 do CNE/CES, de 15 de agosto de 2019.

Art. 2º – O TCC é de grande importância na formação do aluno, uma vez que permitirá a ele alinhar as atividades de campo com a Pesquisa Científica e/ou Extensão, a integração entre teoria e prática, bem como exercitar a redação técnico-científica de forma sistematizada, verificando a capacidade de síntese das vivências do aprendizado adquiridas durante o Curso.

Art. 3º – Será desenvolvido por meio de projeto teórico e/ou experimental, podendo ser executado em duplas ou individualmente.

§ 1º - A matrícula do componente curricular TCC só será efetivada após a conclusão de, no mínimo, 50% da carga horária total dos componentes curriculares obrigatórios e optativos.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 4º - O trabalho de conclusão de curso (TCC) é um componente obrigatório da estrutura curricular do Curso de Graduação em Medicina Veterinária do IFES *Campus* Itapina, com sustentação legal, a ser cumprido pelo graduando, e tem como objetivos:

I - Desenvolver a capacidade de aplicação dos conceitos e teorias adquiridas durante o curso de forma integrada, por meio da execução de um projeto de pesquisa teórico e/ou experimental;

II - Desenvolver a capacidade de planejamento e disciplina para resolver problemas dentro das diversas áreas de formação;

III - Despertar o interesse pela pesquisa como meio para a resolução de problemas;

V - Intensificar a extensão universitária, por intermédio da resolução de problemas existentes nos diversos setores da sociedade;

VI - Estimular a construção do conhecimento coletivo;

VII - Estimular a interdisciplinaridade;

VIII - Estimular a inovação tecnológica;

IX - Estimular o espírito crítico e reflexivo no meio social onde está inserido;

X - Estimular a formação continuada.

CAPÍTULO III

DAS CARACTERÍSTICAS

Art. 5º - O TCC deverá ser desenvolvido individualmente.

§ 1º- O TCC será caracterizado por uma pesquisa científica e/ou pesquisa tecnológica aplicada e/ou um estudo de caso (pesquisa descritiva) e/ou revisão bibliográfica e/ou extensão.

§ 2º- É vedada a convalidação de TCC realizado e aprovado em outro curso de graduação.

Art. 6º – O TCC, de acordo com a sua natureza, poderá ser classificado em diferentes categorias, a saber:

I. Trabalho de pesquisa científica (pesquisa experimental);

II. Pesquisa tecnológica aplicada (inovação tecnológica);

III. Estudo de caso e/ou extensão (pesquisa descritiva);

IV. Revisão bibliográfica.

§ 1º – Nas atividades de pesquisa, o aluno deverá desenvolver seu trabalho baseado em metodologia científica apoiada em levantamento bibliográfico, sendo permitidos estudos, ensaios experimentais, desenvolvimento de protótipos, produtos, tecnologias, patentes, e pesquisa básica ou aplicada.

§ 2º – Nas atividades de estudo de caso e/ou extensão, o aluno deverá desenvolver atividades vinculadas ao Curso. O aluno, juntamente com o orientador, do IFES *Campus* Itapina, e co-orientador, deverá definir uma linha de atuação, visando à solução de um problema na Instituição ou Empresa, para concentrar as suas atividades e, conseqüentemente, desenvolver o TCC apoiado em pesquisa descritiva com levantamento bibliográfico.

§ 3º – Na revisão bibliográfica o aluno deverá apresentar um relatório contendo análise crítica de assunto específico da Medicina Veterinária por meio de pesquisa feita em revistas científicas, livros, dissertações e teses, com o objetivo de oferecer novas interpretações e trazer informações adicionais.

Art. 7º – O TCC deverá ser orientado e supervisionado por um ou mais docentes do campus Itapina especialistas na área em foco, dentro dos temas vinculados à Medicina Veterinária e Zootecnia, que constará(ão) como orientador(es) do TCC. Os Técnicos Administrativos do campus Itapina portadores de diploma de curso de graduação com, no mínimo, Mestrado reconhecido pela CAPES em Zootecnia ou Medicina Veterinária, poderão atuar como orientadores do TCC.

Art. 8º – O TCC poderá ser elaborado no IFES *Campus* Itapina ou de forma integrada com outras Instituições de ensino e pesquisa e/ou empresas, sendo que, nesses casos, as atividades do graduando poderão ser parte da realização de estágios.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I

Do coordenador de Curso

Art. 9º - Compete ao Coordenador de Curso:

I – Convocar o colegiado para indicar a comissão de TCC que será formada pelo próprio coordenador e pelo professor responsável pelo componente curricular de TCC, doravante denominados Professores Responsáveis, que se encarregará pelas ações do processo ensino-aprendizagem do Trabalho de Conclusão de Curso;

II - Providenciar, em consonância com a comissão de TCC, a homologação dos Orientadores;

III - Homologar as decisões referentes ao TCC.

Seção II

Da Comissão

Art. 10 – A Comissão de TCC será formada pelo coordenador do curso e dois docentes com, no mínimo, o título de Mestre, indicados pelo Colegiado do Curso.

Art. 11 – A comissão deverá ter carga horária compatível para as avaliações e reuniões.

Parágrafo Único – Além da carga horária atribuída pelo componente curricular TCC, serão atribuídas duas (2) horas semanais aos docentes membros da Comissão de TCC.

Art. 12 – São atribuições da Comissão de TCC:

I. Reunir-se, pelo menos uma vez a cada semestre, para o estabelecimento de plano de trabalho;

II. Estabelecer, em comum acordo com Colegiado do Curso, as normas gerais para elaboração do TCC;

III. Cumprir e fazer cumprir os prazos e demais exigências relativas à elaboração do TCC;

IV. Aprovar a elaboração do TCC oriundos de resultados obtidos em outra instituição, de acordo com as normas estabelecidas;

V. Credenciar orientadores e co-orientadores de TCC;

VI. Formular cronogramas e estabelecer os contatos necessários com os alunos e orientadores.

Seção III

Do Orientador

Art. 13 – Entende-se por orientação de TCC todo o processo de acompanhamento do aluno em suas atividades relacionadas à elaboração do projeto, execução do mesmo até a defesa e entrega do TCC.

Art. 14 - O acompanhamento dos alunos no TCC será efetuado por um orientador, cuja escolha deverá ser homologada pela Comissão, observando-se sempre a vinculação entre a área de conhecimento na qual será desenvolvido o projeto e a área de atuação do orientador.

§ 1º - O orientador deverá, obrigatoriamente, pertencer ao corpo docente do IFES *Campus* Itapina, podendo existir co-orientador(es).

§ 2º - O(s) co-orientador(es) terá(ão) por função auxiliar no desenvolvimento do trabalho, podendo ser um profissional habilitado com conhecimento aprofundado e reconhecido no assunto em questão.

Art. 15 – O orientador do TCC deverá possuir carga horária compatível ao número de trabalhos em orientação.

Art. 16 – O número de projetos de TCC por orientador não deve exceder a cinco (5), salvo casos omissos que deverão ser avaliados e aprovados pelo Colegiado.

§ 1º – O orientador poderá ser auxiliado em sua tarefa por um co-orientador, desde que justificado.

§ 2º – A co-orientação será voluntária, sem carga horária atribuída, devendo ser previamente aceita pela comissão de TCC.

§ 3º – Ao orientador será atribuída carga horária conforme resolução vigente do IFES.

Art. 17 - Será permitida substituição de orientador, que deverá ser solicitada por escrito, com justificativa, e entregue à comissão de TCC, em até 30 (trinta) dias após o início do respectivo semestre.

Parágrafo único - Caberá à Comissão do TCC analisar a justificativa e decidir sobre a substituição do orientador.

Art. 18 - Compete ao Orientador:

I - Orientar o(s) aluno(s) na elaboração do TCC em todas as suas fases, do projeto de pesquisa até a defesa e entrega da versão final do TCC;

II. Encaminhar, à Comissão de TCC, documento constando aceitação do aluno como seu orientando e designar um co-orientador, quando necessário, dando a ele ciência do conteúdo dessas normas;

III. Elaborar, em conjunto com o aluno, o Projeto de TCC a ser entregue à Comissão do TCC, após a conclusão de, no mínimo, 50% da carga horária total dos componentes curriculares obrigatórios e optativos, conforme previsto no PPC do Curso;

IV. Elaborar, juntamente com o aluno, o cronograma para execução do TCC, respeitando as datas estabelecidas pelas normas;

V - Realizar reuniões periódicas de orientação com os alunos sendo que, caso o aluno não compareça às reuniões, o orientador deverá comunicar por escrito à comissão de TCC;

VI. Acompanhar e assegurar o andamento do TCC mantendo permanente contato com o aluno encarregado de sua elaboração, com o eventual co-orientador e com as instituições envolvidas, facilitando a atuação do co-orientador e, se necessário, providenciando sua substituição adequada em tempo hábil, de forma a permitir que o aluno tenha acesso aos recursos materiais, às informações e às facilidades necessárias à execução do TCC;

VII – Caso convocado, participar das reuniões com o Coordenador do Curso e/ou Comissão de TCC;

VIII - Participar da banca de avaliação final;

IX - Orientar o aluno na aplicação de conteúdos e normas técnicas para a elaboração do TCC, conforme metodologia da pesquisa científica;

X - Efetuar a revisão dos documentos e componentes do TCC e autorizar os alunos a fazerem as apresentações previstas e a entrega de toda a documentação solicitada;

XI – Acompanhar, através de relatórios fornecidos pela Instituição ou Empresa, as atividades de TCC desenvolvidas;

XII. Informar, por escrito, à Comissão de TCC qualquer restrição de caráter confidencial do TCC;

XIII. Indicar, em conjunto com seu orientado, a banca examinadora do TCC, que deverá ser composta por ele mesmo, da qual será presidente, e por dois outros membros, podendo ser professor(es) e/ou profissional(is) de reconhecida competência na área de interesse do trabalho;

XIV. Cumprir e fazer cumprir o que determinam essas normas e outras exigências regulamentares pertinentes;

XV. Apresentar, à Comissão, o formulário de transferência de orientação em caso de troca de orientador e de co-orientador.

Seção IV

Dos Alunos

Art. 19 - São obrigações dos alunos:

- I. Ter cursado o componente curricular de Metodologia da Pesquisa para realizar o TCC;
- II. A partir do quinto período do curso, escolher, dentro da área em que possui mais afinidade, uma proposta de TCC e um orientador de reconhecida competência para orientá-lo;
- III. Obter aprovação da escolha de sua proposta, por parte do orientador, co-orientador (se houver) e da Comissão de TCC;
- IV. Elaborar e apresentar o projeto de TCC em conformidade com este Regulamento;
- V. Requerer a sua matrícula nos períodos de matrícula estabelecidos no Calendário Acadêmico;
- VI. Apresentar toda a documentação solicitada pela Comissão de TCC e pelo Professor Orientador;
- VII. Participar das reuniões periódicas de orientação com o Orientador do TCC;
- VIII. Seguir as recomendações do Orientador concernentes ao TCC;
- IX. Prestar contas ao orientador e ao co-orientador (se houver), nas datas previstas ou sempre que solicitado, sobre o andamento dos trabalhos;
- X. Apresentar, por escrito, ao orientador e à Comissão de TCC, um plano de trabalho (Projeto) pormenorizado do TCC, contendo:
 - a. Introdução: incluindo apresentação do tema proposto, importância e justificativa do mesmo;
 - b. Objetivos: descrição sucinta dos objetivos gerais e específicos que pretende alcançar com o trabalho;
 - c. Revisão Bibliográfica: levantamento bibliográfico de dados a respeito do tema;
 - d. Material e Métodos: incluindo descrição das tarefas, métodos e técnicas que serão adotados, e do material e/ou equipamentos necessários, ressaltando as medidas já adotadas para elaboração do TCC;
 - e. Cronograma de execução das atividades;
 - f. Orçamento dos recursos necessários (caso houver): descrição das despesas com material de consumo e permanente, transporte e pessoal envolvido para a elaboração do trabalho;
 - g. Referências Bibliográficas: listagem da bibliografia citada no texto, que embasa teoricamente o tema e os métodos a serem adotados, seguindo as normas vigentes do IFES/ABNT;
 - h. Aprovação do Comitê de Ética, quando necessário;

- i. O projeto deve conter a aprovação do orientador e da Comissão de TCC.
- XI. Agendar, junto ao professor do componente curricular de TCC, a defesa do TCC com, no mínimo, sessenta (60) dias de antecedência;
- XII. Providenciar, até quinze (15) dias antes da defesa, os exemplares do TCC para os membros da banca examinadora;
- XII. Cobrir as despesas decorrentes da confecção do TCC e outras que forem necessárias para sua apresentação, tais como transporte, estadia, dispositivos, etc;
- XIV. Obter do orientador, dentro dos prazos viáveis, aprovação para todas as eventuais modificações que se fizerem necessárias para a elaboração do TCC;
- XV. Enviar o arquivo, de forma eletrônica, com o trabalho corrigido, para elaboração da ficha catalográfica, seguindo as instruções disponíveis no endereço eletrônico: <https://itapina.ifes.edu.br/index.php/component/content/article/276-coordenadoria-de-biblioteca/17445-procedimentos-para-entrega-de-tcc-monografia>
- XVI - Tomar ciência e cumprir os prazos estabelecidos em calendário acadêmico;
- XVII- Respeitar os direitos autorais sobre artigos técnicos, artigos científicos, textos de livros, sítios da Internet, dentre outros, evitando todas as formas e tipos de plágio acadêmico;
- XVIII. Cumprir estas normas e demais exigências correlatas.

CAPÍTULO V

DA MATRÍCULA E ACOMPANHAMENTO

Seção I

Da Matrícula

Art. 20 - A matrícula no componente curricular de TCC será operacionalizada pela Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Campus, conforme período regular de matrícula estabelecido pelo calendário letivo do Campus.

§ 2º- A matrícula em TCC somente poderá ser efetuada após a aprovação do aluno nos componentes curriculares que compõem os pré-requisitos previstos na matriz curricular do Curso.

§ 3º- O componente de TCC será ofertado de forma contínua dentro do ano letivo vigente.

Seção II

Do Acompanhamento

Art. 21 - O acompanhamento aos trabalhos será feito por meio de reuniões com periodicidade mínima mensal, previamente agendadas entre orientador e orientando.

Parágrafo único – A responsabilidade de orientação do aluno é do orientador.

CAPÍTULO VI

DO DESENVOLVIMENTO DO TCC

Seção I

Do TCC

Art. 22 - O TCC caracteriza-se pela execução de projetos, nas suas variações descritas no artigo 6º, sendo a defesa final, com apresentação oral perante a banca examinadora e entrega da versão final do TCC, no prazo estabelecido neste regulamento.

Art. 23 – São condições necessárias para aprovação em TCC:

I – Frequência igual ou superior a 75% nas atividades programadas pelo professor responsável do componente curricular;

II – Entrega do TCC, por escrito, segundo as “Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos: documento digital” do Instituto Federal do Espírito Santo, visando à padronização, à estruturação do trabalho e à apresentação gráfica do texto;

III – Aprovação em apresentação pública oral do Trabalho de Conclusão de Curso, aberto à comunidade universitária.

Art. 24 – O professor responsável pelo TCC definirá as possíveis datas para realização da apresentação oral, sendo estas apresentadas aos alunos na primeira semana letiva, para conhecimento e consentimento de todos os interessados.

Art. 25 - A apresentação oral constitui-se em requisito obrigatório para aprovação e será realizada em forma de seminário público, podendo ocorrer de forma remota, quando devidamente estabelecido e informado.

§ 1º - O aluno terá de 15 a 20 minutos para apresentação oral de seu trabalho, sendo que, após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora terá até 20 minutos para fazer quaisquer perguntas pertinentes ao trabalho executado.

§ 2º – Após a defesa, a banca reunir-se-á em particular para decidir a aprovação ou não do TCC e a nota a ser atribuída ao aluno.

§ 3º - No caso do TCC ser aprovado com modificações estas deverão ser providenciadas pelo aluno e revisadas pelo orientador e a versão final entregue no prazo previsto neste regulamento.

Art. 26. Uma banca examinadora composta por três membros, previamente constituída, realizará a avaliação da exposição das atividades desenvolvidas pelo graduando.

§ 1º - A avaliação final do TCC será feita por uma banca composta por pelo menos 3 (três) membros, incluindo o Orientador, podendo contar com a participação de membros externos de forma remota, desde que homologada pela Comissão de TCC.

§ 2º - As defesas de trabalhos de conclusão de curso deverão ocorrer de forma presencial, com a presença do aluno e do professor orientador, sendo permitido que apenas os membros da banca avaliadora participem remotamente, de acordo com a Resolução Consup/IFES nº 215, de 15 de dezembro de 2023, que normatiza a oferta de carga horária a distância nos cursos presenciais de graduação do Ifes.

§ 3º - Em caso de impedimento do Orientador poder participar da apresentação, a Comissão de TCC indicará um professor substituto.

Art. 27 - A etapa de desenvolvimento do TCC e a defesa final deverão acontecer no prazo de um período letivo.

Parágrafo único - Caso o aluno não tenha concluído com êxito o TCC, durante o período letivo, o mesmo deverá matricular-se novamente para cursar esse componente, de forma integral.

CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO

Art. 28 – O aluno de TCC será avaliado através do trabalho escrito, podendo ser a defesa de um artigo científico e apresentação pública, com a ciência e aprovação do orientador.

Art. 29 – A não entrega do trabalho escrito ao orientador e aos membros da banca, dentro do prazo previsto, implica em impedimento de sua apresentação e, conseqüentemente, todas as penas decorrentes desse impedimento.

Art. 30 – Casos omissos poderão ser analisados pela Comissão de TCC, que será responsável pela decisão final.

Art. 31 – O aluno estará sujeito à aprovação ou à reprovação quanto ao seu desempenho em relação ao trabalho desenvolvido, ao relatório final e ao cumprimento das normas do TCC.

Art. 32 – Cada membro da banca, ao avaliar o aluno, deverá levar em consideração as apresentações escrita e oral do TCC, sendo que, dentre os critérios a serem levados em conta, estão: aspectos formais do trabalho (estrutura, redação, apresentação gráfica e formatação) e aspectos de conteúdo (metodológicos conceituais: domínio temático, domínio técnico-metodológico).

Art. 33 – Terminadas as arguições a banca examinadora se reunirá para avaliação final do TCC, apresentando, em comum acordo, um conceito final: Aprovado, Aprovado com correções ou Reprovado.

Art. 34 – É de responsabilidade do Orientador a verificação da realização das alterações sugeridas pela banca, bem como do conteúdo do TCC a ser submetido à defesa, sendo que, posteriormente, o orientador será responsável pelo depósito do material junto à Biblioteca do Campus, seguindo as orientações previstas na Portaria nº. 1.709, de 21 de outubro de 2021, em seu artigo 1º, que dispõe sobre o Repositório Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

Art. 35 – A entrega do TCC fora do prazo fixado acarretará ao aluno a reprovação no componente curricular TCC, impedindo-o de obter o título de Médico Veterinário e, conseqüentemente, de participar das solenidades de Colação de Grau.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36 – Quando da necessidade de sigilo em determinados dados ou resultados do trabalho, estes não serão divulgados eletronicamente ou via TCC disponibilizado na biblioteca e na Internet e, caso o orientador julgue necessário, os membros da banca e o professor do componente curricular assinarão termo de sigilo.

Art. 37 - Quando o TCC resultar em patente, a propriedade desta será estabelecida conforme regulamentação própria.

Art. 38 - Quando o TCC for realizado em parceria com empresas ou outras organizações deverá ser firmado termo de compromisso próprio, definindo as atribuições, direitos e deveres das partes envolvidas, inclusive a autorização da divulgação do nome da empresa na publicação do trabalho.

Art. 39 - Os casos omissos a este regulamento serão resolvidos pela Comissão de TCC.

Art. 40 – O Colegiado do Curso de Medicina Veterinária será responsável pela:

- I. Modificação do presente regulamento, obedecidos os trâmites legais vigentes;
- II. Resolução dos casos omissos no presente regulamento, dando o devido encaminhamento aos órgãos competentes, quando a correspondente decisão ultrapassar sua esfera de ação.

